



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Larissa Papaleo Koelzer

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE RISCOS E DESASTRES NATURAIS

Área de Concentração:

Psicologia social e cultura

Linha de Pesquisa:

Representações e práticas sociais

Florianópolis

2020

Larissa Papaleo Koelzer

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE RISCOS E DESASTRES
NATURAIS**

Tese apresentada como requisito parcial à
obtenção do grau de Doutora em Psicologia,
Programa de Pós-Graduação em Psicologia,
Centro de Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientadora: Profa. Dra. Andréa Barbará da
Silva Bousfield.

Florianópolis

2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Koelzer, Larissa Papaleo
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE RISCOS E DESASTRES NATURAIS /
Larissa Papaleo Koelzer ; orientadora, Andréa Barbará da
Silva Bousfield, 2020.
143 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa
de Pós-Graduação em Psicologia, Florianópolis, 2020.

Inclui referências.

1. Psicologia. 2. desastres naturais. 3. risco. 4.
representações sociais. I. Barbará da Silva Bousfield,
Andréa . II. Universidade Federal de Santa Catarina.
Programa de Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

Larissa Papaleo Koelzer

Representações sociais de risco e desastres naturais

O presente trabalho em nível de doutorado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof.(a) Ana Maria Justo, Dr.(a)

Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.(a) Maíra Longhinotti Felipe, Dr.(a)

Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.(a) Gislei Mocelin Polli, Dr.(a)

Universidade Tuiuti do Paraná

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de doutor em Psicologia.

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Prof.(a) Andréa Barbará. S. Bousfield, Dr.(a)

Orientador(a)

Florianópolis, 2020.

OS FILHOS DA PAIXÃO

[...]

Carregamos no peito, cada um, batalhas incontáveis.

Somos a perigosa memória das lutas.

Projetamos a perigosa imagem do sonho.

*Nada causa mais horror à ordem
do que homens e mulheres que sonham.*

Nós sonhamos. E organizamos o sonho.

*Nascemos negros, nordestinos, nisseis, índios,
mulheres, mulatas, meninas de todas as cores,
filhos, netos de italianos, alemães, árabes, judeus,
portugueses, espanhóis, poloneses, tantos...*

Nascemos assim, desiguais, como todos os sonhos humanos.

Fomos batizados na pia, na água dos rios, nos terreiros.

Fomos, ao nascer, condenados a amar a diferença.

A amar os diferentes.

Vimos da margem.

[...]

Somos dilacerados como todos os filhos da paixão.

*Briguentos. Desafortados. Unidos. Livres:
como meninos de rua.*

*Quando o inimigo não fustiga
inventamos nossas próprias guerras.*

Desenvolvemos um talento prodigioso para elas.

[...]

A revolução que acalentamos na juventude faltou.

A vida não. A vida não falta.

E não há nada mais revolucionário que a vida.

Fixa suas próprias regras.

Marca a hora e se põe de nós, incontornável.

Os filhos da margem têm os olhos postos sobre nós.

Eles sabem, nós sabemos que a vida não nos concederá outra oportunidade.

Hoje, temos uma cara. Uma voz. Bandeiras.

Temos sonhos organizados.

*Queremos um país onde não se matem crianças
que escaparam do frio, da fome, da cola de sapateiro.*

*Onde os filhos da margem tenham direito à terra,
ao trabalho, ao pão, ao canto, à dança,
às histórias que povoam nossa imaginação,
às raízes da nossa alegria.*

*Aprendemos que a construção do Brasil
não será obra apenas de nossas mãos.*

*Nosso retrato futuro resultará
da desencontrada multiplicação
dos sonhos que desatamos.*

Pedro Tierra

1994

**Koelzer, Larissa Papaleo (2020). Representações sociais de riscos e desastres naturais. Tese de Doutorado em Psicologia - Programa de Pós Graduação em Psicologia. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.
Orientadora: Dr^a Andrea Barbara S. Bousfield
Data da defesa: 16/12/2020**

RESUMO

O presente estudo buscou analisar as representações sociais de desastres socioambientais na mídia impressa, bem como identificar a relação das representações sociais de riscos e de desastres socioambientais das pessoas que vivem em locais já atingidos com suas práticas de prevenção. Primeiramente foi realizado um estudo documental retrospectivo, com análise de 282 reportagens da revista Veja publicadas de 1968 a junho de 2020, as quais tinham relação com o tema. Analisou-se o corpus por meio de uma Classificação Hierárquica Descendente, com auxílio do software IRaMuTeQ, e identificou-se que a representação social observada na revista Veja apresenta aspectos relacionados ao conhecimento científico, narrativas focadas na tragédia e na superação e reportagens sobre temas políticos e econômicos relacionados aos desastres. Identificou-se uma mudança na abordagem aos desastres, havendo maior implicação do papel da sociedade, dos governos, enfatizando a questão política e social. O segundo estudo realizado foi um levantamento de dados utilizando técnica de coleta de dados por meio de entrevista e aplicação de questionário. Participaram do estudo 40 pessoas residentes na cidade de Itajaí, cuja escolha foi por conveniência e intencional, composta por procedimento não-probabilístico utilizando-se a técnica de Bola de Neve (Snowball). Como critérios de inclusão foram considerados ter mais 18 anos, morar no município de Itajaí há mais de seis meses e residir em área de risco para desastres socioambientais. O critério de exclusão de participantes foi a presença de alguma impossibilidade de entendimento na aplicação do questionário. A análise dos dados coletados nas questões abertas foi realizada com auxílio do software IRaMuTeQ, para a realização da Classificação Hierárquica Descendente. Para análise das questões de caracterização dos participantes foi realizada análise estatística descritiva (média e desvio padrão) e relacional (comparação de médias do tipo Teste-T e correlações de Spearman) utilizando o Pacote Estatístico SPSS (Statistical Package Social Sciences), versão 17.0. Não foi encontrada uma representação solidificada e hegemônica sobre o risco, percebe-se que essa representação constitui um sistema de representações, que se relaciona com outras representações. A representação social de desastre socioambiental,

por sua vez, está relacionada à ideia de perdas, de mudanças, bem como com o risco de vivenciá-lo novamente. Os riscos, portanto, provavelmente só são percebidos quando as condições climáticas desencadeantes se apresentam, e isso influencia na adoção de comportamento de prevenção. O estudo permitiu concluir também que a gravidade atribuída a determinados desastres socioambientais não está necessariamente relacionada com a adoção práticas de prevenção, e sim que provavelmente seja a preocupação com os desastres mais próximos do contexto das pessoas que interfira na adesão de tais práticas.

Palavras chave: Representações sociais; riscos; desastres naturais; desastres socioambientais; prevenção de desastres.

Koelzer, Larissa Papaleo (2020). Representações sociais de riscos e desastres naturais. Tese de Doutorado em Psicologia - Programa de Pós Graduação em Psicologia. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

Orientadora: Dr^a Andrea Barbara S. Bousfield

Data da defesa: 16/12/2020

ABSTRACT

The present study aimed to analyze the social representations of socio-environmental disasters in the print media and also to identify the relationship between the social representations of risks and socio-environmental disasters of people living in places already affected by disasters with their prevention practices. First, a retrospective documentary study was carried out, with an analysis of 282 reports from *Veja* magazine, published from 1968 to June 2020, which were related to the theme. The corpus was analyzed using a Descending Hierarchical Classification, with the IRaMuTeQ software, and it was identified that the social representation observed in *Veja* magazine presents aspects related to scientific knowledge, narratives focused on tragedy and overcoming and reports on political themes and economic costs related to disasters. A change in the approach to disasters was identified, with the role of society and governments now being more involved, emphasizing the political and social issue. The second study carried out was a data survey using data collection technique through interview and questionnaire. Forty people living in the city of Itajaí participated in the study, a sample whose choice was for convenience and intentional, consisting of a non-probabilistic procedure using the Snowball technique. The inclusion criteria were considered to be over 18 years old, to live in Itajaí for more than six months and to live in an area at risk for socio-environmental disasters. The criterion for exclusion of participants was the presence of some impossibility of understanding when applying the questionnaire. The analysis of the data collected in the open questions was performed with the IRaMuTeQ software, for the realization of the Descending Hierarchical Classification. Descriptive (mean and standard deviation) and relational (comparison of T-Test means and Spearman correlations) statistical analyzes were performed to analyze the sample characterization questions using the SPSS (Statistical Package Social Sciences) version 17.0. A solidified and hegemonic representation about risk was not found, it is clear that this representation constitutes a system of representations, which is related to other representations. The social representation of socio-environmental

disaster is related to the idea of losses, changes, as well as the risk of experiencing it again. Therefore, the risks are probably only perceived when the triggering climatic conditions present themselves, and this influences the adoption of preventive behavior. The study also concluded that the seriousness attributed to certain socio-environmental disasters is not necessarily related to the adoption of preventive practices, but that it is probably the concern with the disasters closest to the context of the people that interfere in the adherence to such practices.

Keywords: social representations; risks; natural disasters; socio-environmental disasters; disasters prevention.

Koelzer, Larissa Papaleo (2020). Representações sociais de riscos e desastres naturais. Tese de Doutorado em Psicologia - Programa de Pós Graduação em Psicologia. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

Orientadora: Dr^a Andrea Barbara S. Bousfield

Data da defesa: 16/12/2020

RESUMEN

El presente estudio buscó analizar las representaciones sociales de los desastres sicionaturales en los medios impresos, así como identificar la relación entre las representaciones sociales de los riesgos y los desastres sicionaturales de las personas que viven en lugares ya afectados por desastres con sus prácticas de prevención. En primer lugar, se realizó un estudio documental retrospectivo, con un análisis de 282 informes de la revista *Veja*, publicados entre 1968 y junio de 2020, que estaban relacionados con la temática. El corpus fue analizado a través de una Clasificación Jerárquica Descendente, con la ayuda del software IRaMuTeQ, y se identificó que la representación social observada en la revista *Veja* presenta aspectos relacionados con el conocimiento científico, narrativas centradas en la tragedia y la superación e informes sobre temas políticos y costos económicos relacionados con los desastres. Se identificó un cambio en el enfoque de los desastres, con un mayor involucramiento del rol de la sociedad y los gobiernos, enfatizando el tema político y social. El segundo estudio realizado fue una encuesta de datos mediante la técnica de recolección de datos mediante entrevista y cuestionario. En el estudio participaron cuarenta personas residentes en la ciudad de Itajaí, cuya elección fue por conveniencia e intencional, consistente en un procedimiento no probabilístico mediante la técnica Snowball. Los criterios de inclusión se consideraron ser mayores de 18 años, vivir en Itajaí por más de seis meses y vivir en una zona de riesgo por desastres sicionaturales. El criterio de exclusión de los participantes fue la presencia de cierta imposibilidad de comprensión al momento de aplicar el cuestionario. El análisis de los datos recogidos en las preguntas abiertas se realizó con la ayuda del software IRaMuTeQ, para la realización de la Clasificación Jerárquica Descendente. Se realizaron análisis estadísticos descriptivos (media y desviación estándar) y relacionales (comparación de medias Test-T y correlaciones de Spearman) para analizar las preguntas de caracterización de la muestra

utilizando el paquete estadístico SPSS (Statistical Package Social Sciences) versión 17.0. No se encontró una representación solidificada y hegemónica sobre el riesgo, es claro que esta representación constituye un sistema de representaciones, el cual se relaciona con otras representaciones. La representación social del desastre socioambientale, a su vez, se relaciona con la idea de pérdidas, cambios, así como el riesgo de volver a experimentarlo. Por tanto, los riesgos probablemente sólo se perciban cuando se presentan las condiciones climáticas desencadenantes, lo que influye en la adopción de conductas preventivas. El estudio también concluyó que la gravedad atribuida a ciertos desastres socionaturales no está necesariamente relacionada con la adopción de prácticas preventivas, sino que probablemente sea la preocupación por los desastres más cercanos al contexto lo que interfiere con la adherencia de tales prácticas.

Palabras clave: representaciones sociales; riesgos; desastres naturales; desastres socionaturales; prevención de desastres.

LISTA DE FIGURAS

<i>Figura 1</i> - Registros de Danos e Prejuízos por Município (1995 – 2014) (CEPED, 2016).....	32
<i>Figura 2</i> - Registros de Danos e Prejuízos por Tipo de Evento (CEPED, 2016).....	33
<i>Figura 3</i> - Processo fundamental de comunicação entre um emissor e um receptor, por intermédio de um canal físico (Kientz, 1973).	50
<i>Figura 4</i> - Quantidade de reportagens sobre o assunto por década.....	65
<i>Figura 5</i> - Nuvem de palavras referente ao <i>corpus</i> “Reportagens”.	66
<i>Figura 6</i> - <i>Dendograma</i> do <i>corpus</i> “Reportagens”.	67
<i>Figura 7</i> - Registro total de eventos no Estado de Santa Catarina 1991-2012 (CEPED UFSC, 2013).....	74
<i>Figura 8</i> - retratos das enchentes de 1939, 1948, 1950 e 1973 em Itajaí.....	76
<i>Figura 9</i> - Áreas inundadas pela enchente de 2008 no município de Itajaí.	78
<i>Figura 10</i> - Distribuição das respostas sobre confiança.....	83
<i>Figura 11</i> - Nuvem de palavras referente ao <i>corpus</i> “Entrevista”.	90
<i>Figura 12</i> - <i>Dendograma</i> da Classificação Hierárquica Descendente do <i>corpus</i> “Entrevistas”.....	92

LISTA DE TABELAS

<i>Tabela 1</i> - Distribuição das respostas sobre a gravidade de cada tipo de desastre.....	84
<i>Tabela 2</i> - Distribuição das respostas sobre a confiança nas fontes de informação.....	85
<i>Tabela 3</i> - Distribuição das respostas sobre a preocupação com os desastres.	85
<i>Tabela 4</i> - Distribuição das respostas sobre práticas de prevenção e proteção de desastres socioambientais	87
<i>Tabela 5</i> - Explicação da Categorização Temática.	98

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEPED - Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres
CHD - Classificação Hierárquica Descendente
ISDR - International Strategy for Disaster Reduction
OPAS - Organização Pan-Americana da Saúde
ONG - Organização não governamental
ONU - Organização das Nações Unidas
RS – Representações sociais
SARF - Social Amplification of Risk Framework
ST – Segmento de texto
TCLE – Termo de consentimento livre e esclarecido
TRS - Teoria das representações sociais

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 OBJETIVOS	21
2.1 Objetivo geral:.....	21
2.2 Objetivos específicos:	21
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	22
3.1 Desastres socioambientais.....	22
3.2 Desastres socioambientais no Brasil	27
3.3 Desastres socioambientais em Santa Catarina.....	31
4 RISCO: Conceitos e abordagens	34
4.1 Teoria da Amplificação Social do Risco.....	40
5 TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	42
5.1 Representações Sociais, Comunicação e Mídia	48
5.2 Representações Sociais e Práticas Sociais.....	53
6 REVISÃO DE LITERATURA	56
7. MÉTODO.....	61
8. ESTUDO DOCUMENTAL	61
8.1 Método	62
8.1.1 Coleta de Dados	62
8.1.2 Análise de Dados.....	63
8.2 Resultados	64
9. LEVANTAMENTO DE DADOS.....	73
9.1 Método	73
9.1.1 Contexto da Pesquisa	74
9.1.2 Instrumento de Coleta de Dados	79
9.1.3 Procedimentos de Coleta de Dados	80
9.1.4 Análise de Dados.....	81
9.1.5 Considerações Éticas.....	81
9.2 Resultados	81
9.2.1 Caracterização dos participantes	81
9.2.2 Caracterização do risco e medidas de prevenção/proteção	83
9.2.3 Representações sociais de riscos e desastres socioambientais: um panorama a partir da técnica de entrevista	90

9.2.4 Análise com divisão temática da questão sobre risco	97
10 DISCUSSÃO.....	102
11 CONSIDERAÇÕES FINAIS	119
12 REFERENCIAS	122
APÊNDICE A – Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE).....	137
APÊNDICE B – Questionário.....	140

1 INTRODUÇÃO

Desde os anos 1970 a preocupação com questões ambientais ganhou visibilidade mundial, sendo o clima do planeta e suas mudanças um dos assuntos mais debatidos na atualidade. A retomada do debate mundial deve-se, sobretudo, à emergência da temática dos desastres socioambientais. A identificação de fatores que influenciam a mudança climática e o aumento da frequência de eventos extremos constitui-se num dos maiores desafios da ciência, assim como o estudo de suas consequências e medidas de prevenção.

Assim como vem acontecendo no mundo, houve no Brasil um crescimento expressivo das ocorrências de desastres a partir de 1960. Os principais fenômenos que já ocorreram no país são inundações e enchentes, escorregamentos de solos e/ou rochas e tempestades (Tominaga, Santoro, & Amaral, 2009; Freitas *et al.*, 2020). Considera-se desastre o resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, em uma comunidade ou sociedade, podendo resultar em perdas humanas, materiais, econômicas ou ambientais de grande proporção, provocando danos que excedem a capacidade de superá-los utilizando seus recursos próprios (UNISDR, 2016). De acordo com a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS, 2015) os desastres socioambientais podem se tornar cada vez mais frequentes e/ou mais graves do que já vem ocorrendo, impactando a saúde das populações de forma que seus efeitos não se restringem somente aos de curto prazo, mas aos de médio e longo prazo.

O Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres – CEPED - da Universidade Federal de Santa Catarina publicou em 2016 um relatório sobre os danos materiais e prejuízos decorrentes de desastres socioambientais em Santa Catarina de 1995 a 2014. No Estado já houve registro de danos relacionados a severas estiagens, grandes inundações, enxurradas, granizos, vendavais, tornados, e inclusive ao único furacão registrado na costa brasileira. De modo geral, a região Oeste do estado é a mais afetada pelos desastres, resultando em prejuízos sociais, ambientais e econômicos. No Vale do Itajaí são as inundações e deslizamentos de terra que causam os maiores prejuízos, inclusive com a ocorrência de perda de vidas (Magnago *et al.*, 2015). No entanto, como alguns desastres são raros, e até mesmo incertos, a ameaça muitas vezes é considerada distante (Spink, 2014).

Considera-se risco não como o resultado de um cálculo de probabilidades, mas enquanto avaliação subjetiva da possibilidade de ocorrência de um acontecimento

extremo (Kates & Kaspersen, 1983). Assim sendo, os indivíduos estão vulneráveis não apenas aos riscos naturais e tecnológicos, mas também a riscos sociais específicos, tais como a violência, novas doenças, os riscos sociais associados ao desemprego e recessão econômica, entre outros (Beck, 1992). No presente estudo, portanto, serão abordados os riscos naturais.

O risco ambiental relaciona-se a processos e eventos de origem natural ou induzida por atividades humanas, que podem apresentar-se com diferentes graus de perdas, em função da intensidade do agente, da escala e do tempo de atividade dos processos. Além disso, estão diretamente ligados ao uso dos recursos naturais e transformações da sociedade. Existe uma gama de processos naturais potencialmente causadores de riscos à sociedade, ligada aos processos endógenos (terremotos, vulcanismo, tsunamis), processos exógenos (erosão, movimentos de massa na superfície terrestre, enchentes, assoreamento) e outros ainda de natureza atmosférica (furacões, ciclones, tornados, tempestades, trovões, chuvas, secas, calor extremo, frio extremo, raios) (Castro, Peixoto & Pires do Rio, 2005; Freitas *et al.*, 2020).

Beck (1999) afirma que a sociedade globalizada de risco vive diante de perigos e inseguranças induzidas e introduzidas pela modernização. Por isso, encaramos riscos jamais vistos na história da humanidade. O autor considera o risco um fenômeno característico de uma mudança societal de grande impacto, que define um novo tipo de modernidade, a modernidade reflexiva. Ainda de acordo com Beck, o desenvolvimento científico e técnico não irá mais dar conta do prognóstico e controle dos riscos criados por este mesmo desenvolvimento. Essa perspectiva, que pode ser considerada sociocultural, enfatiza a importância dos contextos culturais e sociais na produção e negociação dos riscos (Mendes, 2015).

Da mesma maneira, Slovic (1987) propõe que só é possível observar e mensurar o risco considerando-o intrínseco a determinado contexto, o qual origina sua interpretação e percepção de gravidade. Corroborando com essa ideia, Douglas e Wildavsky (2012), numa perspectiva culturalista do risco, consideram que as pessoas e organizações selecionam determinados riscos e rejeitam outros da mesma magnitude, ignorando muito perigos potenciais à sua volta. Nessa perspectiva, os discursos sobre os riscos e desastres não procedem primariamente da observação do mundo subjetivo, e sim do universo cultural, sendo que os indivíduos ajustam sua observação e atribuem significados ao que veem conforme sua situação de classe, predisposições ideológicas, políticas, entre outros aspectos.

Na corrente culturalista, o risco é entendido como algo carregado de significado e fortemente influenciado por valores e crenças sociais (Douglas & Wildavsky, 2012). Portanto, o risco transformou-se num fenômeno socialmente construído e representado, passível de ser enviesado e moldado pelas diversas formas de transmissão de informação, bem como por diferentes fontes de poderes e de saberes em interação no mundo social (Areosa, 2010).

A teoria da amplificação social do risco (*SAR – Social Amplification of Risk*) tem foco na percepção e comunicação de risco, assumindo que a percepção de risco é, principalmente, determinada pela forma como ele é comunicado através da mídia ou outras fontes de informações. A análise da forma como as informações são divulgadas pode explicar a amplificação ou a atenuação das preocupações com determinados riscos (Kasperson, 1998). A intensa divulgação midiática de alguns assuntos ou eventos leva a uma amplificação social do risco (Frewer, Miles & Marsh, 2002) ou à construção de uma opinião pública mais negativa em relação a determinados assuntos (Gaskell *et al.*, 1999).

Beck (1999) destaca a importância da difusão dos riscos na mídia, visto que geralmente eles são imperceptíveis no dia a dia. Assim, também é possível afirmar que a mídia ocupa importante papel na construção de representações sociais (Jodelet, 2001; Moscovici, 1978), que constituem um saber social que contribui na construção de uma realidade comum e influencia as práticas sociais. Moscovici procura explicitar como os saberes socialmente difundidos permitem que a coletividade processe um conhecimento veiculado pela mídia, transformando-o numa propriedade impessoal, pública, que permite a cada indivíduo manuseá-lo e utilizá-lo de acordo com valores e motivações sociais da coletividade à qual pertence (Nascimento-Schulze, 2000).

Moscovici (1978) utilizou três sistemas de comunicação na análise das representações divulgadas pela mídia: a difusão, a propagação e a propaganda. Os três sistemas são diferenciados de acordo com a fonte, a lógica e a função das mensagens. Na propaganda, a comunicação tem o objetivo de incidir sobre o comportamento do receptor, a mensagem estrutura-se de forma dicotomizada entre o que é certo e o que é errado, e a comunicação expressa os interesses de determinado grupo. Portanto, um dos principais objetivos da propaganda é formar uma representação social. Na modalidade propagação a finalidade é intervir nas atitudes e a mensagem estrutura-se de forma a controlar a ameaça de novos conhecimentos sobre o sistema de crença de certo grupo. A comunicação na modalidade difusão tem em vista a transmissão de assuntos gerais a um

grande público. A mensagem não é estruturada, contém informações e opiniões contraditórias e desarticuladas entre si, com a finalidade de garantir ao grande público o acesso às informações.

A representação do risco ambiental é influenciada pelas fontes de informação que o indivíduo ou grupo privilegia, ou seja, as pessoas elegem suas fontes de informação de acordo com critérios que refletem sua pertinência cultural, além das suas motivações, preocupações pessoais e conhecimentos (Kuhnen, 2009). A percepção desse risco também sofre forte influência de fatores psicológicos, simbólicos e socioculturais, além de elementos referentes ao lugar e proximidade de perigos ou riscos e do acesso às informações e a forma são veiculadas. Tais fatores, agregados a diferentes crenças, atitudes e experiências influenciam nas condutas individuais e coletivas e nas ações de mitigação e adaptação (Favero *et al.*, 2016; Spink, 2014; Di Giulio & Ferreira, 2013; Santos & Marandola Jr., 2012; Moser, 2010).

Basolo e colaboradores (2009) consideraram os resultados de décadas de estudos empíricos acerca dos riscos ambientais e o incremento das ações de preparação para concluir que, se há excessiva confiança da comunidade no gestor e em suas respectivas práticas peritas, reduzem-se as medidas de autoproteção da comunidade diante dos fatores de ameaça natural. Com base numa racionalidade instrumental, o grupo tende a gastar menos recursos materiais e tempo em ações de prevenção quando tem o entendimento de que a estrutura governamental estará amplamente mobilizada para o atendimento em caso de riscos ou consequências severas. Entretanto, as consequências severas deixadas pelos desastres, evidenciando a falibilidade dos órgãos envolvidos, tem influência na diminuição da confiança do público.

O estudo das representações sociais, portanto, permite ampliar a compreensão dos conhecimentos da população sobre os desastres socioambientais e permite uma apreensão do processo pelo qual as pessoas se apropriam do conhecimento científico e o incluem no discurso social, tornando-o um conteúdo comum (Polli & Kuhnen, 2011; Félonneau, 2003; Jodelet, 1996). Estudos acerca das representações sociais do ambiente e de desastres socioambientais (Oliveira & Maia, 2016; Polli & Camargo, 2016; Joffe *et al.*, 2015; Polli & Camargo, 2015; Moloney *et al.*, 2014), demonstram ser este um tema de relevância atual, que vem ganhando espaço na pesquisa científica e que há muito ainda para contribuir, visto que se relaciona de forma direta com a vida e a saúde das pessoas.

A percepção ambiental torna-se um campo de estudo essencial, servindo como instrumento de apoio para a tomada de decisão e gestão sobre o meio ambiente e os desastres socioambientais (Rodrigues *et al.*, 2012). Por isso, a relevância social dessa pesquisa reside na importância da compreensão das representações sociais de desastres e riscos naturais, visto que elas, bem como as informações divulgadas na mídia, podem ter influência nas práticas de prevenção relacionadas aos desastres.

Os estudos recentes sobre o tema dos desastres, realizados por pesquisadores das áreas da sociologia, psicologia social, ciência política, administração pública e outras, trazem contribuições relevantes na análise da relação dos gestores de emergência e de riscos com as populações afetadas. No entanto, a relevância científica desta tese está em aferir a relação entre as representações sociais dos desastres e dos riscos naturais com as práticas de prevenção adotadas ou não em vista do risco de desastres. Além disso, será analisado o conteúdo divulgado numa mídia impressa de grande circulação nacional, com o objetivo de identificar o que é difundido sobre o tema, para identificação dessas representações.

Assim sendo, pode-se dizer que com a realização desta pesquisa buscou-se aprofundar os conhecimentos sobre a relação das representações sociais de desastres e riscos naturais com práticas de prevenção, elucidando a seguinte questão:

Qual a relação entre as representações sociais de riscos e desastres socioambientais com práticas de prevenção?

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral:

- Analisar a relação entre representações sociais de riscos e desastres socioambientais com práticas de prevenção.

2.2 Objetivos específicos:

- Caracterizar as representações sociais de riscos e desastres socioambientais veiculadas por uma mídia impressa de grande circulação nacional;
- Identificar as representações sociais de riscos socioambientais;
- Identificar as representações sociais dos desastres socioambientais;

- Identificar práticas de prevenção relacionadas aos desastres socioambientais;

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Esta parte da tese contempla os conceitos teóricos que darão suporte a confecção do estudo. Este capítulo divide-se em 4 partes: inicialmente é feita uma contextualização acerca dos desastres socioambientais, bem como desses desastres no Brasil e em Santa Catarina, em seguida sobre os riscos e a Teoria da Amplificação Social dos Riscos. Por fim é abordada a Teoria das Representações Sociais, suporte teórico desta tese, e sua intersecção com as comunicações e mídia, bem como a influência nas práticas sociais.

3.1 Desastres socioambientais

Desastres socioambientais ocorrem quando fenômenos naturais severos, tais como inundações, escorregamentos, secas, furacões, entre outros, atingem áreas ou regiões vulneráveis ocupadas por seres humanos, causando danos e perdas de caráter social, econômico e ambiental (Kobiyama *et al.*, 2006). Com uma recorrência e impactos cada vez mais intensos, os desastres vem sendo considerados pelos cientistas resultado das mudanças climáticas globais (Tominaga, Santoro & Amaral, 2009).

Perry e Quarantelli (2005) afirmam que ainda não se chegou a um consenso sobre o que se denomina desastre. A principal dúvida, nesse sentido, seria com relação a quais fenômenos podem ser abarcados por uma definição, e no que eles diferem de acidentes e emergências, por exemplo. Com o intuito de fazer essa diferenciação, entre desastres, acidentes e emergências, Britton (1986) considerou-os como períodos de crise social, cada qual com um determinado grau de estresse coletivo. Nesse sentido, o acidente é considerado um evento que apresenta menor grau de estresse coletivo em comparação aos demais e que atinge um grupo específico de vítimas, ao passo que uma situação de emergência é considerada uma crise que interfere nas atividades de um grupo de pessoas. Já o desastre, por sua vez, afetaria um número maior de pessoas, provocando uma ruptura na maioria das estruturas sociais e comunitárias.

Assim sendo, os critérios que estariam sendo utilizados para diferenciar cada um desses eventos são o número de pessoas atingidas, a capacidade de resposta local e a ruptura provocada nos sistemas sociais (Garcia-Renedo, 2007; Freitas *et al.*, 2020). Contudo, apesar de ser importante fazer tal diferenciação, não é adequado mensurar um desastre com base apenas no número de atingidos e na ruptura provocada nas estruturas sociais, uma vez que ele constitui-se num evento multideterminado, devendo-se levar em consideração seus aspectos subjetivos, políticos, econômicos e sociais.

Perry e Quarantelli (2005) observam que há um importante ponto de entendimento sobre o conceito de desastre, qual seja, a concepção de desastre como um fenômeno social ou, mais precisamente, um evento de caráter disruptivo da estrutura ou sistema social. Kreps (1998) destaca o significado do desastre como uma construção social que reporta um evento que não é usual, portanto, distinto e mais crítico que os outros desafios da vida cotidiana.

Assim, um conceito de desastre adotado atualmente refere-se a uma grave perturbação do funcionamento de uma comunidade ou de uma sociedade, abrangendo perdas humanas, materiais, econômicas ou ambientais de grande extensão, cujos impactos extrapolam a capacidade da comunidade ou da sociedade afetada de superá-los com recursos próprios (UNISDR, 2015). Partindo dessa premissa, o Sistema Nacional de Defesa Civil classifica o desastre, por origem, em natural, misto e antropogênico, não reconhecendo, portanto, o termo desastre ambiental.

As classificações mais empregadas caracterizam os desastres de acordo com sua origem e intensidade (Alcântara-Ayala, 2002; Marcelino, 2008). Com relação à origem ou causa primária do agente causador, os desastres podem ser naturais ou humanos (antropogênicos). Desastres naturais são aqueles causados por fenômenos e desequilíbrios da natureza que independem da ação humana, em geral, têm como gênese um fenômeno natural de grande intensidade, agravado ou não pela atividade humana. Podem ter origem na dinâmica interna da Terra, como os terremotos, maremotos, vulcanismo e tsunamis, ou na dinâmica externa da Terra, caso das tempestades, tornados, inundações, escorregamentos, entre outros. Por sua vez, os desastres humanos ou antropogênicos são resultado de ações ou omissões humanas e relacionam-se com as atividades do homem, como agente ou autor. São exemplos desse tipo de desastre: acidentes de trânsito, incêndios urbanos, contaminação de rios, rompimento de barragens, etc. (Alcântara-Ayala, 2002; Kobiyama *et al.* 2006; Marcelino, 2008).

O acelerado processo de urbanização levou ao crescimento das cidades em várias partes do mundo, inclusive no Brasil, muitas vezes em áreas impróprias à ocupação, aumentando a vulnerabilidade da população aos eventos naturais e aos danos e impactos decorrentes dos desastres. Pode-se afirmar que os desastres socioambientais resultam da combinação entre características físicas do lugar, suas suscetibilidades, fragilidades e a capacidade de resposta e recuperação da sociedade, expressas por sua vulnerabilidade e resiliência (OPAS, 2015). Assim, os desastres socioambientais atingem proporcionalmente os mais desfavorecidos devido ao maior número de população de baixa renda vivendo em moradias mais frágeis, em áreas de maior densidade populacional e terrenos mais suscetíveis (Tominaga, Santoro, & Amaral, 2009). Por conta disso, a vulnerabilidade surge como importante conceito na área dos estudos de desastres, contribuindo para a compreensão de seus impactos (Birkmann, 2006; Iwama *et al.*, 2016).

Em termos gerais, vulnerabilidade corresponde ao potencial para perdas e danos inerentes a uma pessoa ou a uma coisa (Weichselgartner, 2001). Entretanto, há diversos outros conceitos para defini-la (O'Brien *et al.*, 2004; 2013). Geralmente, uma primeira interpretação focaliza aspectos biofísicos para analisar a vulnerabilidade. Estudos nesse sentido tendem a considerar vulneráveis os que vivem em ambientes físicos precários ou que terão os efeitos físicos, resultantes das mudanças climáticas, mais dramáticos (Liverman, 2001; Tominaga *et al.*, 2009). Sendo assim, o que determinaria ou influenciaria a vulnerabilidade de um indivíduo ou grupo social seria sua capacidade de resposta frente às mudanças climáticas.

Outra perspectiva considera que há múltiplos fatores e processos ambientais, sociais, econômicos, políticos e culturais podendo influenciar na vulnerabilidade e na capacidade de resposta aos efeitos das mudanças climáticas (Alexander, 2011; Vargas, 2016). Ambas as interpretações da vulnerabilidade, como resultado e contextual, apesar de exibirem diferenças segundo sua abordagem científica e encaminhamento de respostas políticas, são complementares (O'Brien *et al.*, 2013).

O termo vulnerabilidade reflete a insegurança de uma sociedade que se sente exposta ao perigo e é utilizado das mais diversas formas e nos mais distintos contextos. De maneira geral, o termo leva ao entendimento de condição instável, de exposição a algum risco. Na maioria das vezes, a condição de vulnerabilidade é assinalada para os sujeitos e não para os processos que os tornam vulneráveis. Tomando a vulnerabilidade como uma noção relativa, normalmente está associada à exposição aos riscos, indicando

uma maior ou menor suscetibilidade de pessoas, lugares, ou ecossistemas a sofrerem determinado agravo (Kuhnen, 2009).

Os conceitos relacionados a risco, vulnerabilidade e adaptação vêm sendo discutidos em extensa literatura pelo menos desde a década de 1940, com o desenvolvimento de um campo de pesquisas marcadamente multidisciplinares destinadas à ocupação humana em áreas de risco (White, 1945; White & Hass, 1975). A partir da década 1980, o termo vulnerabilidade surge com mais frequência no campo das pesquisas sobre riscos e perigos (Wisner, 2009) e esses temas tornaram-se importantes no contexto das mudanças climáticas no que se refere à exposição e adaptação aos eventos climáticos extremos.

A partir da década de 1970 constatou-se, mundialmente, um incremento no número de desastres, por conta disso, as manifestações da comunidade internacional acerca do tema dos desastres mudaram de foco gradativamente. Em 1994 foi realizada a I Conferência Mundial para Redução de Desastres, em Yokohama, no Japão. A Conferência foi um grande marco, pois deu origem à Estratégia de Yokohama e Plano de Ação para um Mundo mais Seguro, documento que demonstrou a necessidade de ações de prevenção de desastre e apresentou pela primeira vez uma proposta de política de redução de desastres com orientações sociais comunitárias (Silveira & Cardoso, 2016). A partir daí, as discussões no cenário mundial passaram a focar na vulnerabilidade de populações e seus fatores sociais (tradições culturais, crenças, questões econômica, confiança, comprometimento político, etc.), e não ficaram mais centradas apenas nos aspectos técnicos e científicos (Brasil, 2010).

A Organização das Nações Unidas (ONU) declarou a década de 1990 como a Década Internacional para Redução de Desastres Naturais, destinada à promoção de soluções para redução do risco de perigos naturais, fortalecendo os programas de prevenção e redução de acidentes naturais. Uma das ações foi a implantação da Estratégia Internacional para Redução de Desastres (*International Strategy for Disaster Reduction – ISDR*), com foco em promover maiores envolvimento e comprometimentos públicos, disseminação de conhecimentos e parcerias para implementar medidas de redução de riscos. Incumbida de fortalecer as nações e as comunidades, tornando-as mais resilientes frente a desastres socioambientais por meio da conscientização dos agentes envolvidos no âmbito nacional, regional e internacional (Silva, 2012). Para a Estratégia Internacional de Redução dos Desastres, o conceito de proteção civil passa pelo contundente apelo ao desenvolvimento humano e comunitário,

não se tratando apenas do esforço do ente público em difundir informação aos grupos considerados vulneráveis, e sim agir sobre os riscos provocados pela pobreza e na insegurança de acesso aos mínimos vitais e sociais (Valencio, 2012).

Entretanto, foi em 2005, quando ocorreu a II Conferência Mundial para Redução de Desastres, na província de Hyogo, Japão, que a comunidade internacional atentou-se para a necessidade de tornar o mundo mais seguro frente a desastres socioambientais. O documento resultante da Conferência, o Marco de Ação de Hyogo, consistiu num plano composto por cinco ações prioritárias de construção de uma cultura de segurança e resiliência, por meio do conhecimento, da inovação e da educação (Brügge, 2009).

Em 2012, no Brasil, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, conhecida como Rio+20, debateu a questão da redução de riscos de desastres e constatou-se que não há atualmente qualquer país que possa ser considerado imune aos desastres, independentemente do nível de desenvolvimento econômico e social. Mais recentemente, a ONU aprovou, no Japão, o chamado Marco de Ação de Hyogo, para o período de 2005 a 2015, com o tema “O aumento da resiliência das nações e das comunidades diante de um desastre” (ONU, 2013). Foram destacados os principais pontos de ação para redução dos riscos de desastres socioambientais e os resultados a serem alcançados para buscar uma redução considerável de perdas, tanto de vidas humanas como de bens sociais, econômicos e ambientais.

A III Conferência Mundial para Redução de Riscos de Desastres, em março de 2015, na cidade de Sendai, Japão, reforçou a importância do envolvimento das comunidades na gestão de risco de desastres. O Marco de Sendai mantém o enfoque nas ações preventivas, propondo como primeira ação prioritária o desenvolvimento e a aplicação de políticas e práticas voltadas ao entendimento dos riscos de desastre, com o objetivo de tornar as ações de prevenção mais efetivas (UNISDR, 2015).

A redução ou atenuação de desastres está relacionada a uma população devidamente informada e a aquisição de uma cultura de prevenção. Colocando essas prioridades é possível tornar as populações agentes ativas do processo de prevenção e de recuperação dos desastres, facultando um maior controle sobre os acontecimentos extremos (Rodrigues, 2010). Por isso, a estratégia para redução de desastres deve abarcar o desenvolvimento social e econômico e um criterioso gerenciamento ambiental. Deve, por conseguinte, ser construída com políticas de desenvolvimento sustentável que considerem os perigos existentes e os planos para redução dos riscos (Alcantara-Ayala, 2002).

As políticas de redução da vulnerabilidade deveriam abranger de forma integral os perigos a que determinados grupos estão cotidianamente expostos, que são relacionados à saúde e condições socioeconômicas e ambientais. Além disso, a comunidade deveria passar a ser considerada como sujeito político atuante, ou seja, considerado capaz tanto de produzir estratégias de redução dos riscos de desastres quanto para deliberar sobre aquelas que lhe sejam propostas por atores externos (ISDR, 2002).

Ainda que o desastre apareça como uma anormalidade prejudicial na rotina de um lugar para os que ali estão inseridos, essa designação não promove o entendimento de que haja relações sociais nesse processo, no qual há diferentes grupos, com distintas representações, práticas e formas de organização. Podemos definir cultura como o repertório complexo de saberes, crenças, normas e práticas que alicerçam a vida social dando-lhes um sentido de continuidade. Entretanto, de modo ambíguo, é também nela que são produzidas as estratégias de indiferença e distanciamento que, em termos microssociais e macrossociais, passa-se a tomar frente ao sofrimento coletivo de determinado grupo (Valencio, 2012).

Thornburg, Knottnerus e Webb (2007) afirmam que episódios disruptivos da vida cotidiana, como os desastres, propiciam a desritualização de práticas exercitadas com frequência por indivíduos ou grupos, inibindo a recomposição de significados do mundo. Contudo, não quer dizer que os grupos afetados por desastres ajam de forma irracional, e sim, segundo os autores, que o contexto disruptivo propiciaria maior dinamicidade das relações sociais e busca de novos mecanismos de autoproteção. Dessa forma, o desastre tanto pode desencadear uma mudança cultural e política quanto pode ser a circunstância em que se reiteram determinadas práticas (Valencio, 2012).

3.2 Desastres socioambientais no Brasil

As características geográficas do Brasil contribuem para a frequência de ocorrência de desastres. Ainda que o país nunca tenha registrado fenômenos de grande porte e magnitude como terremotos e vulcões, são expressivos os números de acidentes e desastres relacionados principalmente a escorregamentos e inundações, acarretando prejuízos e perdas significativas, inclusive de vidas humanas (Tominaga, Santoro & Amaral, 2009).

Os principais fenômenos relacionados a desastres socioambientais, no Brasil, são derivados da dinâmica externa da Terra (inundações e enchentes, escorregamentos de

solos e/ou rochas e tempestades), que geralmente ocorrem associados a eventos pluviométricos intensos e prolongados, nos períodos chuvosos que correspondem ao verão na região sul e sudeste e ao inverno na região nordeste. O Brasil encontra-se entre os países do mundo mais atingidos por inundações e enchentes. Com relação aos fenômenos da dinâmica interna, o Brasil apresenta uma fraca atividade na ocorrência de tremores, que em sua maioria, são de baixa magnitude, por isso são pouco frequentes danos associados a tremores no país (Tominaga, Santoro & Amaral, 2009).

No país, seguindo a tendência mundial, houve um aumento significativo da ocorrência de desastres socioambientais a partir de 1960, o que para alguns autores é consequência do intenso processo de urbanização, que levou ao crescimento desordenado das cidades em áreas impróprias devido às suas características geológicas e geomorfológicas desfavoráveis. As intervenções humanas nessas áreas, como desmatamentos, aterros, alterações nas drenagens, acúmulo de lixo e construção de moradias, sem a implantação da devida infraestrutura, tornam-nas ainda mais instáveis. A saturação dessas áreas com moradias precárias faz com que os desastres associados aos escorregamentos e inundações tomem proporções catastróficas, ocasionando grandes perdas econômicas e sociais (Fernandes *et al*, 2001; Carvalho e Galvão, 2006; Tominaga, 2007).

No Brasil existe uma forte relação do avanço da degradação ambiental com a intensidade dos desastres e o aumento da vulnerabilidade. Os municípios mais atingidos por desastres socioambientais no país encontram-se nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Santa Catarina, Paraná, Bahia, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Paraíba e Ceará (Carvalho & Galvão 2006; Kobiyama *et al*. 2006).

Carmo e Anazawa (2014) realizaram um estudo sobre a questão da mortalidade por desastres no Brasil, fazendo uma análise dos dados das principais bases de dados sobre mortalidade por desastres ocorridos no Brasil. Os resultados encontrados permitiram corroborar a hipótese de que a mortalidade por desastres é diferencial por sexo e por idade, sendo que a composição etária de uma população pode influenciar na vulnerabilidade aos desastres. Contudo, não se confirmou a hipótese de a mortalidade em decorrência de desastres vem aumentando, pois houve uma grande oscilação na frequência e na gravidade dos desastres ao longo do tempo. Os autores ainda apontam a necessidade de integração das diversas fontes sobre desastres no país, de modo a possibilitar a divulgação de informações fidedignas.

O Brasil possui a Codificação Brasileira de Desastres (Cobrade), que, adequada aos padrões estabelecidos pela ONU, possibilita que o país contribua efetivamente para a alimentação de dados internacionais. A classificação de desastres é importante, por motivo de ordem legal, pois a situação de emergência e estado de calamidade pública, bem como situações de anormalidade, podem ser decretadas apenas em função de um desastre. Portanto, para ser considerado um desastre o evento tem de estar necessariamente catalogado (CENAD, 2014).

Esse sistema de classificação divide os desastres em dois tipos principais: naturais e tecnológicos. Este estudo detém-se aos desastres naturais, os quais são divididos em cinco grupos: geológico, hidrológico, meteorológico, climatológico e biológico. Dentre os geológicos estão os subgrupos: terremoto (tremor de terra e tsunami), emanção vulcânica e movimento e massa (quedas, deslizamentos e erosão). Dentre os desastres do grupo hidrológicos, têm-se os subgrupos: inundações, enxurradas e alagamentos. No grupo de desastres meteorológicos, tem-se: ciclones, frentes frias/zonas de convergência, tempestades e temperaturas extremas (onda de calor, friagem, geadas). O grupo de desastres climatológicos abrange a seca (estiagem, seca, incêndio florestal e baixa umidade do ar). Por fim, o grupo dos desastres biológicos contempla: epidemias (doenças infecciosas) e infestações/pragas.

Os desastres naturais são classificados pela Defesa Civil pelos seus níveis de intensidade e evolução, variando de um a quatro. Desastres considerados nível um em intensidade são de pequeno porte e facilmente superados pela população atingida, de nível dois é considerado de médio porte e pode ser superado com recursos próprios pela população, já no nível três tem-se um desastre de grande porte e é necessária ajuda externa para superá-lo, no nível quatro tem-se um nível muito alto de desastre, o qual a população não consegue superar nem suportar. Com relação à classificação de acordo com a evolução do desastre, esse pode ser: súbito ou de evolução aguda (evolui rapidamente, ocasionando nível elevado de destruição e violência, como enchentes e vendavais); gradual ou de evolução lenta (evolui lentamente, como a estiagem) ou uma soma dos eventos parciais (ocorre em determinados lugares e, somado aos danos, causa grande impacto à população) (Brasil, 2010).

Evidências de que a frequência e a gravidade dos desastres socioambientais tendem a aumentar já são percebidas com a ocorrência de diversos eventos. Secas no estado do Amazonas em 2005 e 2010, uma das regiões de maior disponibilidade hídrica do país e do planeta, sendo que em 2009 e 2012, o mesmo estado sofreu inundações

graduais, superando níveis históricos. O mais grave desastre em termos de óbitos imediatos, em 2011, na Região Serrana do Rio de Janeiro, envolvendo inundações e deslizamentos. Em 2013, a cada quatro municípios do Nordeste três estavam em situação de emergência por conta de uma seca iniciada em 2010, considerada uma das mais longas dos últimos 50 anos. O registro das temperaturas mais elevadas dos últimos 70 anos, em 2014, em cidades como São Paulo, Porto Alegre e Rio de Janeiro (OPAS, 2015).

Diante desse histórico de desastres Valencio (2012) observa que uma das primeiras consequências desses eventos é a destruição ou danificação de produtos materiais e sociais, responsáveis pela produção, distribuição e consumo da riqueza na forma de bens e serviços. Isso se reflete na perda de estoques, de matéria-prima, insumos ou produtos finais, influenciando na perda de relações de emprego e imbricando, no geral, nas dimensões econômicas e extraeconômicas da vida. Todas essas dimensões encontram-se interligadas, por isso os desastres acabam por acelerar a perda de referenciais objetivos e subjetivos que dão sentido ao ser, em termos individuais e coletivos, nos quais se insere: a família, a comunidade, o mundo do trabalho, e assim por diante. Assim sendo, medidas de resposta à ocorrência de desastres pautada na oferta de abrigos temporários tratam o problema de forma reducionista, assim como aquelas que não consideram a totalidade das dimensões psicossociais, econômicas e políticas envolvidas na questão.

Fritz (1961) considerava os desastres como eventos que produzem distúrbios vitais no funcionamento de uma sociedade, que envolvem ao mesmo tempo problemas referentes a abrigo, saúde pública, trabalho, padrões de autoridade, regras sociais, normas culturais e rupturas no sistema de significados sobre a realidade. Um acontecimento como esse demandaria, portanto, uma análise envolvendo aspectos socioculturais e político-institucionais, com foco interpretativo tanto na estrutura social quanto nas interações sociais.

Nesse sentido, Quarantelli (1998) afirmou que as diferentes abordagens teóricas acerca do desastre têm uma premissa comum em tratá-lo como um tipo de crise social, que envolve não só um acontecimento físico, mas também uma construção social. O autor considera, ainda em relação aos desastres, que estes são uma das principais situações nas quais o stress coletivo se manifesta e, muitas das vezes, se prolonga. Por isso a necessidade de avançar em estudos, no Brasil, que não se detenham a cartografar

a vulnerabilidade relacionada a ameaças naturais, mas os demais aspectos relacionados aos desastres.

3.3 Desastres socioambientais em Santa Catarina

A região Sul do Brasil, composta pelos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, apresenta uma extensão territorial de 576.410km² e corresponde a 6,77% da área total do país. Historicamente, a região é marcada pela ocorrência de grandes desastres, pela frequência e variedade de eventos adversos e até pela ocorrência de fenômenos atípicos, como o furacão Catarina. Além disso, a região é frequentemente afetada por alagamentos, inundações bruscas e graduais, escorregamentos, estiagens, vendavais, tornados, nevoeiros e ressacas (CENAD, 2014).

O furacão Catarina, o primeiro ciclone tropical registrado no Oceano Atlântico Sul, atingiu a costa de Santa Catarina e Rio Grande do Sul no dia 28 de março de 2004. Um ciclone extratropical comum foi, gradativamente, adquirindo características de um inédito ciclone tropical, devido a condições excepcionalmente favoráveis nos padrões oceânicos e atmosféricos. Foram registrados ventos de até 150 km/h, que fizeram com que ele fosse classificado como um furacão de categoria um e afetaram um total de 100.000 residências, deixando 75 pessoas feridas e três mortos nos dois estados afetados (CENAD, 2014).

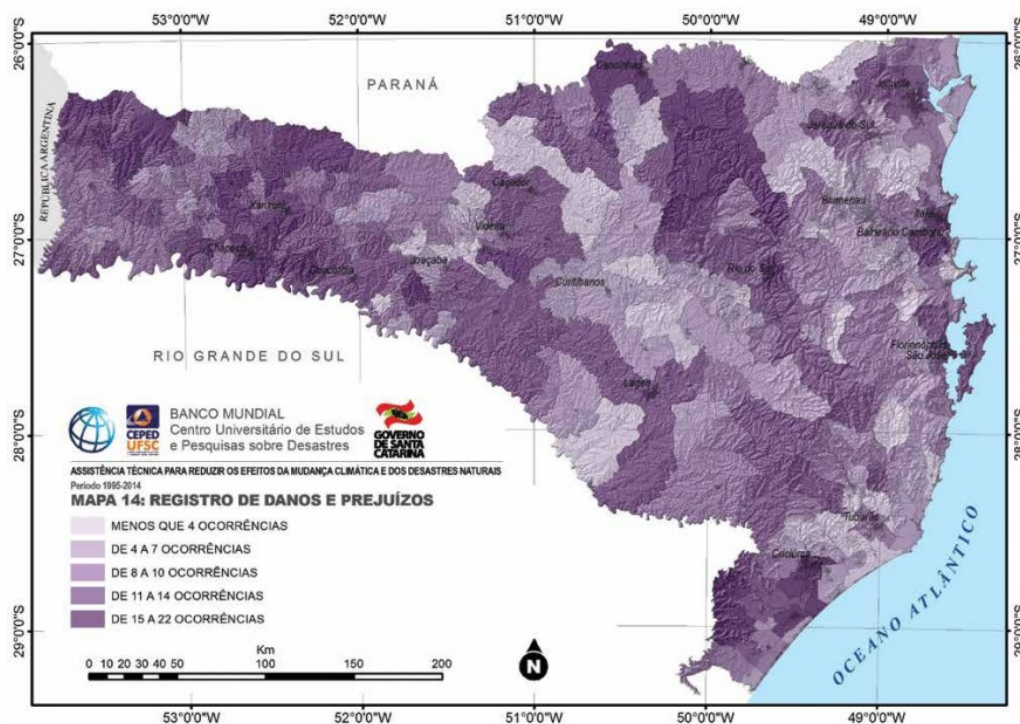
Santa Catarina faz divisa ao sul com o Rio Grande do Sul e ao norte com o Paraná, tem fronteira a oeste com a Argentina e uma costa banhada pelo Oceano Atlântico com 531km. O estado é atingido por uma grande diversidade de desastres socioambientais, como severas estiagens, grandes inundações e enxurradas. Além disso, dentre os estados brasileiros, é um dos mais afetados por granizos, vendavais, tornados e deslizamentos (CEPED, 2016).

O Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres (CEPED), da Universidade Federal de Santa Catarina, publicou em 2016 um relatório sobre os danos materiais e prejuízos decorrentes de desastres socioambientais em Santa Catarina. Para a elaboração do relatório foi considerado o período de 1995 a 2014, no qual os registros mais comuns no estado foram relacionados a eventos decorrentes do excesso de chuva, com destaque para aqueles identificados como enxurradas pelos municípios, com 907 ocorrências. Destacaram-se também os prejuízos decorrentes dos períodos de estiagem e

seca, principalmente na Região Oeste do estado, totalizando 823 ocorrências. No período compreendido no estudo, a média anual de danos materiais totais atingiu 261,7 milhões de reais, sendo que o maior somatório ocorreu no ano de 2008, com aproximadamente 2,4 bilhões de reais. A figura 1 apresenta um mapa dos registros de danos e prejuízos por município de Santa Catarina entre 1995 e 2014, analisando-se percebe-se que a distribuição entre os municípios é relativamente homogênea, sendo que as cores mais escuras refletem uma tênue acentuação de incidência de registros nos municípios do Oeste e extremo sul do estado.

Figura 1

Registros de Danos e Prejuízos por Município (1995 – 2014) (CEPED, 2016).

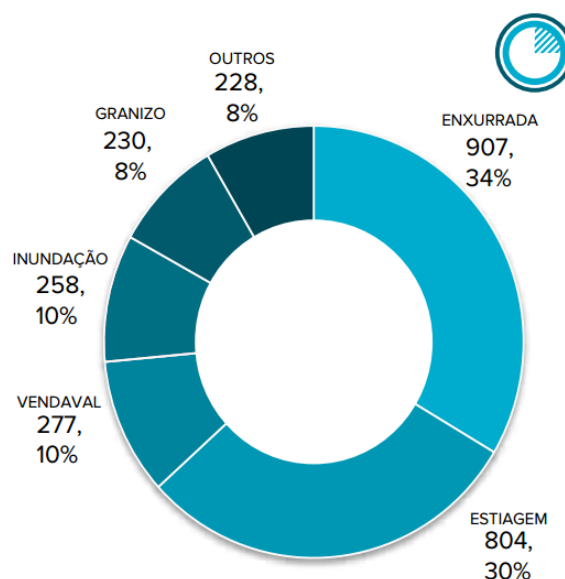


O maior somatório de prejuízos registrado no ano de 2008 deveu-se ao evento que ocorreu em Santa Catarina no final do mês de novembro daquele ano. Houve um grande volume de precipitação, que superou o recorde de chuvas no estado, configurando-se como um dos piores desastres na história do estado, cuja principal região afetada foi a litorânea e o Vale do Itajaí. Foram 63 municípios a decretar situação de emergência e 14 estado de calamidade pública, 78.656 desalojados e desabrigados dos quais 27.404 desabrigados e 51.252 desalojados, 135 mortes e 1,5 milhões afetados pelas consequências das chuvas (Sevegnani *et al.*, 2009)

O levantamento realizado pelo CEPED (2016) apresenta também informações acerca dos tipos de desastres mais registrados em Santa Catarina entre 1995 e 2014. Para tanto, os desastres naturais foram divididos em 5 grupos: hidrológico, meteorológico, climatológico, geológico e biológico, tipologias explicadas anteriormente nessa tese. Concluiu-se que em Santa Catarina os mais expressivos são os três primeiros, hidrológico, meteorológico e climatológico, sendo que os desastres de natureza hidrológica, aqueles relacionados ao excesso de chuva, foram os mais significativos. A figura 2, que apresenta os registros de danos e prejuízos por tipo de evento, permite observar que, de todas as tipologias que compõe os grupos descritos, a maior parte dos registros diz respeito a enxurradas, com 907 registros, representando 34% do total.

Figura 2

Registros de Danos e Prejuízos por Tipo de Evento (CEPED, 2016)



Uma enxurrada é escoamento superficial de alta velocidade e energia, provocado por chuvas intensas e concentradas, normalmente em pequenas bacias de relevo acidentado. Caracterizada pela elevação súbita das vazões de determinada drenagem e transbordamento brusco da calha fluvial, apresentando grande poder destrutivo. A estiagem é um período prolongado de baixa ou nenhuma pluviosidade, em que a perda de umidade do solo é superior à sua reposição. Vendaaval caracteriza-se por um forte deslocamento de massa de ar em uma região. Inundação é a submersão de áreas fora dos

limites normais de um curso de água em zonas que normalmente não se encontram submersas. O transbordamento ocorre de modo gradual, geralmente ocasionado por chuvas prolongadas em áreas de planície. Por fim, o granizo é a precipitação de pedaços irregulares de gelo (Brasil, 2013).

No ano de 2015 a cidade de Xanxerê, localizada no oeste do Estado, foi atingida por um tornado com ventos que variaram de 181 km/h a 252 km/h. Cerca de 3 mil casas foram atingidas, quatro pessoas faleceram e 120 foram hospitalizadas. De acordo com especialistas, Santa Catarina é uma das regiões do país mais favoráveis à formação de nuvens *cumulonimbus*, as quais podem originar tornados. Com a incidência de frentes frias, fenômenos de chuva e não de frio, há mais chances de ocorrência de tornado.

Esses números demonstram o quão o estado de Santa Catarina é vulnerável à ocorrência de desastres socioambientais, por isso a importância da incorporação do tema na agenda de políticas públicas deforma a assegurar uma correta compreensão e mitigação de riscos (iminentes e em desenvolvimento) e não apenas implementar protocolos de resposta quando da ocorrência de desastres (Banco Mundial, 2012).

Em Santa Catarina, os impactos são potencializados em função da ocupação de áreas de risco e falta de infraestrutura física para contenção de deslizamentos apropriada aos riscos presentes no estado. O evento de 2008, por exemplo, não se limitou ao Vale do Itajaí e região litorânea, afetando também as regiões Oeste, Norte, Grande Florianópolis e Sul do Estado (Banco Mundial, 2012). Sabe-se da relevância desse acontecimento não só para Santa Catarina, mas para todo o país, visto que o desastre foi noticiado nos principais veículos de informação de massa do país.

4 RISCO: Conceitos e abordagens

O risco define as sociedades modernas, segundo Beck (1992), autor que as designou como sociedades de risco. Associada ao conceito de modernização reflexiva, essa noção de risco define-se como uma forma sistemática de lidar com perigos e inseguranças introduzidas pela própria modernização. Esse autor compreende o risco como fenômeno característico de uma mudança societal de grande impacto e defende que eles são objeto de distribuições, assim como as riquezas, dando origem a posições sociais específicas, as posições de risco e a as posições de classes.

Para Beck (2008) existem riscos globais, que são os riscos ambientais, riscos ligados ao terrorismo e riscos financeiros, para os quais a distribuição não corresponde

às diferenças sociais, econômicas e geográficas. Sendo assim, o conceito de sociedade de risco relaciona-se diretamente com o de globalização, pois os riscos tomam uma dimensão democrática, atingindo nações e classes sociais sem fronteiras (Guivant, 2001).

A temática dos riscos ambientais e à saúde tem sido objeto de estudos devido a crescente necessidade de compreendê-los (Bourg, Joly, & Kaufmann, 2013). Considera-se que tais riscos são socialmente construídos, porém os autores não apresentam um consenso com relação ao conceito de construção social (Lupton, 2003). A diversidade de conceitos resulta de concepções contrastantes acerca dos processos e estruturas sociais, por isso pesquisadores propõem distintos instrumentos com os quais a dimensão social do risco é descrita e, em outros casos, representada. Quatro perspectivas dominantes na literatura possibilitam uma melhor compreensão desse aspecto: o paradigma psicométrico, os estudos de ciência, tecnologia e sociedade, os estudos culturais e os estudos de governabilidade (Borraz, 2014).

A abordagem psicométrica às questões do risco utiliza o termo construção social referindo-se à soma de percepções individuais. Para Slovic (1987) os indivíduos são levados a quantificar o grau de risco atual e desejável frente a diversas situações de potencial ameaça. Tal julgamento é, então, confrontado com outros fatores relacionados ao risco, como potencial de controle, imediatismo da ameaça, potencial catastrófico, entre outros. Segundo o autor esses julgamentos refletem muito mais do que simplesmente a articulação entre probabilidade e consequências de determinado evento. Dessa forma, faz-se uma crítica à visão tradicional da noção de risco como avaliação cognitiva e/ou matemática da probabilidade de ocorrer um evento. Portanto, a concepção de risco é considerada mais complexa que as previsões somente matematicamente fundamentadas.

De acordo com Slovic (1987) a confiança, apesar de ser sempre importante nas diferentes interações sociais e humanas, não tem sido devidamente considerada no que se refere ao gerenciamento dos riscos. Essa falha implicaria na visão, muitas vezes controversa, de experts e leigos acerca da análise dos riscos, pois experts geralmente consideram as reações dos indivíduos como irracionais, embora estudos da percepção do risco demonstrem que muitas vezes elas são produto de uma modelagem deficiente na avaliação dos riscos tecnológicos. A falta de participação do público nos métodos de avaliação dos riscos, portanto, suscita um déficit democrático e um rompimento na confiança do público nas instituições e governos.

Estudos dentro desse paradigma expuseram importantes diferenças entre as análises de experts e leigos, assinalando que o conceito de risco é multidimensional e, por isso, deve abarcar uma maior complexidade do que os conceitos estatísticos de abordagem técnica. Slovic (1987) admite em seus trabalhos não ser a psicologia individual a mais adequada para dar conta da totalidade da questão dos conflitos acerca do risco, julgando ser mais adequada uma perspectiva mais ampla, que inclua os complexos fatores científicos, sociais, políticos, jurídicos, institucionais e psicológicos que atuam dentro do sistema social de gerenciamento de riscos.

Nos estudos do paradigma da ciência, tecnologia e sociedade, a construção social é observada no campo das controvérsias sociotécnicas acerca de certo objeto: a contestação de uma tecnologia torna-a um risco, pois a contestação manifesta diferentes pontos de vista e exigências de conhecimento sobre a natureza do objeto, cuja soma o qualifica como risco (Irwin, 2001; Rip, 1987).

Já o paradigma cultural dos riscos (Douglas & Wildavsky, 2012) considera a avaliação que os indivíduos fazem das situações de risco um processo afetado por elementos culturais. Assim, cientistas e leigos podem percebê-lo de maneiras diferentes, sendo que muitas das notícias e afirmações sobre potenciais riscos à saúde, repassadas diariamente à população, acabam se revelando exageros potencializados pela mídia, por pesquisadores que enfatizam determinadas descobertas em detrimento de outras, por agências reguladoras, ou por políticos com interesse em resultados específicos. Dessa forma, riscos de nível baixo podem ser superdimensionados em detrimento de outros muito maiores.

Douglas e Wildavsky (2012) defendem que os riscos à saúde e ao ambiente não podem ser corretamente definidos e mensurados por cientistas, analistas de riscos, ou agências reguladoras, por considerarem o risco um constructo social ou político. A teoria cultural do risco define que diferentes grupos ou instituições tendem a divergir nas opiniões com relação à quais são as maiores ameaças à sociedade. Instituições hierárquicas, como agências governamentais e empresas, ocupantes do “centro”, estariam propensas a aceitar o risco como condição do progresso e algo possível de ser gerenciado. Em compensação, grupos da “periferia”, “sectários” por natureza, como ambientalistas, por exemplo, estariam predispostos a ser completamente avessos aos riscos. Tem-se, então, como premissa fundamental que as atitudes frente ao risco tomadas por diferentes grupos são fundamentais à sua coesão.

No que concerne aos estudos de governabilidade (Ewald, 1986), esses referem o papel dos instrumentos, métodos e mecanismos na transformação de um objeto, antecipadamente incerto, em uma entidade mensurável e computável, isto é, em um risco objetivo (Dean, 2010). Na perspectiva teórica da governabilidade, risco e segurança são considerados elementos de poder e dominação, configurando estratégias de governo. Riscos são tidos como meios específicos de apreensão e controle da realidade, não necessariamente derivando inteiramente de fatos objetivos (Ewald, 1986). Dessa forma, conclui-se que a perspectiva da governabilidade dos riscos aborda questões que não foram consideradas por Beck (1992) na tese da sociedade de risco e nas demais abordagens aos riscos. Os estudos dessa abordagem demonstram que os riscos apresentam desafios que vão além da sua mera calculabilidade e globalização, mas apresentam-se também como uma nova racionalidade e forma de controle populacional (Lupton, 2003).

As quatro diferentes abordagens colocadas, embora divergentes na maneira como o risco é construído, apresentam uma premissa em comum, de que o risco só existe a partir do momento em que tomamos conhecimento dele (Slovic, 2000). Entretanto, embora as quatro visões sejam concordantes no que diz respeito à necessidade de se analisar as construções sociais enquanto processo, elas comumente acabam por não descrever o processo em si. Ao contrário, tendem a enfatizar por vezes o papel das características originais do objeto (paradigma psicométrico), o confronto entre distintos atores (ciência, tecnologia e sociedade), o significado para diferentes grupos (paradigma cultural), ou a importância dos profissionais (governabilidade) (Borraz, 2014).

Diante disso, percebe-se que não há ainda, no campo de estudo das questões de risco, uma abordagem que integre as diferentes abordagens, descrevendo forma geral como um objeto se qualifica como risco e como é gerenciado, e principalmente, que explique o motivo desses processos serem atualmente tão corriqueiros (Borraz, 2014; Leiss, 2001). Um aspecto que, de certa maneira, explica as diferenças entre as abordagens à questão do risco são os tipos de objetos de risco por elas considerados. Podem ser questões muito difundidas na sociedade, como a energia nuclear, até objetos com forte viés técnico e pouca visibilidade, a exemplo de alguns produtos químicos. O foco no presente estudo está, principalmente, em objetos construídos na agenda política como riscos coletivos, em sua maioria, riscos à saúde e ao ambiente, no caso, os desastres socioambientais.

Giddens (1995, 2000) considera o risco um fenômeno incorporado na modernidade, utilizando-se da distinção entre a conceituação de risco e perigo para explicá-lo. Na sua concepção os perigos sempre existiram na história da humanidade, sendo que o que difere as sociedades tradicionais das modernas é a avaliação dos perigos e dos riscos em relação às possibilidades futuras. Segundo ele, as ameaças que assolavam as pessoas antigamente eram originárias do mundo natural, como terremotos e tempestades, e não dependiam da ação humana, enquanto os riscos emergentes na atualidade são resultado da ação do conhecimento humano e da tecnologia sobre a natureza. Isso significa que emanam das atitudes, percepções e comportamentos dos indivíduos e grupos sociais.

Giddens (1995) também observou que, ainda que a promessa histórica do avanço das forças produtivas tenha sido a de promover a proteção contra as ameaças da natureza (como tornados, tempestades e secas), elas voltaram a atingir aqueles que estão inteiramente incorporados ao contexto de modernidade. Os efeitos indesejáveis e persistentes do progresso econômico refletem na mudança climática global, promovendo a intensificação de fenômenos atmosféricos que são adversos às rotinas sociais atuais e, ainda, incrementam a degradação ambiental, a ponto de comprometer ligeiramente o acesso aos recursos imprescindíveis para o suprimento das necessidades humanas.

O surgimento e a valorização pública de novos riscos devem-se ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia, que propiciou o progresso econômico das sociedades. A invisibilidade social de alguns riscos coloca políticos e cientistas em uma posição privilegiada e estratégica na interpretação dessas situações. Esse restrito conjunto de agentes sociais pode determinar os riscos que serão amplificados ou atenuados, de modo que alguns riscos podem assumir maior ou menor relevância social, tornando-se objetos de interpretação e valoração social (Beck, 1992). O conceito de sociedades de risco contribui, portanto, na compreensão de que as definições de perigo e de risco se baseiam numa construção social e cognitiva (Neto, 2013), pois a seleção dos riscos que terão maior atenção não se relaciona exclusivamente às preocupações com saúde, segurança e ambiente. Tal escolha, de fato, revela aspectos como crenças acerca dos valores, instituições sociais, natureza, justiça e moral, fatores esses que determinam riscos a serem superestimados ou subestimados (Freitas, 2000).

Os meios de comunicação assumem um papel fundamental nesse processo, visto que muitos riscos identificados passam a fazer parte das representações sociais e da

agenda política somente a partir da difusão das suas consequências. Tradicionalmente, é a partir da divulgação em massa de suas consequências que as sociedades são levadas a pensar sobre as situações de risco e, eventualmente, como proteger-se deles. Os riscos socialmente reconhecidos possuem um forte conteúdo político. Trata-se da politização da ciência, na qual a opinião pública e a política influenciam no íntimo do sistema institucional, o que leva a uma disputa pública sobre a definição de riscos. Nessa luta para esconder determinados riscos e tornar outros visíveis, o acesso à mídia adquire uma posição determinante (Neto & Areosa, 2014).

Nos estudos de engenharia e de geociências é comum encontrar a tendência probabilística dos riscos, considerado um evento adverso, um atributo físico, com determinadas probabilidades objetivas de provocar danos, que podem ser estimadas por meio de cálculos quantitativos, entre outros métodos. No entanto, essa perspectiva não considera que os fatos científicos são situados e interpretados em determinados contextos culturais e políticos (Guivant, 1998; Di Giulio, Figueiredo, & Ferreira, 2013). Um indivíduo, quando se depara com uma situação de risco, tende a apresentar uma resposta baseando-se em suas crenças, bagagem de conhecimento e experiência.

A capacidade que temos de interpretar as informações acerca dos perigos ao redor, e tomar decisões a partir dessa interpretação, dá-se o nome de percepção de riscos (Peres, Rozemberg, & Lucca, 2005). Estudos sobre a percepção de riscos adquiriram importância na compreensão das formas como diferentes indivíduos respondem a uma situação de potencial ameaça, caracterizando-se como uma crítica à concepção utilitarista do risco como probabilidade de acontecimento de eventos, quantificada e calculada com base em avaliações técnicas (Freitas & Gomez, 1996).

Para Beck (1992), a percepção dos riscos determina os pensamentos e as ações. Essas percepções são produzidas por complexos processos que definem o que é aceitável, digno, o que está de acordo com aquilo que pensamos, agimos, e com nossas identidades, e não são meros processos irracionais ou simplesmente decorrentes de problemas de informação. Diante disso, torna-se importante a relação entre percepção e produção dos riscos, pois a consciência do risco e o compromisso com seu enfrentamento dependem do nível material, da informação e formação dos indivíduos.

De acordo com Slovic (1987), o risco só pode ser observado e mensurado num dado contexto, por isso o risco e as respostas a ele são compreendidos como construções sociais, uma vez que interagem com processos psicológicos, sociais, institucionais e culturais. Essa interação é responsável pela amplificação ou atenuação das respostas a

uma situação de risco. Nesse sentido, novamente tem-se uma distinção entre probabilidade e percepção do risco. Para Slovic, risco real e risco percebido são duas dimensões diferentes.

Os desastres são riscos que se concretizam, tomando uma familiaridade inquietante no cotidiano. A calamidade que atinge uma região, por mais que distante, reflete em danos diretos e indiretos à rotina na medida em que afeta vínculos sociais e suprimentos regulares. Isso se reflete na dispersão dos membros das famílias e amigos em diferentes cidades e países, na dependência dos mercados locais aos produtos provenientes de múltiplos territórios e nas cadeias produtivas que articulam inúmeros postos de trabalho em diferentes espaços geográficos, aspectos que denotam uma sociabilidade ao mesmo tempo ampla e frágil (Valencio, 2012).

Os indivíduos, frente a novas situações que envolvem riscos, tendem a apegar-se às construções simbólicas e confiar mais nas próprias crenças e convicções que em fatos e dados empíricos (Fonseca *et al.*, 2007). De acordo com Freitas (2000), o fato de os interessados não terem participação direta no gerenciamento dos riscos e nos processos decisórios que estabelecem as estratégias dessa gestão, também contribui para a percepção que as pessoas têm sobre o risco. Ainda, a legitimidade das instituições responsáveis pela gestão dos riscos, bem como dos cientistas e dos meios de comunicação também exerce influência na dimensão da preocupação de uma sociedade em relação aos riscos aos quais está exposta.

Para Giddens (1995; 2000), quanto mais o ser humano tenta colonizar o futuro, maior é a possibilidade de se surpreender com ele. O que o autor quer explicitar é que as sociedades modernas tornaram-se sociedades de risco por preocuparem-se mais em debater, prevenir e gerir as consequências futuras dos riscos, do que em refletir porque estão elas mesmas a criar ou exacerbar as ameaças. A tipificação política e valorização pública dos riscos emergentes são sintomáticas dessa situação, na qual as estações de amplificação social exercem um papel fundamental.

4.1 Teoria da Amplificação Social do Risco

A abordagem da Amplificação Social do Risco, ou SARF (*Social Amplification of Risk Framework*) pressupõem que os impactos sociais e econômicos de um evento extremo são determinados pela relação entre suas consequências físicas e os processos

psicológicos, sociais, institucionais e culturais (Kasperson & Kasperson, 1996; Pidgeon, Kasperson, & Slovic, 2003; Renn, 2008). Os processos de amplificação social dos riscos são fortemente relacionados com a percepção dos riscos e sua comunicação, e dependentes da competência e credibilidade das fontes de comunicação e da capacidade dos indivíduos de compreendê-la (Kasperson, 2005).

Para a teoria das comunicações, o termo amplificação denota o processo de intensificação ou atenuação dos sinais durante a transmissão de informações de uma fonte de informação para transmissores intermediários, e finalmente a um receptor. Nesse processo, uma fonte de informação envia um conjunto de sinais, que formam uma mensagem, a um transmissor ou diretamente para o receptor. Os sinais são decodificados, pelo transmissor ou pelo receptor, de forma que a mensagem possa ser entendida. Cada transmissor altera a mensagem original, intensificando ou atenuando alguns sinais, adicionando ou excluindo outros, e envia um novo conjunto de sinais para o próximo transmissor ou para o receptor final, no qual a próxima fase de decodificação ocorre (Kasperson *et al.*, 1988).

De acordo com Kasperson *et al.* (1988), a amplificação social do risco denota o fenômeno pelo qual processos de informação, estruturas institucionais, comportamento de grupos sociais e respostas individuais moldam a experiência social de risco. Para os autores, a dimensão da preocupação revelada pelos indivíduos frente aos diversos perigos é influenciada pela maneira como eles são noticiados na mídia. Os riscos considerados mais preocupantes tendem a ser os que menos estão sob controle dos indivíduos, para os quais as pessoas têm reduzidas possibilidades de agir para evitá-los, aumentando a impressão de impotência e de vulnerabilidade, a exemplo dos incêndios, terremotos, doenças contagiosas e terrorismo. Em contrapartida, as pessoas tendem a desvalorizar os perigos percebidos como mais distantes ou improváveis, ou que são considerados mais facilmente controláveis (Delicado & Gonçalves, 2007).

A Teoria da Amplificação Social do Risco, portanto, propõe que os fatores psicológicos, sociais e institucionais influenciam a percepção dos riscos e o comportamento por meio de uma rede de canais de comunicação, formais e informais, socialmente mediatizada, o que explica a atenção prestada à forma como as percepções dos riscos são influenciadas pelos meios de comunicação (Kasperson *et al.*, 1988). O surgimento dessa teoria foi de grande importância por ter apontado uma conexão entre o contexto social e a percepção de riscos, dando origem a pesquisas mais específicas, quem visam analisar a forma como os riscos são difundidos pela mídia.

De fato, a amplificação ou a minimização de um risco na opinião pública dependem fortemente do tratamento que lhe é conferido pelos meios de comunicação (Kasperson *et al.*, 1988; Slovic, 1987; Lima, 2005; Delicado & Gonçalves, 2007). Assim, a percepção de risco tende a ser mais exacerbada em eventos dramáticos com consequências extremas, pois, por receberem mais atenção da mídia, provocam reações que extrapolam o grupo de pessoas realmente afetado pelo risco. Autores como Slovic (2002), consideram a mídia responsável pela promoção de determinadas crenças irracionais, podendo também, em determinados casos, reduzir a atenção prestada a riscos reais.

A amplificação social do risco constitui uma base teórica para a compreensão e gestão do risco nas sociedades modernas, considerando que a experiência social do risco é moldada pelo fenômeno da informação, pelas mídias, estruturas institucionais, profissionais, comportamento grupal e respostas individuais. Essa amplificação dos riscos, bem como a minimização, exerce influência nos comportamentos, respostas, atitudes, na ordem social, e na regulação do próprio risco. Por fim, essa teoria vem sendo utilizada em estudos com a intenção de explicar como o contexto social influencia a veiculação das situações de risco. Nesse contexto, os meios de comunicação social cumprem uma função fundamental, pois a percepção e as respostas frente aos riscos dependem da forma como os mesmos são apresentados.

5 TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

A teoria das representações sociais (TRS) foi elaborada por Moscovici ao longo da década de 1950, culminando na publicação da pesquisa intitulada “*La Psycanalyse: Son image et son public*” em 1961, posteriormente atualizada em 1976. Essa pesquisa, uma investigação sobre o pensamento leigo sobre a psicanálise, foi responsável por introduzir na psicologia social a noção de representações sociais (RS), as quais remetem a um fenômeno produzido de forma coletiva, que contribui para processos de formação de condutas e de orientação das comunicações sociais (Moscovici, 2012).

Moscovici baseou-se numa análise documental e em amostras da população parisiense divididas em seis grupos: representativa, classe média, liberal, operária, estudantil e alunos de escolas técnicas. Para tanto, participaram 2.265 sujeitos que responderam a um questionário e foram analisados 1.640 artigos relativos à psicanálise publicados em 230 jornais e revistas (Farr, 1986). A partir desse estudo, tiveram início

uma série de pesquisas, investigações, debates e críticas sobre a teoria e o fenômeno das RS no cenário científico (Doise, 1985; Abric, 1993/1996; Vergès, Tyszka, & Vergès, 1994; Rouquette, 1995; Jodelet, 2001; Flament, 2001).

Moscovici formulou a TRS em um contexto sócio-político posterior à Segunda Guerra Mundial, quando as ciências humanas e sociais eram solicitadas a explicar e resolver o conflito central da época entre a sociedade e os indivíduos. Naquela época, a hegemonia da Psicologia Social de influência norte-americana marcava as produções teóricas e a obra de Moscovici representou o início de uma vertente europeia, com o questionamento do aspecto individualizante predominante nos estudos da época (Farr, 2000; Jesuíno, 2006). Assim, a TRS surgiu como uma proposta inovadora ao campo da Psicologia Social, rompendo com conceitos já enraizados.

A TRS é uma teoria científica sobre os processos pelos quais os indivíduos em interação social constroem explicações acerca dos objetos sociais (Vala, 2006). Portanto, constitui-se em um modelo teórico para estudar cientificamente o pensamento leigo, ou seja, as teorias que os indivíduos desenvolvem com o objetivo de dar sentido à realidade que vivenciam. As raízes da noção de RS partem da sociologia, sobretudo, dos estudos de Durkheim.

Moscovici (2012) resgatou Durkheim e inspirou-se no conceito de representações coletivas, proposto pelo sociólogo. No entanto, a proposta inicial de Durkheim a respeito do pensamento coletivo apresentava uma visão pouco mutável da sociedade, enquanto a noção de Moscovici (2003) de RS se distingue pela dinamicidade, heterogeneidade e por referir-se a grupos específicos e não à totalidade da sociedade. Dessa maneira, a noção de representação é contextualizada, construída a partir de interações interindividuais, a partir das quais as RS possibilitam que os indivíduos se adaptem à determinada realidade (Bidjari, 2011).

Moscovici empregou a expressão “representação social” no lugar de “representação coletiva” utilizada por Durkheim para indicar um fenômeno, enquanto que o termo original indicava um conceito. Para Moscovici o indivíduo é ativo e autônomo no processo de construção da sociedade, sendo também criado por ela (Moscovici, 2012). As RS não são apenas reflexos da realidade introduzidos passivamente no indivíduo, e sim uma significativa reorganização na qual estão estruturados o pensar e o agir (Moscovici, 2012; Jodelet, 2001; Sá, 1996). O contexto social e ideológico, o lugar ocupado pelo indivíduo no grupo, sua história, os

determinantes sociais, sistemas e valores influenciam essa organização significativa chamada RS.

A TRS considera o pensamento social em sua dinâmica e diversidade (Arruda, 2002) e parte da premissa de que existem formas diferentes de conhecer e de se comunicar na nossa sociedade, formando duas classes diferentes de universos: o consensual e o reificado. O universo consensual alude ao saber do senso comum, que surge das inter-relações cotidianas entre os indivíduos, e busca explicar a realidade de forma leiga. No universo reificado se manifestam os saberes e conhecimentos científicos, com objetividade e rigor lógico e metodológico. Assim, a ciência se caracteriza como um modo de conhecimento que pertence ao universo reificado, enquanto que as RS ao universo consensual (Moscovici, 2012).

No universo consensual o indivíduo pode opinar, verbalizar teorias, pontos de vista, o que acontece em diversos lugares de trocas, seja nas ruas, nos bares, nas praças, nos clubes ou cinemas, locais onde surgem as representações sociais. É, portanto, no universo consensual que o indivíduo busca se sentir confortável, aceito, reconhecido e protegido das discordâncias, pois nele as pessoas compartilham livremente conhecimentos de assuntos sobre os quais não são especialistas. Já no universo reificado, que se ancora e materializa no espaço científico, há um sistema de papéis, uma hierarquia e uma linguagem específica. Ainda, qualificação do indivíduo é importante na garantia da sua participação nesse universo, pois o conhecimento veiculado nele diz respeito ao conhecimento científico, especializado (Moscovici, 2003).

Palmonari e Cerrato (2014) assinalam que as representações sociais evidenciam os processos em que a teoria científica é incorporada aos universos consensuais, ou seja, os processos que movimentam o conhecimento do universo reificado para o consensual. Ainda que as RS se diferenciem do conhecimento científico por serem baseadas em conhecimentos do senso comum, elas são tidas como objeto de estudo tão legítimo quanto o científico pela sua importância na vida social (Jodelet, 2001). Ao considerar o conhecimento do senso comum como objeto de estudo, Moscovici acreditou estar relacionando o indivíduo ao mundo que lhe é familiar (Almeida & Santos, 2011). O senso comum não é avaliado como forma inferior de pensamento, mas indispensável e eficaz nas funções que cumprem e no contexto em que são produzidos (Jovchelovitch, 2011). O conhecimento prático dá um sentido aos eventos cotidianos, fazendo parte da construção social da realidade (Berger & Luckmann, 1974).

As representações sociais surgem a partir de um incômodo, uma tensão entre o conhecimento que se tinha até uma situação na qual o indivíduo se depara com algo que não conhecia e sobre o qual precisa ter conhecimento. Aparece então a necessidade de reorganizar o conhecimento já constituído ou compreender a situação atual baseando-se no conteúdo já conhecido. Assim, elas ajudam a tornar familiar o não-familiar, pois viver com o desconhecido gera tensão (Moscovici, 2003).

As Representações Sociais (RS) caracterizam-se como formas de conhecimento dinâmicas, originadas da apropriação de fragmentos de diversas outras formas de conhecimentos difundidas pelos meios de comunicação (Moscovici, 2003). Essa forma de conhecimento é vinculada tanto a sistemas de pensamentos mais amplos como também à condição social e ao âmbito da experiência pessoal e afetiva dos indivíduos, apoiando-se em valores que diferem de acordo com os grupos sociais que as elaboram e em saberes anteriores. Logo, conforme Vala (2006), as RS são partilhadas por um conjunto de indivíduos e produzidas coletivamente, portanto, são produtos da interação e dos fenômenos de comunicação no interior de um grupo social, é isso que confere o atributo social a uma representação. As RS caracterizam-se como formas de pensar multifacetadas e heterogêneas, marcadas tanto por contradições e divergências internas quanto por coerência e visões compartilhadas (Jovchelovitch, 2011; Marková, 2008).

Para compreender como funciona o universo consensual e reificado, e identificar os mecanismos de estruturação ou criação de uma representação social como objeto compartilhado por um grupo, Moscovici (2012) propôs dois processos cognitivos responsáveis por formar RS: a ancoragem e a objetivação. De acordo com o autor a ancoragem é o processo de organização e classificação, que possibilita que algo desconhecido seja incorporado ao sistema cognitivo e associado a algo já conhecido.

Para Doise (1990) o estudo das RS deve se posicionar na articulação entre o campo social, a natureza das relações intergrupais e os processos psicológicos que sustentam essas relações. A ancoragem se fundamenta ao mesmo tempo em processos cognitivos, pela inclusão do objeto em um conjunto de conhecimentos já existentes, como também social, pois o conhecimento é ancorado de acordo com valores sociais resultantes das posições assimétricas ocupadas pelos grupos e os indivíduos em um campo social. A objetivação é o processo que permite compreender como as palavras e conceitos se transformam em coisas, tomam materialidade, tornando-se uma realidade exterior ao indivíduo (Vala, 2006). É, portanto, o processo de tornar algo abstrato em concreto, transferindo algo da mente para o plano físico, a fim de tornar visível uma

realidade. É um processo utilizado para reduzir a distância entre o conhecimento do objeto social construído e a percepção do mesmo (Deschamps & Moliner, 2009).

Em geral, pode-se considerar que a TRS constitui três abordagens diferentes e complementares, para cada uma delas o processo de construção das representações tem enfoques diferentes: a abordagem dinâmica, a dimensional e a estrutural. A abordagem dinâmica considera as dimensões das RS, compreendendo-as por uma perspectiva prática, na medida em que sugere que elas são construídas em decorrência de uma necessidade em saber como agir no cotidiano (Jodelet, 2001). A abordagem dimensional foca na descrição da construção de RS e indica que esse processo acontece na articulação de três componentes ou dimensões: informação, atitude, campo ou imagem. A dimensão informação, dentro da abordagem dimensional, refere-se à organização dos conhecimentos que um grupo possui sobre determinado objeto social, que podem ser provenientes de diversas fontes. A dimensão atitude envolve um componente afetivo, que influencia o posicionamento frente a um objeto (favorável ou desfavorável), refere-se a uma predisposição para determinado comportamento. Já a dimensão campo ou imagem refere-se ao conteúdo concreto e limitado de um aspecto determinado do objeto da representação (Moscovici, 2012).

A abordagem estrutural propõe que as RS constituem um sistema de interpretação da realidade, baseada em um conjunto de crenças, informações, opiniões e atitudes frente a um objeto social. Para essa abordagem, que se concentra na dimensão do campo e como se estruturam os conteúdos representacionais, os elementos que formam uma RS são divididos em elementos pertencentes a um núcleo central e um sistema composto por elementos periféricos. O núcleo central é composto por elementos mais estáveis, responsáveis por organizar e dar estabilidade à representação, o sistema periférico é composto por elementos periféricos, mais flexíveis, alterando-se com mais facilidade em decorrência do contexto social dos indivíduos. (Abric, 2003; Flament, 2001).

O núcleo central de uma RS é composto por elementos normativos (padrões sociais e ideologias provenientes do sistema de valores dos indivíduos) e funcionais (características descritivas e condutas sociais), que permitem que o núcleo central desempenhe um papel avaliativo e pragmático. Ainda, a consistência, permanência e o significado de uma representação dependem do núcleo central, por isso, qualquer modificação do núcleo central provoca também uma modificação na representação. Para que uma representação seja diferente de outra elas devem se organizar em torno de dois

núcleos diferentes. Elas podem até apresentar conteúdo semelhante, porém se a organização do conteúdo for diferente em cada uma, então as representações também serão (Abric, 2003).

O sistema periférico, por sua vez, abarca os elementos que se organizam ao redor do núcleo central, é a parte mais acessível e viva de uma representação e responde por três funções básicas: concretização, regulação e defesa. São os elementos do sistema periférico que ajustam a representação a seu contexto, à realidade concreta e às práticas sociais de um determinado grupo. A função concretização permite o entendimento de uma representação em termos concretos a partir dos elementos originados pela ancoragem, a regulação adapta os conteúdos e processos coletivos diante das mudanças de contexto e a defesa neutraliza e modifica alterações do meio para evitar ataques aos elementos centrais. São essas três funções que tornam o sistema mais apto a reagir diante de diferentes situações ou particularidades de cada situação (Abric, 1998; Campos, 2003; Campos & Rouquette, 2003). Dessa forma, conclui-se que enquanto o núcleo central permanece estável, coerente e rígido, o sistema periférico suporta a heterogeneidade do grupo, e por ser flexível, tolera possíveis contradições e permite adaptar-se à realidade concreta (Sá, 1996).

Doise (1985) desenvolveu outra linha de abordagem das RS, dando enfoque aos processos de ancoragem e buscando encontrar o princípio organizador das representações a partir de uma perspectiva mais sociologizante. Tanto a abordagem das RS desenvolvida por Abric quanto a desenvolvida por Doise são decorrentes da TRS, ambas são importantes e suas características as tornam mais adequadas ou interessantes de acordo com o objeto e o objetivo que se proponha pesquisar (Arruda, 2002). As duas abordagens se diferenciam na medida em que cada uma focaliza determinado processo identificado na construção das RS, ancoragem e objetivação. A abordagem estrutural de Abric enfatiza os estudos da objetivação e da organização interna das representações, enquanto a abordagem desenvolvida por Doise enfatiza principalmente a ancoragem do conhecimento a dinâmicas sociais (Wachelke & Camargo, 2007).

Para Abric (2003) são funções essenciais das RS: função de saber prático (possibilidade de explicar a realidade a partir do senso comum), função de identificação (manutenção da coesão grupal), função de orientação (orienta práticas e comportamentos em um contexto social) e função de justificativa e avaliação de condutas. As funções das RS são fortemente relacionadas aos comportamentos, sendo enunciadoras de ações desejáveis. Embora haja comportamentos não ancorados em

representações, e portanto não considerados representacionais, é por meio dessas funções que as RS podem guiar comportamentos.

Por isso, as RS exercem um papel essencial na dinâmica das relações sociais e nas práticas, permitindo ao indivíduo ou ao grupo dar sentido e compreender a realidade através de suas próprias referências (Jodelet, 2001; Abric, 1998). Estando as RS fortemente ligadas as práticas, pode-se afirmar que elas são determinantes de comportamentos distintos e de atitudes específicas, uma vez que dependem dos sentidos atribuídos pelo indivíduo para determinado objeto.

A TRS tornou-se instrumento da Psicologia Social por considerar o social e o psicológico como um processo dinâmico, permitindo a compreensão da formação do pensamento social e antecipação de condutas humanas. As RS, como objeto de estudo da Psicologia Social, possibilitam a articulação do social com o psicológico, tornando-se ferramenta de compreensão e transformação da realidade (Alexandre, 2001). Assim, é possível apreender os processos e mecanismos por meio dos quais os indivíduos constroem o conhecimento sobre objetos e fatos sociais, auxiliando também a compreender as estratégias utilizadas pelas pessoas em determinadas situações, por exemplo, nos desastres socioambientais, foco desse estudo.

De acordo com Palmonari e Cerrato (2014), as RS são concebidas para explicar o que une as pessoas a um grupo ou a uma sociedade, fazendo-os agir em conjunto. As pessoas, com o objetivo de continuar unidas, criam instituições e adotam um conjunto de regras, que demandam um sistema de crenças e de representações partilhadas próprias de sua cultura. Assim, fatores intrasubjetivos, sociais, culturais e históricos são determinantes na elaboração de determinada representação. No caso dos desastres, as representações podem, por sua vez, influenciar comportamentos frente a essa condição, mantendo ou desconstruindo as concepções socioculturais. Por isso, o estudo das RS de desastre ambiental oferece dados para ampliar a compreensão do efeito psicológico desses eventos.

5.1 Representações Sociais, Comunicação e Mídia

Tanto a comunicação passiva, que acontece quando lemos jornais ou vemos televisão, quanto a comunicação ativa, que acontece nas conversas pessoais, pressupõem conhecimentos básicos sobre questões pessoais e societárias. A falta de conhecimento coloca os pares da conversa numa situação muito desconfortável, pois os

exclui do prazer da partilha de ideias criado pela comunicação. Assim, para que a interação social ocorra de forma efetiva deve haver conhecimentos partilhados pelos atores envolvidos. A ignorância numa situação de trocas sociais generalizadas possivelmente leva à exclusão social (Wagner, 2007).

Por isso, a relevância primordial da comunicação nos processos representativos, por ser vetor de transmissão da linguagem, ela incide sobre aspectos estruturais e formais do pensamento social (Jodelet, 2001). O estudo das representações sociais deve considerar os processos comunicativos, pois para a compreensão do processo relacional que origina as representações sociais, é necessário o estudo do processo comunicacional (Castro, 2005).

A representação social de determinado objeto é composta do conhecimento social partilhado no cotidiano, do qual faz parte toda uma série de crenças, imagens e metáforas que formam essa representação. Os indivíduos no geral adotam imagens e representações que são o produto de um processo coletivo de interpretar e conferir inteligibilidade a novos objetos. Esse processo é orientado pela comunicação interpessoal e midiática e acontece em três etapas. Primeiro, para iniciar estratégias coletivas simbólicas, o novo objeto deve aparecer na agenda cotidiana, considerado desafiante e relevante. Segundo, para acomodar-se no contexto dos repertórios do conhecimento social emergem várias imagens, interpretações e metáforas acerca do novo objeto nas mídias e discursos pessoais, que o enquadram e o tornam inteligível. Tais interpretações geralmente estabilizam-se e convergem para uma ou mais interpretações socialmente compartilhadas, captando alguns dos atributos essenciais do objeto em imagens e crenças de acordo com os referenciais da cultura local. Assim os saberes são construídos de forma coletiva e essa construção se dá no cotidiano. (Wagner, 2007).

Essa agenda, citada anteriormente, abarca os acontecimentos vividos pelos indivíduos, tais como a sequência de fatos cotidianos aos quais os membros de uma sociedade estão sujeitos no momento presente. É na vida cotidiana, nas experiências e vivências que as pessoas tomam conhecimento do pensamento do senso comum e criam o conhecimento social, também entendido como conhecimento cotidiano, como o conhecimento que aprendemos no cotidiano e que também faz parte da herança social que acumulamos ao longo do tempo (Wagner, 2007).

Nos anos 1970, no contexto dos estudos sobre os efeitos dos meios de comunicação na sociedade, surgiu a hipótese da *agenda setting*, propondo uma nova

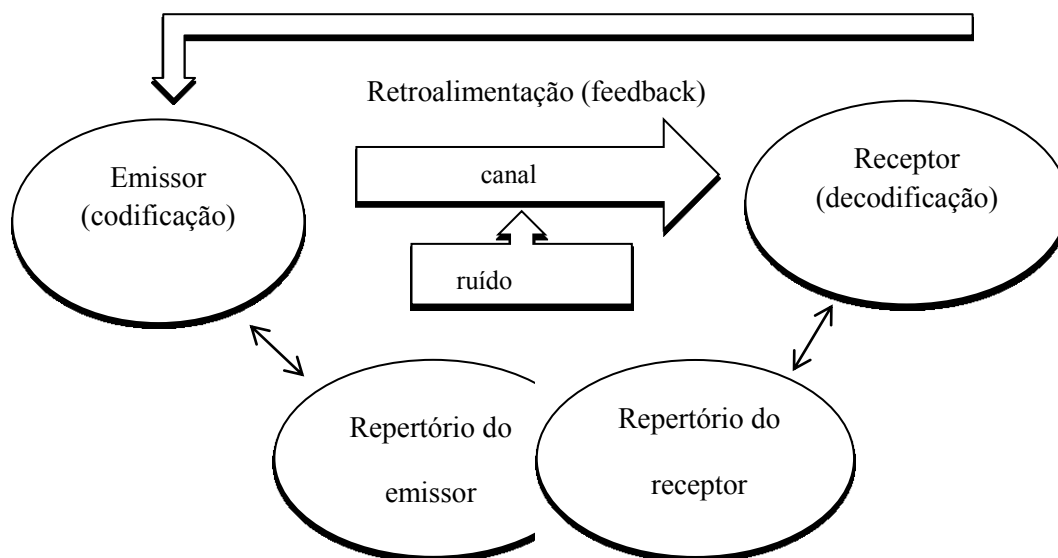
etapa de investigação sobre os efeitos da comunicação de massa. Por definição, a hipótese da *agenda setting* é um tipo de efeito social da mídia. Segundo essa hipótese, a mídia, por meio da seleção, disposição e incidência das notícias veiculadas, determina os temas que serão falados e discutidos pelo público (Barros Filho, 2001). De acordo com essa teoria a mídia, ainda que não tenha o objetivo de persuadir, apresenta ao público uma lista dos objetos sobre os quais é necessário opinar e discutir. A hipótese da *agenda setting* sugere que as pessoas tendem a incluir ou excluir dos seus próprios conhecimentos os fenômenos que as mídias de massas incluem ou excluem do seu conteúdo. Igualmente, as pessoas tendem a atribuir àquilo que essas mídias incluem em seu conteúdo uma importância que reflete de perto a ênfase atribuída aos acontecimentos, aos problemas, às pessoas (Wolf, 2001).

Na teoria proposta por Moscovici, os aspectos conceitual e epistemológico são considerados em referência à inter-relação entre os sistemas de pensamentos e as práticas sociais. Isto permite que se compreendam os fenômenos complexos do senso comum e a eficácia das RS na orientação dos comportamentos e na comunicação. A Psicologia Social tem como objeto de estudo a comunicação do ponto de vista da sua estrutura e função, de modo que a questão não reside no conteúdo comunicado, mas na maneira que se comunica algo e o significado que a comunicação tem para os indivíduos (Alexandre, 2001).

De acordo com Kientz (1973) o ato de comunicar implica que haja um emissor, que elabora uma mensagem a partir de sinais tomados de um repertório (código), um canal pelo qual a mensagem é transferida através do espaço e do tempo, e um receptor, que recebe e decifra (decodifica) a mensagem com auxílio dos sinais armazenados em seu próprio repertório. O emissor pode ser um indivíduo, um grupo ou um organismo difuso e distante, a exemplo de uma cadeia de televisão, emissora de rádio, ou editora de jornais e revistas. Na figura 3 ilustra-se o processo fundamental de comunicação entre um emissor e um receptor por intermédio de um canal físico.

Figura 3

Processo fundamental de comunicação entre um emissor e um receptor, por intermédio de um canal físico (Kientz, 1973)



Esse esquema demonstra que a comunicação depende que uma cadeia emissor-canal-receptor-repertório funcione corretamente em todos os seus pontos. Isto pressupõe, em primeiro lugar, que o emissor e o receptor falem a mesma linguagem, apresentando pelo menos parcialmente, um repertório em comum. Pressupõe igualmente que as operações de codificação e decodificação sejam feitas corretamente e, por fim, que a transmissão pelo canal físico não seja perturbada por “ruídos” intensos a ponto de acarretar desperdício da informação ou a completa destruição da mensagem emitida. O receptor, ao reenviar a mensagem recebida ao emissor (feedback), permite um ajustamento, uma auto-regulagem da comunicação (Kientz, 1973).

Assim, na comunicação interindividual como a conversação, por exemplo, a informação circula nos dois sentidos. A reciprocidade permite que a mensagem seja controlada e, caso não tenha sido corretamente recebida, é possível retificá-la a fim de que atinja o alvo visado. No caso das mídias de comunicação de massa, a comunicação acontece, essencialmente, em um sentido único, essa é uma de suas características fundamentais, e por isso torna-se mais adequado falar de difusão. Sendo assim, uma minoria é responsável pela produção das mensagens que a grande massa absorve. A finalidade dos meios de comunicação de massa é atingir o máximo de pessoas com o máximo de mensagens. Podem-se comparar as mensagens das mídias de comunicação de massa a outros produtos de consumo. Essa acentuação de materialidade das mensagens permitiu o desenvolvimento da análise de conteúdo, que as decompõe, recenseia seus elementos, calcula frequências, apura correlações (Kientz, 1973).

Como afirma Rouquette (1986), a comunicação de massa faz parte do cotidiano. Dirigida a um grande público, heterogêneo e anônimo, é uma técnica de difusão coletiva

quantitativamente relevante de informações. Os meios de comunicação social, entre eles os de comunicação em massa, tornaram-se cada vez mais presentes no modo de vida contemporâneo, especialmente no que se refere à circulação de objetos presentes no debate social. São os meios de comunicação que oferecem um caminho a mais, para além das relações interpessoais, que permite a circulação das representações sociais nos grupos e na sociedade (Camargo, 2003).

Uma ampla audiência é atingida, em um curto espaço de tempo, pelos meios de comunicação de massa, processo que envolve milhares de pessoas. As preocupações de ordem social com o fenômeno da comunicação de massa acompanharam a sua disseminação. Nos anos seguintes à Segunda Guerra Mundial, a mídia foi considerada como resultado da dominação técnica e econômica ou da dominação estatal. Disciplinas como a Sociologia e a Psicologia passaram a estudar o poder da mídia a partir dos anos 60, reconhecendo que exerce influência na formação da sociedade. Os meios de comunicação de massa se tornaram ferramentas essenciais na produção da coesão social, por lidarem com a fabricação, reprodução e disseminação de representações sociais, as quais fundamentam a compreensão de grupos sociais sobre si mesmos e os outros, ou seja, a visão social e a autoimagem (Alexandre, 2001).

Abric (1998) aponta que as representações sociais podem ser compreendidas como uma visão funcional de mundo construída pelos sujeitos, por meio das quais eles dão sentido às suas condutas, as legitimam e regem suas relações interpessoais. Devido à constante e contundente presença dos meios de comunicação pode-se inferir que condicionam, em grande medida, a forma como os indivíduos enxergam o mundo. Os conteúdos e imagens veiculados pelos meios de comunicação influenciam no processo de construção de uma visão de mundo, compartilhada socialmente, influenciando as condutas, práticas e maneiras com que as pessoas se relacionam com o meio. Abric (1998) sugere, ainda, que a compreensão da dinâmica das interações sociais e os determinantes das práticas sociais dependem da identificação dessa visão de mundo, por meio da qual os indivíduos atuam e se posicionam frente às questões cotidianas. Uma vez que essa visão é fortemente influenciada pela mídia, os estudos acerca desse campo possibilitam investigar as representações sociais elaboradas pelos indivíduos dentro do contexto e da cultura em que se inserem. Ainda, segundo Kientz (1973), a análise de conteúdo da mídia permite revelar os modelos, as imagens e os estereótipos que circulam na cultura de massa. Sendo assim, a investigação do conteúdo midiático difundido contribui para a compreensão da cognição social acerca de temas importantes

do cotidiano, a partir da identificação dos temas presentes nos discursos do senso comum e da maneira como são apresentados na “agenda” midiática.

5.2 Representações Sociais e Práticas Sociais

A questão das relações entre práticas e representações sociais é recorrente em toda a literatura da psicologia. O tema apresenta um destaque especial na produção consagrada às representações sociais, isso porque elas estão expressamente ligadas às comunicações, à pragmática e, portanto, à ação. Esse é um problema para o qual ainda não há uma solução satisfatória. A literatura considera tal relação como complexa, controversa e cujos estudos são ainda incipientes (Rouquette, 1998; Abric, 2003a; Campos, 2003a). Embora as práticas sociais não sejam um fenômeno de interesse exclusivo de estudos da Teoria das Representações Sociais, a relação entre as representações sociais e as práticas constitui um dos pontos centrais dessa teoria, fato confirmado diversas vezes pela literatura (Almeida, Santos, & Trindade, 2000).

Trata-se da seguinte questão: as práticas exercem influência sobre as representações sociais? E as representações sociais exercem influência sobre as práticas? Em ambos os casos, a resposta é incontestavelmente sim. Isso porque aquilo que pensamos depende daquilo que fizemos, e o que fazemos em um dado momento depende daquilo que pensamos. Rouquette (1998) coloca ainda que existe outra possibilidade: que as práticas e as representações sociais estejam em correlação, e não em dependência causal, uma em relação à outra; restando, portanto, determinar seus fatores comuns. Essa influência recíproca das representações sociais e das práticas deve ser entendida como condição e determinação. Condição por se tratar do papel das representações no desenvolvimento da conduta e determinação por se tratar da ação das práticas sobre as modalidades do conhecimento.

Quanto à definição de prática social, Sá (1994) destaca a ambiguidade do termo e seu uso indiscriminado nos estudos das representações sociais. Para Rouquette (1998), na Psicologia Social, a noção de prática compreende pelo menos dois aspectos, que são confundidos com frequência: a realização de uma ação (conduta efetiva) e a frequência (ou, correlativamente, a familiaridade para o sujeito) dessa realização. A indefinição acerca do conceito de práticas sociais está relacionada às discussões que envolvem a questão das relações entre as práticas e as representações sociais (Abric, 1994). Para o estudo de situações sociais reais, as práticas sociais podem ser definidas como uma

“série de condutas finalizadas pelos e para os grupos” (Moliner, 2001) ou ainda como “sistemas complexos de ação” (Abric, 1994). Dessa forma, o conceito de prática estaria relacionado basicamente à ação, ao agir dos grupos; e a ação comporta então, essencialmente, o componente vivido e o cognitivo (Campos, 2003b).

Para a compreensão da natureza das relações possíveis entre práticas e representações sociais, devemos retomar duas funções de uma representação, dentre as quatro compreendidas na perspectiva da abordagem estrutural: a de orientação e a de justificativa (Abric, 1994). Essas são funções de uma representação social que apresentam explícita relação com o universo das condutas e dos comportamentos, enfim, das práticas (Campos, 2003b). Rouquette (1998) apresenta outro argumento teórico, considerando que as representações sociais estão ancoradas nos pertencimentos, e que estes se concretizam, heterologicamente e evolutivamente, por práticas distintas; as representações sociais estariam ancoradas nas práticas.

É possível, se considerarmos as práticas sociais como sistemas complexos de ações, conforme propôs Abric (1994), compreendê-las como sinônimos de comportamento. Dessa forma, diversas variáveis influenciam a determinação das ações humanas, fazendo com que não seja possível prever o comportamento por meio das representações sociais de maneira direta. De acordo com Campos (2003a), compreender a relação entre as representações sociais e o comportamento de forma recíproca seria uma afirmativa excessivamente genérica, de forma que não beneficia o entendimento de situações específicas e particulares. Isso corrobora com a visão de Rouquette (1998) de que as representações sociais são condições da prática social e que as práticas são agentes de transformação dessas representações, não havendo entre elas uma influência recíproca direta.

Na perspectiva estrutural das representações sociais, estudos verificaram que nem sempre há acordo entre estas e as práticas sociais. A adoção de práticas que contradizem uma representação social pode refletir em mudança não só no sistema periférico, como também no núcleo central dessa representação (Abric, 1998). De acordo com Abric (2003) os processos de construção de uma representação social ocorrem por meio de ações sobre a realidade e este pode ser a origem de práticas sociais.

Campos (2003b) ainda coloca que os estudos sobre a relação recíproca de determinação entre as práticas e as representações sociais podem ser classificados em: estudos nos quais as práticas são determinantes na transformação das representações

sociais, estudos que consideram o papel determinante das representações sociais na produção de práticas e comportamentos e estudos nos quais as práticas e as representações sociais se autodeterminam reciprocamente. Essas pesquisas indicam que há aspectos a serem observados nos estudos sobre práticas e representações sociais, uma vez que são determinantes das relações que podem se estabelecer entre essas duas dimensões do agir humano, sobretudo, do agir coletivo.

Em casos nos quais as circunstâncias externas sofrem uma modificação radical a nova realidade pode ser considerada reversível, de forma que os indivíduos desenvolvem esquemas de raciocínio que evitam a necessidade de realização de novas práticas. Mas essa nova realidade pode ser percebida como irreversível, de modo que as mudanças requeiram novas práticas que estão em desacordo com as representações sociais anteriores do objeto, assim, essas novas práticas determinarão uma transformação brutal dessa representação. Caso a nova realidade seja percebida como irreversível, mas as novas práticas não estejam em desacordo com as representações sociais anteriores, essas novas práticas determinarão uma transformação sem ruptura dessa representação (Campos, 2003b).

Quando não houver transformações radicais na realidade, a autonomia dos sujeitos na situação e a intensidade das cargas afetivas e da referência à memória histórica coletiva têm influência no grau de determinação das práticas pelas representações sociais. Desse modo, as representações sociais funcionam como guia de orientação das práticas (Campos, 2003b), ou seja, as representações sociais se fazem condições das práticas (Rouquette, 1998).

Contribuindo para a discussão da relação das práticas e representações sociais, Moscovici (1978) assinala que as representações sociais fazem parte da constituição da ação, modelando o contexto de inserção do comportamento. Vala (2004) diferencia os comportamentos representacionais dos situacionais, considerando que apenas uma parcela das ações emitidas pode ser explicada por meio das representações sociais. Os comportamentos representacionais teriam características determinadas mais pelos fatores pré-situacionais que pela situação concreta. Enquanto os comportamentos situacionais seriam determinados mais pelas características do contexto, responsáveis pela direção do comportamento, que pelas representações sociais. Dessa forma, as representações sociais seriam menos determinantes na previsão do comportamento.

Considerando que as práticas sociais estão relacionadas a um processo interativo que abrange sujeito, objeto e grupo social, esses fatores não podem ser considerados de

forma isolada, pois é na interação deles que as práticas se consolidam, adquirem significados e são ressignificadas, carregadas de valores e afetos. Contribuindo, dessa forma, para a constituição e transformação das distintas teorias que permeiam o imaginário de determinado grupo social. No que se refere à Teoria das Representações Sociais, estudos para o melhor entendimento das práticas parecem sempre embasados na preocupação com os subsídios que o desenvolvimento das práticas pode apresentar à teoria. Almeida, Santos e Trindade (2000) salientam que o estudo comprometido das práticas sociais pode evidenciar novos caminhos, demonstrando que a Teoria das Representações Sociais pode contribuir não só na compreensão dos gritantes problemas sociais atuais, mas na implementação de intervenções que contribuam com suas soluções.

6 REVISÃO DE LITERATURA

Na literatura internacional estudos sobre desastres socioambientais, como terremotos, *tsunamis*, tornados, furacões e tempestades, ganharam destaque por volta de 1920, enfatizando a descrição de eventos naturais e seus impactos nas populações atingidas (Hernández & Arias, 2011). Já na literatura nacional, tiveram início nos anos 1950 com estudos nos quais a Psicologia e a Sociologia procuravam analisar a percepção dos indivíduos ou de uma comunidade frente aos desastres e verificar as consequências dessa vivência, tanto socialmente quanto individualmente (Favero & Diesel, 2008;).

Estudo de Reis, Mattedi e Barrios (2017) observou a evolução da pesquisa em mídia e desastres de 1996 a 2016 por meio de uma análise bibliométrica, concluindo que é grande o interesse da comunidade científica nesta área, apontando uma procura por aprofundamento dos conhecimentos e da base conceitual sobre o tema. Os resultados desse estudo ainda sugerem que em pesquisas futuras busquem-se examinar questões relativas às implicações políticas dirigidas a temas como a proteção ambiental, mudanças climáticas globais ou custos de desenvolvimento humano em áreas predispostas a desastres socioambientais.

No âmbito da Psicologia, enquanto disciplina, a Psicologia Ambiental tem procurado destacar teoricamente a relação recíproca de influência entre o ambiente e as pessoas, seja este último construído ou natural. Essa relação, entre o homem e o ambiente, é de fundamental importância no que se refere aos desastres (Bell, Greene,

Fisher & Baum, 2001). Já a Psicologia dos Desastres abarca os diferentes âmbitos de atuação do psicólogo nas situações de emergências e desastres, o estudo dos impactos psicológicos desses eventos nos indivíduos e grupos, além do trabalho de prevenção (Alves, Lacerda, & Legal, 2012; Gonçalves, 2019).

A Psicologia Social também traz contribuições importantes para os estudos acerca dos desastres, uma vez que a maneira como determinado grupo ou sociedade representa o risco a que está exposta tem influência no comportamento e na formação de crenças e valores. Estudos acerca das representações sociais, da percepção social do risco, das atitudes e comportamentos frente a esses eventos, podem ser de fundamental importância para o desenvolvimento de comportamentos de prevenção e/ou proativos na superação de situações de desastres.

Em estudo sobre as representações e práticas sociais acerca das chuvas no Brasil, Valencio, Marchezini, Siena e Cristofani (2005) encontraram diferenças significativas entre as representações de peritos e leigos, assim como nas condutas de proteção de ambos. Os autores colocam que os órgãos de emergência costumam dar centralidade às informações meteorológicas, excluindo os processos sociais que permeiam a interpretação da população acerca do problema do desastre. Isso reflete no fato de que as medidas de prevenção, resposta e recuperação, oriundas das agências estatais, sejam inadequadas às demandas dos afetados. Por isso, entende-se ser necessário que as diferentes racionalidades que norteiam as práticas dos envolvidos busquem um ponto em comum, uma dialogicidade mínima. Do contrário, o Estado e os peritos que dão suporte às suas deliberações recrudescerão a heteronomia em que são lançadas muitas das famílias afetadas.

No tocante ao meio ambiente, cabe destacar a pesquisa de Nascimento-Schülze (2000), na qual se buscou articular as reflexões sobre as representações sociais da natureza e do meio ambiente entre moradores locais de Florianópolis, turistas e agentes mediadores do turismo na Ilha de Santa Catarina. Os resultados sugerem a presença de uma representação do meio ambiente naturalista e uma forte preocupação para com a preservação da natureza, principalmente por parte dos moradores locais.

Também se destacam estudos como o de Polli e Camargo (2015), que investigou as representações sociais do meio ambiente divulgadas na mídia impressa em diferentes períodos, indicando uma mudança de paradigma, acompanhada pela mídia, e que atualmente o meio ambiente necessita de cuidados em todos seus aspectos. Ainda com relação à questão da mídia, Di Giulio, Pereira e Figueiredo (2008), analisaram a

influência da mídia na construção social do risco, a partir das diferentes percepções e atitudes de moradores de uma comunidade exposta à contaminação por chumbo. O estudo evidenciou que, além da influência da mídia, outros fatores moldam as percepções do risco de contaminação por parte da comunidade, como informações contraditórias divulgadas por especialistas, poder público e mídia, a falta de confiança nas instituições envolvidas, valores culturais e sociais da comunidade, ausência de participação da comunidade no gerenciamento do risco, além da necessidade de retornar à vida cotidiana e construir o esquecimento do problema.

É comum a realização de estudos acerca do risco de desastres socioambientais com grupos específicos, como é o caso da pesquisa de Spink (2014), que abordou a gestão dos riscos de desastres socioambientais na ótica de pessoas em situações de vulnerabilidade, com o objetivo de entender os processos por meio dos quais dão sentido aos riscos. Os resultados demonstram que para entender a gestão dos riscos, na perspectiva das pessoas em situação de vulnerabilidade, é necessário caracterizar a rede heterogênea de atores que performam o risco nesse território, assim como as múltiplas dimensões da hierarquização desses riscos por parte dos moradores.

Ainda na perspectiva de conhecer as representações do meio ambiente para determinados grupos, Schwarz, Herrmann, Torri e Goldberg (2016) investigaram as representações sociais da água por meio dos desenhos de crianças pertencentes a uma região rural semiárida do México. Surgiram cinco principais temas representados através dos desenhos sobre a água: a chuva como elemento principal e fonte que alimenta os rios, a água como um recurso para o consumo doméstico, a água como um recurso para atividades recreativas, a água como um recurso vital para plantas, animais e homens, e o consumo ideal de água.

Agra (2015) também realizou um estudo focado numa determinada região, no qual o objetivo principal era conhecer como se constituem os sentidos em comunidades amazônicas, as percepções dos sujeitos e suas representações sociais sobre a importância, o uso e a preservação da água para conhecer as lógicas dessas comunidades, fenômenos sociais e problemáticas que as circundam. Notou-se que as comunidades amazônicas exibiram sentidos íntimos em relação às águas que constituem suas identidades e, a partir desses sentidos, identificaram as conexões entre os fenômenos sociais e as problemáticas que cercam a sua água, o seu mundo vivido. Tais conexões as conduzem às lógicas de temor e preocupação em relação à água que

constitui o seu lugar. Observou-se, também, que são essas lógicas de comunidade que lhes possibilitam a união, o enfrentamento e a busca permanente por soluções.

Realizando uma busca na literatura de estudos sobre as representações sociais do meio ambiente, encontrou-se um número considerável deles realizados em escolas, ora com os alunos, ora com professores, como forma de discutir a questão da educação ambiental. A exemplo disso, Martinho e Talamoni (2007) estudaram as representações sobre meio ambiente de alunos da quarta série do ensino fundamental. Os resultados revelaram que, possivelmente, as origens das representações, categorizadas como naturalistas e antropocêntricas, estejam associadas principalmente, às influências da mídia, família e religião.

Oliveira e Maia (2016) também estudaram as representações sociais sobre meio ambiente de alunos, numa escola pública no município de Ponta Porã, no Mato Grosso do Sul. Os resultados apontaram que a grande maioria deles apresenta ainda uma visão mais reducionista de ambiente, o que denuncia uma necessidade a ser trabalhada, no sentido de conscientizá-los de que se deve utilizar os recursos que a natureza nos oferece de modo consciente. Por sua vez, Magalhães Júnior e Tomanik (2013) investigaram as representações sociais sobre o meio ambiente compartilhadas por professores das séries iniciais da Educação Básica. Foi identificado que tais representações são caracterizadas por uma visão naturalista de meio ambiente e que os professores possuem conhecimentos limitados sobre o ambiente local. Podem-se considerar esses resultados importante subsídio para a questão do trabalho em educação ambiental na escola.

Já com relação às diferenças entre as representações de determinados grupos, Polli e Camargo (2016) buscaram identificar atitudes e representações sociais do meio ambiente de pessoas de diferentes faixas etárias. Os resultados demonstraram não haver diferenças significativas entre os participantes de diferentes idades, e todos pareceram reconhecer a fragilidade do meio ambiente e a necessidade de cuidado que ele demanda.

No que diz respeito às pesquisas sobre a atuação do psicólogo frente aos desastres socioambientais, Figueira (2004) e Krum (2007) referem que poucas referências brasileiras tratam da orientação do psicólogo quanto à atuação nesse campo. Ainda assim, diversos estudos tratam da abordagem psicológica dos desastres e a atuação desse profissional nesses episódios. Sipriano e Sais (2019) tratam da atuação do psicólogo em situações de emergências e desastres juntamente a Defesa Civil em Santa Catarina. Segundo os autores não há obrigatoriedade legal de haver um psicólogo

inserido na equipe da Defesa Civil, porém atentam para a importância da atuação desse profissional no atendimento às vítimas, às próprias equipes, e ainda na prevenção.

Reforçando a importância da atuação de psicólogos nesse contexto, Alves, Lacerda e Legal (2012), Pacheco e Souza (2016) e Gonçalves (2019) desenvolveram estudos acerca do trabalho desse profissional em situações de emergências e desastres. Como episódios assim podem se tornar cada vez mais frequentes é importante conhecer as formas de intervenção da psicologia nesses contextos, por meio de ações qualificadas, implementação de protocolos de intervenção baseados e sustentados pelos primeiros socorros psicológicos e conhecimento acerca dos principais sintomas decorrentes de situações de desastres.

Uma questão abordada no estudo de Alves (2014), também na área da Psicologia, é o apego ao lugar em moradores de áreas de risco. Nesse sentido, a autora buscou compreender as características do apego à moradia localizada nessas áreas e encontrou duas grandes categorias que contemplaram os principais resultados: a dimensão funcional e a dimensão simbólica do apego. A dimensão funcional foi a mais evidenciada, em virtude da importância da satisfação de algumas necessidades, como ter um lugar para morar e cuidar dos filhos, não precisar ficar na casa dos outros e não ter que pagar aluguel. A supressão dessas necessidades foi mais importante do que o risco, demonstrando uma relação de dependência com o lugar.

Já a insatisfação de algumas necessidades como conforto, segurança e bem-estar, foi evidenciada devido à ocorrência do desastre socioambiental, de modo a propiciar sentimentos de insegurança e medo. Na dimensão simbólica ficou demonstrada a importância que a residência tem, já que os significados estão voltados ao pertencimento ao lugar e ao esforço dedicado à construção da tão sonhada moradia. A ocorrência do desastre socioambiental, portanto, contribui para diminuição do apego ao lugar e do cuidado com o ambiente (Alves, 2014).

Assim, pode-se perceber que a relevância dos estudos acerca dos desastres está relacionada não só às consequências desses eventos num contexto social específico, já que o mesmo fenômeno pode ocasionar diferentes implicações em contextos sociais diferentes. Uma vez que o desastre manifesta, invariavelmente, a materialização da vulnerabilidade, não se pode considerá-lo um fator externo ou independente do contexto social e cultural, por isso a necessidade de estudá-lo como evento multideterminado (Mattedi, 2017).

Assim, pode-se perceber que a relevância dos estudos acerca dos desastres está relacionada não só às consequências desses eventos num contexto social específico, já que o mesmo fenômeno pode ocasionar diferentes implicações em contextos sociais diferentes. Uma vez que o desastre manifesta, invariavelmente, a materialização da vulnerabilidade, não se pode considerá-lo um fator externo ou independente do contexto social e cultural, por isso a necessidade de estudá-lo como evento multideterminado (Mattedi, 2017).

A presente tese caracteriza-se como um estudo de abordagem mista, pois tem o objetivo de integrar diferentes tipos de coleta, análise e interpretação de dados (Creswell, 2007). O propósito é o melhor entendimento das representações sociais de risco, desastres socioambientais e práticas de prevenção, pelo uso de dados tanto quantitativos quanto qualitativos.

7. MÉTODO

7.1 Delineamento da pesquisa

A presente pesquisa caracterizou-se como um estudo de abordagem mista, pois teve objetivo de integrar diferentes tipos de coleta, análise e interpretação de dados (Creswell, 2007). O propósito nessa tese é o melhor entendimento das representações sociais de risco, desastres socioambientais e práticas de prevenção, pelo uso de dados tanto quantitativos quanto qualitativos. Caracteriza-se como uma pesquisa exploratório-descritiva explicativa, pois o objetivo foi verificar a relação entre representações sociais e práticas.

Para tanto, foram realizados dois estudos diferentes, sendo um de natureza documental e outro de levantamento de dados, com a finalidade de atingir os objetivos desta tese. O primeiro estudo foi realizado com uma mídia de comunicação de massa e o segundo com moradores do território da cidade de Itajaí. Os métodos desses estudos serão detalhados separadamente, assim como a apresentação de seus resultados, para facilitar a compreensão do desenvolvimento da pesquisa de forma geral.

8. ESTUDO DOCUMENTAL

8.1 Método

Foi realizado um estudo documental, de caráter descritivo, cujo objetivo foi identificar e descrever o conteúdo das RS de desastres socioambientais presentes em uma revista de expressiva circulação nacional ao longo das últimas décadas (Gil, 2008). A realização desse estudo justificou-se pela contribuição que a análise do conteúdo midiático pode trazer para a compreensão da cognição social sobre temas relevantes ao cotidiano, devido à importância da mídia impressa como fonte de informação para a adoção das RS (Jodelet, 2001).

A pesquisa documental utiliza-se das fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, como tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, entre outros (Gil, 2008). Neste estudo, a revista analisada foi a *Veja*, lançada em 1968 pelo Grupo Abril. Determinou-se a revista como fonte de pesquisa em razão da sua representatividade, quanto ao público-alvo e à quantidade de leitores, assim como devido à permanência e continuidade da publicação no contexto brasileiro (Peroni, Martins-Silva & Silva Junior, 2018; França, 2013). Os resultados desse estudo contribuíram ainda no levantamento de dados para a construção do instrumento de coleta de dados utilizado no segundo estudo.

8.1.1 Coleta de Dados

Os dados dessa pesquisa foram coletados do acervo digital da revista, disponível com acesso gratuito na internet, das publicações entre setembro de 1968, data da primeira edição da revista, e junho de 2020¹. Os descritores utilizados foram “desastre ambiental”, “desastres ambientais”, “desastre natural”, “desastres naturais”, “inundação”, “inundações”, “enchente (s)” e “deslizamento (s)”. Foram utilizados os termos desastres naturais e desastres ambientais por serem usualmente mais utilizados pela mídia, visando atingir o maior número de reportagens relacionadas à temática.

¹ O artigo com os dados até junho de 2018 foi submetido e aceito pela Revista *Subjetividades*, a ser publicado no vol. 20, n. 2 em 2020.

8.1.2 Análise de Dados

Foram coletadas as reportagens e organizadas em um banco de dados, em um arquivo único, compondo um corpus de análise. Nesse banco de dados, o conteúdo de cada reportagem foi identificado por meio de uma linha de comando, na qual as constavam as variáveis: edição da revista, ano de publicação e década de publicação. O material foi submetido a uma Classificação Hierárquica Descendente (CHD), para tanto foi utilizado o programa informático IRaMuTeQ (*Interface de R pour analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*).

O software aplica uma análise de classificação hierárquica descendente de segmentos de texto e permite uma análise lexicográfica do material textual, apresentando contextos (classes lexicais) que são caracterizados pelo seu vocabulário e pelos segmentos de textos que o compartilham. Portanto, o IRaMuTeQ relaciona os dados quantitativos textuais de uma quantidade de respostas com o seu contexto de localização no texto, seleciona os trechos mais significativos e as palavras que aparecem com maior frequência no texto (Camargo & Justo, 2013). Assim, esse processo auxilia na identificação do conteúdo das representações sociais de determinados objetos de estudo.

Para realizar uma análise utilizando o software deve-se preparar uma base, um arquivo único, no qual devem estar indicadas as chamadas unidades de contexto iniciais, ou textos (Ratinaud & Marchand, 2012). O pesquisador define os textos, que dependem da natureza da pesquisa. O *corpus* de análise, portanto, é composto de um conjunto de unidades de contexto iniciais (textos) e deve constituir-se num conjunto textual centrado num tema, uma vez que é necessária certa coerência entre os dados para garantir uma lógica quantificável. O material textual deve, portanto, ser monotemático.

O arquivo do *corpus* deve apresentar os textos separados por linhas de comando, chamadas “linhas de asteriscos”, que devem ser construídas de acordo com um modelo padrão que é reconhecido pelo programa. Essa linha informa o número de identificação do produtor da resposta e algumas variáveis, a serem definidas pelo pesquisador, importantes para o delineamento da análise (Camargo & Justo, 2013). Apesar dos textos serem definidos pelo pesquisador, nem sempre a divisão do corpus em segmentos de texto (STs) é também definida por ele, pois numa análise padrão (chamada *standard*) o próprio programa divide o material em STs após reconhecer as indicações dos textos. Porém, o pesquisador pode configurar a divisão dos STs. Quando, por exemplo, o

material apresentar grande quantidade de respostas curtas a uma pergunta aberta de um questionário, é aconselhável que cada ST seja definido enquanto texto, ou seja, enquanto a resposta dada à questão (Camargo & Justo, 2013). Esse procedimento é chamado parametragem.

Segundo Camargo e Justo (2013), a CHD ocorre em quatro etapas: Etapa A: leitura do texto e criação do dicionário de formas reduzidas; Etapa B: realização do cálculo das matrizes de dados e classificação dos STs, aplicando o método de classificação hierárquica descendente de segmentos de texto (CHD); Etapa C: descrição das classes, apresentando o dendrograma da classificação hierárquica descendente de segmentos de texto com as relações entre as classes de maneira ilustrada e; Etapa D: fornece cálculos complementares com base nas classes de STs escolhidos.

O método da Classificação Hierárquica Descendente de segmentos de texto (CHD) foi proposto por Reinert (1990) e utilizado inicialmente pelo software ALCESTE, ele classifica os segmentos de texto em função de seus vocabulários, repartindo o conjunto deles com base na frequência das formas reduzidas (palavras já lematizadas). O objetivo dessa análise é obter classes de segmentos de texto que apresentem vocabulário semelhante entre si e diferente dos segmentos de texto das outras classes (Camargo & Justo, 2013). Para a análise do pesquisador, os STs apresentam o contexto no qual a palavra foi enunciada, dois critérios são utilizados para considerar as palavras analisadas, uma vez que nem todas entram no dendrograma das classes: a frequência média de ocorrência das palavras no corpus e o valor do qui-quadrado de associação à classe. O primeiro critério determina que a frequência da palavra seja maior ou igual que a frequência média de ocorrência das palavras no corpus e no segundo critério são consideradas as palavras cujo qui-quadrado for maior ou igual a 3,84 (Reinert, 1990).

8.2 Resultados

A revista *Veja* teve 2693 edições de setembro de 1968 até junho de 2020. A fim de sintetizar e compreender o que esse importante veículo da mídia divulga a respeito dos desastres socioambientais buscou-se no acervo virtual da revista reportagens internas que possibilitassem vislumbrar os conteúdos disseminados sobre a temática. Foram identificadas 282 reportagens envolvendo o tema, que continham os descritores em seu título e/ou texto. Salienta-se que esse número corresponde à soma das

quantidades encontradas para cada descritor empregado, ocorrendo exclusão em casos de repetições de uma mesma reportagem como resultado de dois ou mais descritores.

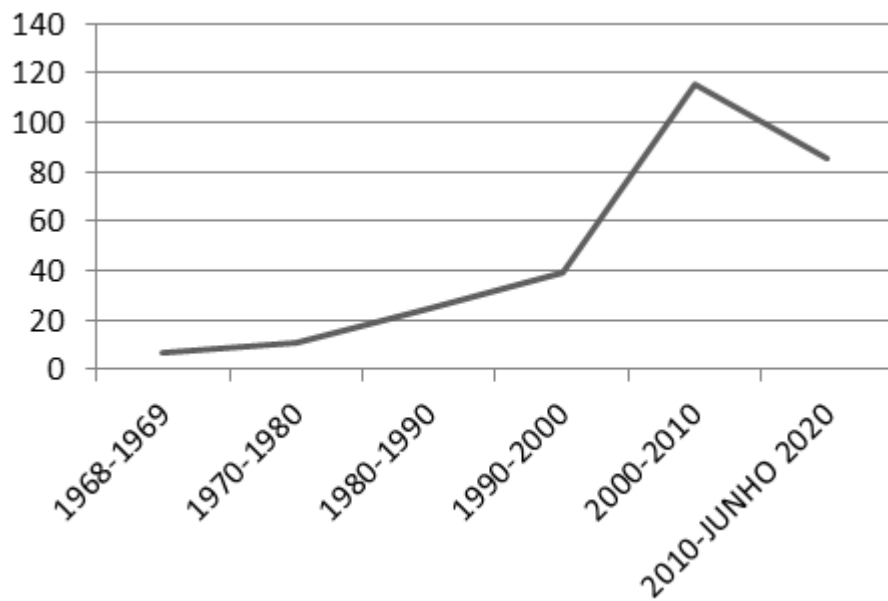
Todas as reportagens passaram por uma leitura seletiva dos títulos e conteúdos gerais a fim de verificar se satisfaziam aos critérios de inclusão propostos nesse estudo. Essas reportagens foram armazenadas da forma disponibilizada no acervo digital, em formato pdf., que em seguida foram transformados em documentos textuais, compondo um único corpus textual, chamado “Reportagens”, o qual foi submetido a diferentes análises textuais.

A partir da análise das publicações da revista *Veja* sobre desastres socioambientais, desde sua primeira publicação em 1968, constatou-se o aumento gradativo das publicações ao longo dos anos, além de mudanças na forma como o tema é abordado. O aumento do número de reportagens abordando o tema deve-se pelo crescimento do número de ocorrências e a crescente preocupação com questões ambientais na contemporaneidade.

Na primeira década de publicação da revista foram encontradas 7 reportagens sobre o tema, considerando que a revista passou a ser publicada em 1968. Na segunda década, de 1970 a 1980, foram 11 reportagens, de 1980 a 1990, o número mais que dobrou passando para 25 reportagens, de 1990 a 2000 foram 39, novamente disparou entre 2000 e 2010 totalizando 115 e na última década estudada, entre 2010 e junho de 2020 foram publicadas 85 reportagens. Portanto, totalizou-se 282 reportagens sobre o tema, cujo número crescente durante as décadas é demonstrado na figura 4.

Figura 4

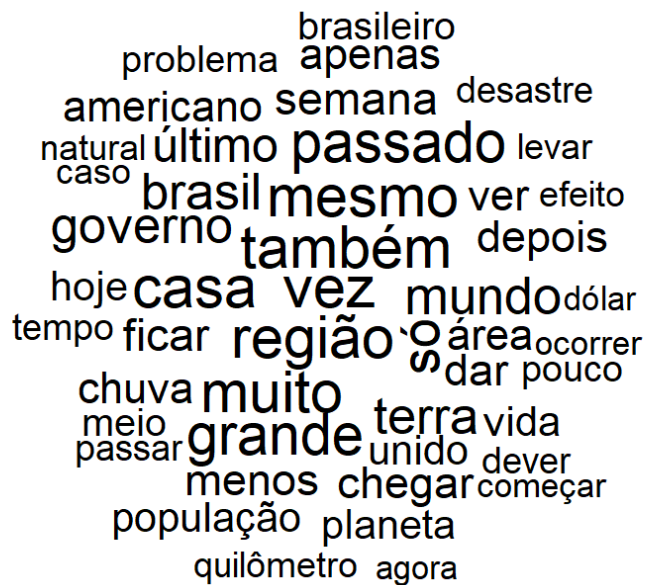
Quantidade de reportagens sobre o assunto por década



A totalidade do material verbal da pesquisa documental compôs-se de 310166 ocorrências com 26474 palavras distintas, o que resultou numa frequência média de 11.71 para as palavras citadas. A figura 4 ilustra a nuvem de palavras referente ao *corpus* analisado, representação que possibilita identificar graficamente a pertinência dos elementos principais, considerando o tamanho e a centralidade das palavras diretamente proporcionais à sua frequência no *corpus*.

Figura 5

Nuvem de palavras referente ao corpus "Reportagens"

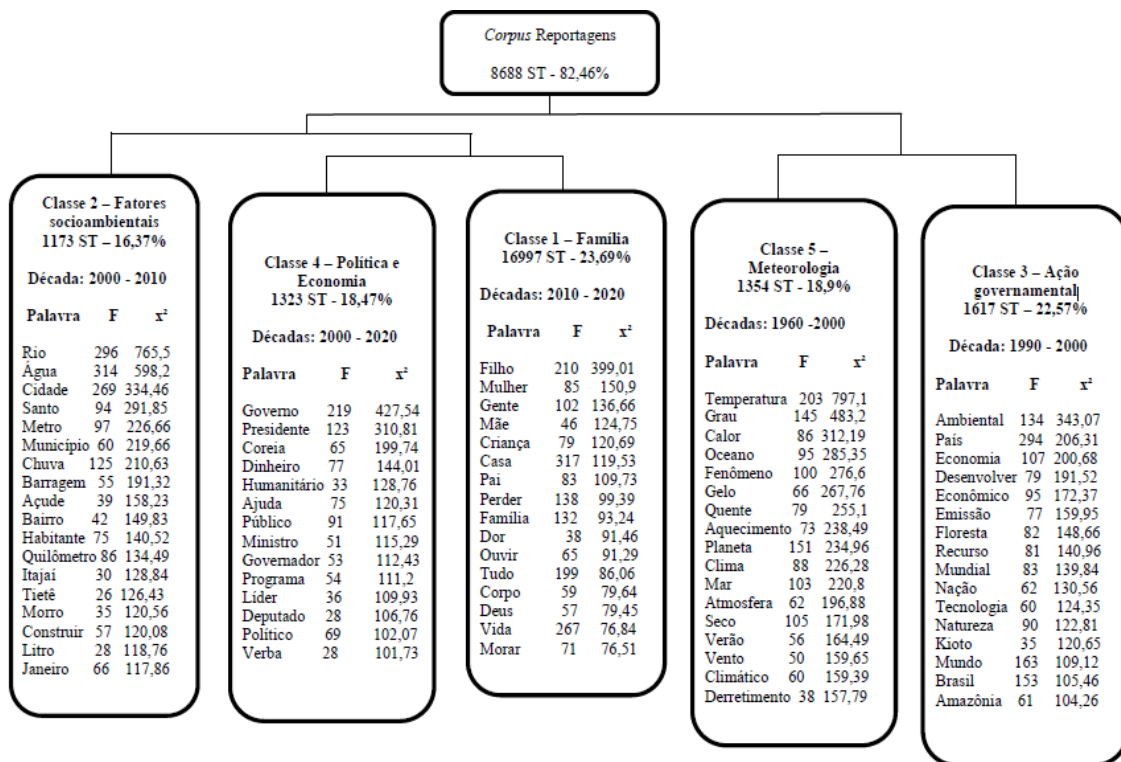


A partir da figura 5 observa-se que no corpus “Reportagens” as palavras significativas mais frequentes foram região (n=500), casa (n=493), passado (n=482), mundo (n=438), terra (n=425) governo (n=419), entre outras. Essas palavras remetem a importância dada a casa, as regiões de maior risco e a repetição de desastres. Também remete a implicação do papel governamental, dando ênfase à questão política e social não só brasileira, mas do mundo.

Para o aprofundamento na análise desse conteúdo foi realizada Classificação Hierárquica Descendente, na qual o programa IRaMuTeQ fracionou o *corpus* em 8.688 ST's, dos quais 82,46% foram retidos. O corpus foi dividido em seis classes que foram nominadas de acordo com o contexto do vocabulário típico de cada uma delas. Na figura 6 pode-se visualizar as palavras significativas para cada classe, segundo classificação por Qui_Quadrado.

Figura 6

Dendrograma do corpus “Reportagens”



A figura 6 mostra como se relacionam as classes na CHD. Primeiramente o programa dividiu o corpus em dois *subcorpora*, o primeiro originando as classes 3 e 5, o outro as classes 1, 4 e 2. Em seguida, obteve-se outra partição, na qual as classes 1 e 4 separou-se de classe 2.

A classe 3, denominada “Ação governamental”, representa 22,57% dos ST’s retidos na análise, corresponde a segunda maior classe, com reportagens publicadas, em sua maior parte, na década de 1990. Os conteúdos que compõem essa classe tratam da reação de órgãos governamentais aos desastres socioambientais, como prefeituras, se organizam para enfrentar e prevenir situações de crise. Na maioria das reportagens que trazem o tema da reação governamental, os políticos são questionados quanto a suas ações meramente paliativas e, muitas vezes, insuficientes até mesmo para respostas imediatas. Também versam sobre a capacidade de execução de planos e programas governamentais existentes para as regiões e populações afetadas. Os trechos a seguir ilustram esse contexto:

“O episódio mostrou a ineficiência da Prefeitura, que não tinha um plano razoável de evacuação, e do Governo Federal, que demorou a dar assistência às vítimas. Cinco anos depois do Katrina, Nova Orleans está renascendo - em grande parte, por força da cultura”. (Edição 2165, ano 2010: A arte de tocar em frente).

“Incompetência ou racismo? Na semana passada, na ressaca do furacão Katrina, que inundou 80% da cidade de Nova Orleans e obrigou a evacuação de meio milhão de

moradores, uma parcela da opinião pública americana atribuía ao preconceito racial a lenta reação do governo federal diante da tragédia. Líderes religiosos, políticos e artistas tentavam vender a tese de que o governo do presidente George W. Bush demorou em providenciar socorro aos desabrigados - alimentos, água, medicamentos e transporte só começaram a chegar quatro dias depois do furacão porque a maioria dos atingidos eram negros. ” (Edição 1922, ano 2005: Katrina - incompetência, não racismo).

“Mesmo para pessoas acostumadas à ideia de que o governo japonês é ineficiente, foi impressionante constatar que nos dois dias depois do terremoto, momento decisivo para salvar vidas, as autoridades não tinham tomado nenhuma providência de socorro às vítimas. Denunciei isso em artigos para jornais e agora estou preparando um livro sobre Kobe, por achar que houve omissão de socorro. Segundo o governo, a maioria das 5400 vítimas fatais teve morte instantânea. Tenho dúvidas. É mais verossímil que muitos feridos tenham morrido por abandono naqueles dois dias”. (Edição 138, ano 1995: O Japão está parado).

A classe 5 chama-se “Meteorologia” e representa 18,9% da totalidade do *corpus* analisado. Ela apresenta matérias veiculadas nas décadas de 1960 a 2000, com reportagens que abordaram os fatores e as características e comportamentos meteorológicos que atuaram durante os desastres, como é possível observar nos trechos:

“Um susto semelhante fora sentido dez dias antes pelos 14000 habitantes de Cruz do Espírito Santo, cidade paraibana localizada a 30 quilômetros de João Pessoa, quando o açude Boqueirão, que represa o Rio Paraíba 125 quilômetros a montante, começou a despejar sobre o leito do rio um excedente de 8000 metros cúbicos de água por segundo. Deu ondas de 5 a 6 metros de altura, conta Edmundo Padilha Nóbrega, 34 anos, funcionário da Secretaria do Serviço Social da Paraíba. Os moradores tiveram que fugir às pressas e, na semana passada, quando o nível do rio começou a baixar, tentaram voltar para suas casas”. (Edição 871, ano 1985: O flagelo das águas).

“A subida das marés bloqueou o escoamento da água do rio para o mar, causando o seu transbordamento para as margens. Lama, destruição e fome. Carros esmagados, casas soterradas e água por toda parte. Na era das grandes navegações a palavra procela entrou para o vocabulário da língua portuguesa. Procelas são as fortes tempestades que se formam em alto mar. Na semana passada, uma procela se adensou, não sobre o oceano, mas nos céus da próspera Santa Catarina. Quando ela despencou sobre as cidades, foi com uma fúria e constância jamais vistas, mesmo numa região

historicamente sujeita a precipitações caudalosas e enchentes. ” (Edição 2089, ano 2008: O horror diante dos olhos).

“A resposta mais curta é que existe uma conjunção excepcional de fatores meteorológicos, cada um deles contribuindo para a continuidade do aguaceiro. Já a devastação que as águas provocam, por meio de alagamentos e enxurradas, é também consequência do perfil geográfico da cidade e das características da urbanização conduzida através dos anos. No que diz respeito à meteorologia, a chuva resultou de três fenômenos.” (Edição 2151, ano 2010: Dilúvio... 45º dia).

A classe 1 denomina-se “Família”, é a maior classe da CHD representando 23,69% do *corpus* retido. Essa classe apresenta reportagens publicadas na década de 2010 a 2020. Seu conteúdo refere-se às histórias trágicas de pessoas atingidas que tiveram familiares mortos ou feridos nos desastres. É possível perceber sofrimento, comoção e desespero nos relatos dos momentos que se seguiram, conforme ilustrado nos trechos:

“Para mim, parece que foi um sonho. Eu ainda tenho a impressão de que vou encontrar a casa de pé e os meus filhos vivos lá dentro - diz Maria de Fátima Pena Moreira, de 30 anos. Na hora da avalanche, ela estava com os três filhos em casa. Ouviu os gritos dos vizinhos e, num pressentimento, pegou o do meio, Fernando, de 7 anos, o empurrou pela porta e o colocou numa laje próxima. Voltou para pegar os outros dois, Edcarlos, de 9 anos e Josiane, de 6. Tentou puxá-los, mas as paredes já estavam caindo e atingiram os dois irmãos em cheio. Edcarlos e Josiane foram resgatados mortos pelos soldados do Corpo de Bombeiros algumas horas mais tarde e sepultados na quinta-feira. “Foi uma coisa tão horrorosa, que eu nem consegui chorar” - diz ela. ” (Edição 122, ano 1992: O inferno na terra)

“O advogado Samuel Guerra e Silva, de 43 anos, ainda chora muito. Chora pelo momento em que lembrou que sua mãe, sua irmã e três de seus sobrinhos ainda estavam na casa vizinha à sua, e constatou que ela simplesmente desaparecera. E chora quando se recorda de que, às escuras em sua cama, ao lado da mulher, ouviu um forte estrondo e, no instante seguinte, percebeu que o barulho fora só o prenúncio da avalanche de lama que arrancou das fundações toda a parte de trás da casa confortável que ele tinha em Nova Friburgo. E que, assim, obliterou o quarto em que dormiam sua filha Maria Vitória, de 14 anos e a sobrinha Manuela, de 13.” (Edição 2205, ano 2011: Luto na Serra Fluminense, a tragédia continua dentro dos corações).

A classe 4, denominada “Política e economia”, corresponde a 18,47% dos ST’s retidos na análise. As reportagens associadas a essa classe foram publicadas, em sua maioria, nas últimas duas décadas (de 2000 a 2020). Do seu conteúdo é possível depreender a questão do desafio que a sociedade enfrenta atualmente de manter-se em expansão econômica e tecnológica sem com isso comprometer o clima, portanto sem colaborar para aumento da frequência de desastres socioambientais. É o que se encontra nos trechos:

“O Brasil entra na sua fase de maior crescimento econômico prolongado em um período sem precedentes de conscientização sobre a necessidade de preservação ambiental. Hoje o modelo é outro. Parece paradoxal, mas não há mais como crescer sem preservar o meio ambiente ou, pelo menos, sem diminuir o impacto causado pela produção - diz o economista americano. Ou fazemos essa transição para a sustentabilidade imposta pela crise global de 2008, que se resume na desaceleração do impacto ambiental, ou estaremos fadados a desaparecer, conclui.” (Edição 2196A, ano 2010: O Brasil pode crescer em ritmo chinês sem agredir o ambiente? Sim).

“Quando falamos em reduzir o desmatamento e em outras medidas de combate ao aquecimento global, não queremos de forma alguma prejudicar o direito ao crescimento econômico dos países emergentes. Para sustentarmos um bom padrão de vida para a população mundial de 9 bilhões de pessoas, como está previsto para 2050, teremos de ser mais eficientes no uso dos recursos naturais e investir em fontes renováveis de energia. Quinhentos milhões de pessoas vivem sem luz elétrica na Índia. Claro que não podemos pedir ao governo indiano que seu país pare de crescer economicamente. Precisamos descobrir uma maneira de tornar esse crescimento sustentado, com um impacto menor sobre o ambiente.” (Edição 2081, ano 2008: A guerreira do clima).

Por fim, a classe 2, “Fatores socioambientais”, retrata o conteúdo predominantemente da década de 2000. Nele, está presente a busca de uma explicação para o aumento na ocorrência de desastres socioambientais, que abrangem tanto as mudanças climáticas quanto a ação humana. Há, portanto, algumas correntes de pensamento que delegam a responsabilidade a diversos fatores ligados à responsabilização das pessoas. Seguem os trechos:

“As emissões de carbono, o grande responsável pelas mudanças climáticas e pelo aquecimento global, cresceram 10 por cento. Nos Estados Unidos, que abandonaram o Protocolo de Kioto, o tratado assinado por 178 países para controlar as

emissões desse gás, o salto foi de 18%. Quanto ao crescimento sustentado, assunto tão debatido, a coisa parece caminhar para o fiasco.” (Edição 1765, ano 2002: A Terra pede socorro).

“Dentro de quarenta a cinquenta anos sentiremos o impacto do que já fizemos contra o planeta. São efeitos que aparecerão na forma de desastres socioambientais, como secas, enchentes e furacões progressivamente mais intensos. Não importa o que fizermos agora, esses efeitos serão sentidos, eles já são inevitáveis. Assim, tudo o que fizermos nas próximas duas ou três décadas só terá impacto no fim deste século. O que é preciso fazer? Está claro que temos de diminuir os níveis da emissão global de gases poluentes, como o gás metano que sai das mineradoras e o dióxido de carbono dos automóveis, fábricas, aviões. A redução desses gases não pode demorar mais do que vinte anos. Se for feita, poderá diminuir grandemente os riscos que o planeta corre.” (Edição 1981, ano 2006: O alerta global).

Os resultados da CHD corroboram o esperado, tendo em vista que nas duas últimas décadas ampliou-se o debate do tema, articulando-o com aspectos sociais e políticos. Pode-se perceber que nas duas primeiras décadas de publicação da revista as representações sociais de desastre relacionavam-se aos aspectos físicos e meteorológicos dos eventos. Nessa época, as reportagens veiculadas frequentemente detiveram-se ao relato dos acontecimentos, como chuvas fortes, secas, vendavais, e suas consequências em curto prazo. Era utilizado um vocabulário bastante técnico e objetivo, trazendo informações acerca do funcionamento meteorológico dos desastres, suas causas e consequências, sem ampliar a discussão articulando outras facetas do problema.

Já na década de 1990, foi possível perceber uma ampliação do debate, que passou a incluir as questões políticas dos desastres, com foco na ação governamental diante da sua ocorrência. Nessa época, as reportagens além de abordar o aspecto físico ou meteorológico dos desastres, passaram a problematizar as políticas adotadas para enfrentamento e prevenção de desastres socioambientais. Assim, além de ampliar um pouco mais o debate, o foco deste passou às questões de médio e longo prazo, e não mais as questões imediatas surgidas com a ocorrência do desastre.

A partir da década de 2000 novas mudanças na abordagem do tema se deram por conta da inclusão de termos científicos como mudanças climáticas, desenvolvimento sustentável, entre outros. A partir de então, pode-se considerar que o conhecimento científico passou a ser mais divulgado e reconhecido pelas mídias quando da abordagem

do problema, passando a influenciar a construção do pensamento social de forma mais direta. Isso pode ser observado nos achados deste estudo, pois a partir da década de 2000 e até hoje o debate dos desastres socioambientais inclui aspectos socioambientais, como preservação ambiental, desenvolvimento e economia, mudanças climáticas, além dos fatores psicossociais, como luto e enfrentamento.

Considerando os resultados da CHD podem-se considerar três diferentes representações sociais encontradas nos diferentes períodos de tempo analisados, uma mais relacionada aos aspectos físicos e meteorológicos dos eventos, outra focada nas questões políticas e ação governamental diante da sua ocorrência e a terceira pautada no conhecimento científico.

Para que se possa identificar uma representação social expressa através das classes resultantes da CHD devem-se considerar as classes com maior conteúdo, sendo que as classes menores adicionam informações sem, contudo, configurar uma representação social diferente da identificada pela classe maior. Portanto, pode-se perceber que a representação social dos desastres, por constituir um fenômeno dinâmico, sofreu alterações ao longo das cinco décadas analisadas, pelo incremento do debate, que aconteceu com a ampliação dos aspectos relacionados. Assim, os desastres, que já foram considerados fenômenos físicos, baseados em alterações meteorológicas, aparentemente hoje constituem no conhecimento social um fenômeno multifacetado, que contempla os aspectos físico, social e político.

9. LEVANTAMENTO DE DADOS

9.1 Método

O segundo estudo envolveu uma pesquisa descritiva, pois esta tem o objetivo descrever características de determinada população, utilizando técnica padronizada de coleta de dados por meio de aplicação de questionário (Gil, 2002). Foi realizado um levantamento de dados com o objetivo de conhecer as representações sociais de risco e desastres socioambientais, bem como as práticas de prevenção desses eventos adotadas pela amostra. De acordo com Gil (2008) esse tipo de estudo, também chamado de *survey*, muito utilizado para investigar opiniões e atitudes, caracteriza-se pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento está sendo investigado. Fundamentalmente, trata-se de solicitar informações a um grupo significativo de

pessoas acerca do assunto investigado, para em seguida realizar-se uma análise quantitativa dos dados coletados, que embasa as conclusões. O presente estudo tem um corte transversal, pois os dados informam a situação no momento em que foi realizada a coleta dos dados (Sampiere, Collado & Lucio, 2006).

9.1.1 Contexto da Pesquisa

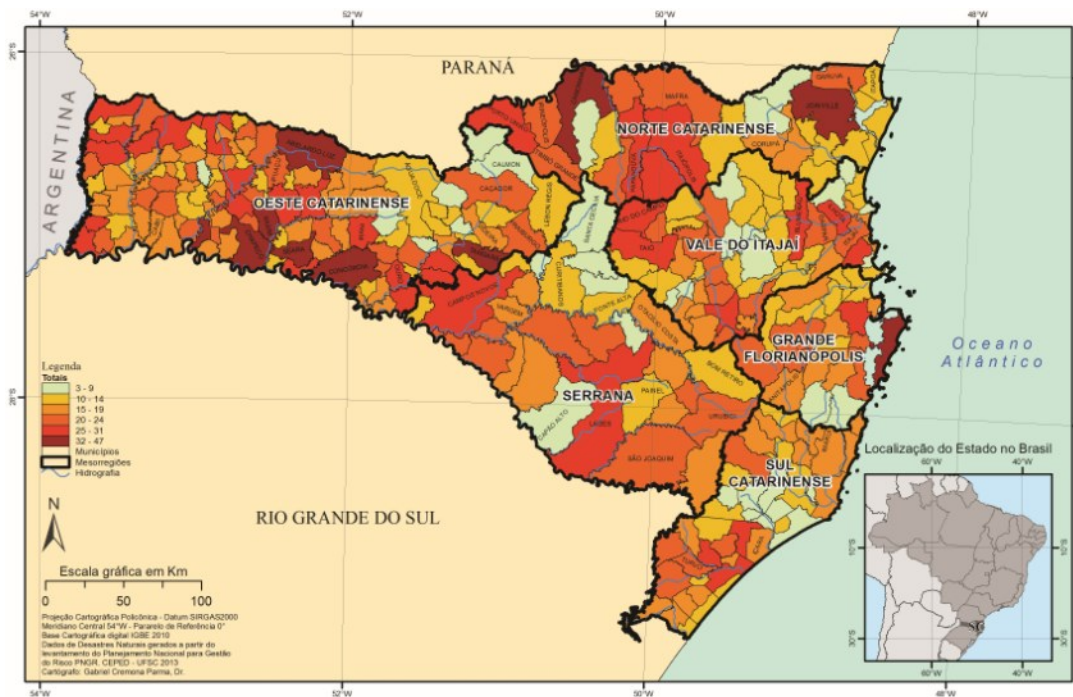
A pesquisa foi realizada no município de Itajaí, no estado de Santa Catarina. O município está localizado na região do Vale do Itajaí, litoral norte do estado, erguida no encontro do Rio Itajaí-Açu com o mar, com uma extensão territorial de 288,286 km². De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) a população de Itajaí era de 183.373 pessoas no último Censo realizado e apresentava IDH de 0,795, estima-se que em 2018 a população passasse a 215.895 pessoas.

No Estado de Santa Catarina no período de 1991 a 2012 verificou-se a ocorrência de desastres relacionados a estiagens e secas, inundações, enxurradas, alagamentos, movimentos de massa, erosões, granizos, geadas, incêndios florestais, tornados e vendavais - alguns desses bastante recorrentes. Nesse período foram realizados 4.999 registros oficiais de desastres socioambientais, a maior parte deles na Mesorregião Oeste Catarinense, onde está localizado o maior número de municípios do estado. A segunda mais afetada foi a Mesorregião Vale do Itajaí, seguida da Mesorregião Sul Catarinense, a Serrana, a Norte Catarinense e, por último, a Grande Florianópolis (CEPED UFSC, 2013; Vazquez & Blattmann, 2019).

A figura 7 ilustra as regiões de Santa Catarina nas quais houve maior número de registro de desastres socioambientais entre 1991 e 2012. Nela, pode-se perceber que a região do Vale do Itajaí destaca-se com alto nível de ocorrência de eventos climáticos extremos nesse período.

Figura 7

Registro total de eventos no Estado de Santa Catarina 1991-2012 (CEPED UFSC, 2013)



Conforme estudo de Aumond *et al.* (2009), a configuração da bacia do rio Itajaí-Açu e a declividade dos cursos de água que formam a rede de drenagem colaboram expressivamente para as inundações nessa região. Inclusive a baixa declividade pode ter contribuído para a colonização dessa região quando da vinda de imigrantes europeus, que podem tê-la considerada mais propícia à agricultura. Municípios do Vale do Itajaí, por causa dessa característica, apresentam um histórico de recorrências de desastres hidrológicos com inúmeros danos à população das áreas vulneráveis.

Ainda de acordo com Aumond *et al.* (2009), a região do Vale do Itajaí possui características favoráveis a intensas precipitações, sobretudo na primavera e no verão, por encontrar-se subordinado a uma condição climática quente e úmida. Da mesma forma, por encontrar-se voltado para o Oceano Atlântico, propicia a entrada de umidade em direção ao continente, com predominância de ventos de nordeste e sudeste.

O município de Itajaí, por sua vez, localiza-se na foz do rio Itajaí e recebe o aporte fluvial de toda a bacia hidrográfica. Além disso, sua formação geológica e localização geográfica o tornam propício a sofrer periódicas inundações dos leitos dos rios. Ao longo do tempo o município passou por eventos que geraram uma série de danos sociais e econômicos, ao mesmo tempo em que a presença de rios navegáveis favoreceu o desenvolvimento industrial e comercial, inclusive tendo o porto como grande influência no crescimento da cidade (Prefeitura Municipal de Itajaí, 2005).

Em 2008, por exemplo, Itajaí foi atingida por fortes chuvas, que resultaram em escorregamentos, enxurradas e inundações em diversas áreas. Nesse evento, 14 municípios catarinenses decretaram estado de calamidade pública e 63 decretaram situação de emergência. Esse desastre, de elevadas proporções, teve efeitos mais graves no Vale do Itajaí, região do município de Itajaí. A Mesorregião Vale do Itajaí foi a mais afetada por enxurradas no Estado de Santa Catarina entre 1991 e 2012, com 27% das mais de 1,5 mil enxurradas registradas. Dentre os principais municípios que sofreram danos materiais nesse período destaca-se Itajaí, com 141 edificações destruídas e 28.656 danificadas em decorrência das enxurradas nesse período, sendo que 98% das edificações danificadas foram habitações (CEPED UFSC, 2013).

Os relatos históricos que denotam a reincidência das enchentes na região do Vale do Itajaí apontam que essa região situa-se num contexto de desastres socioambientais de grande relevância, demonstrando não tratar-se de fatos casuais, eventuais e isolados. Ou seja, isso significa que existem retratos históricos de desastres em Santa Catarina arraigados na memória coletiva dos catarinenses.

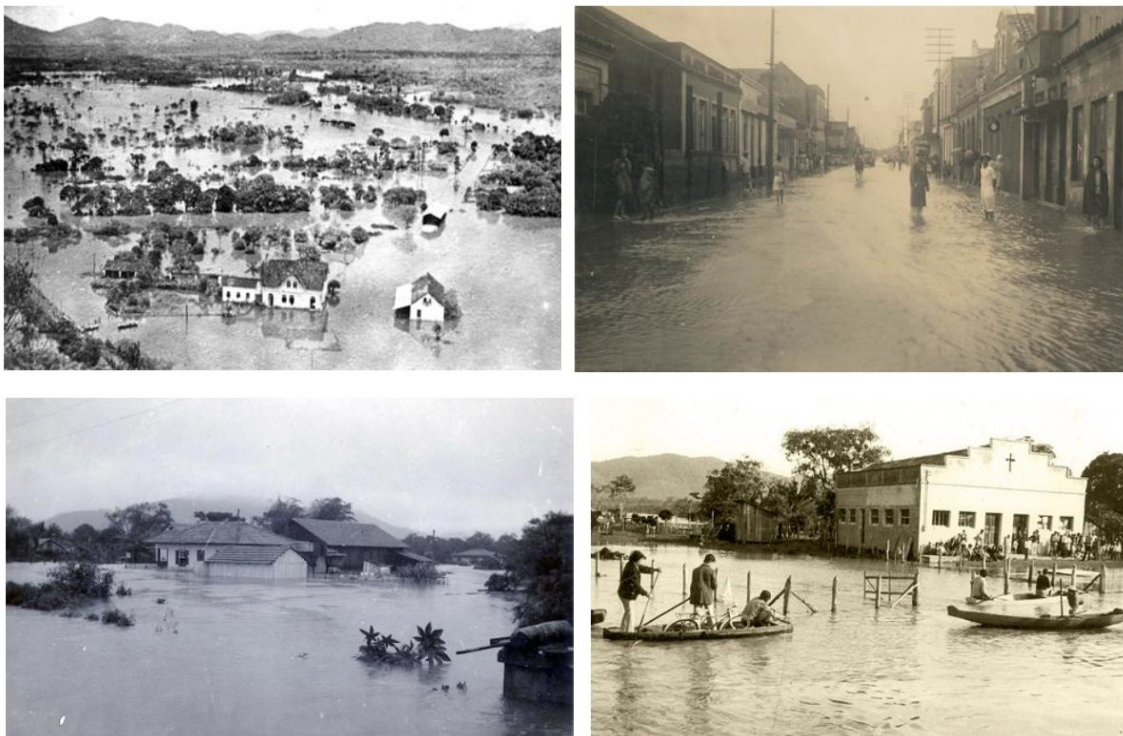
Ademais, é salutar atentarmos à forma como se deu a ocupação do Vale do Itajaí para compreender a vulnerabilidade da região com relação às enchentes. O modelo de desenvolvimento regional adotado constituía-se no uso do solo até seu esgotamento, o que contribuiu de forma significativa para o aumento da ocorrência de enchentes ao longo do tempo. Também foi assim que se resultou na migração dos produtores rurais para os centros urbanos, causando um maior adensamento urbano (Frank, 2003).

Atualmente os municípios da zona costeira vêm sofrendo um incremento populacional acelerado, constituindo-se grandes adensamentos populacionais acentuados pela expansão da atividade turística, com falta de planejamento urbano adequado no que diz respeito à sustentabilidade de recursos naturais (Freitas, Almeida & Vitória, 2016).

Estudos demonstram haver registros de enchentes em Itajaí desde 1855. Já no século XXI, Itajaí novamente sofreu com a histórica enchente de 2008 e 2011 (Frank, 2003; Santos, 2010). Para ilustrar esse triste histórico do município de Itajaí observa-se na figura 8 a situação do município nas enchentes nos anos de 1939 e 1948 e logo abaixo nos anos 1950 e 1973.

Figura 8

Retratos das enchentes de 1939, 1948, 1950 e 1973 em Itajaí



Fonte: Fundação Genésio Miranda Lins.

Após a enchente de 1983, no ano de 2008 novamente o Vale do Itajaí foi manchete nos principais veículos de comunicação do país devido a forte enchente que o atingiu, ficando conhecida como “a enchente de 2008”. O fato inclusive gerou grande comoção e mobilização em todo o país, não só em Santa Catarina.

Nessa enchente, entre os municípios mais afetados está Itajaí, onde 163.218 pessoas foram atingidas, ou seja, toda a população. Destes, 100.000 pessoas foram deslocadas, 18.208 ficaram desabrigados, 1.929 desalojados, 1.800 feridos e cinco mortos. Foram danificadas 28.400 residências, 20 unidades de saúde e 92 de ensino foram alagadas. O porto de Itajaí, bem como centenas de quilômetros de rodovias e suas pavimentações foram danificadas (Sevegnani *et al.*, 2009). Além disso, estima-se que a indústria pesqueira tenha deixado de movimentar R\$7,4 milhões diariamente. O polo industrial pesqueiro de Itajaí, maior do país, que contempla as empresas de beneficiamento, salga e pesca, dispensou temporariamente 50.000 trabalhadores em decorrência da paralisação das atividades. Esses trabalhadores também tiveram suas casas atingidas e suas próprias perdas motivadas pelo desastre (Wagner, 2009). O município foi atingido em aproximadamente 90% do seu território, como pode ser observado na figura 9.

Figura 9

Áreas inundadas pela enchente de 2008 no município de Itajaí



Fonte: Defesa Civil do Município de Itajaí.

Diante desse contexto pode-se denotar que é fundamental reconsiderar o modelo de crescimento econômico que vem sendo adotado, associado a outros aspectos como político, social e ambiental. Para tanto são necessárias ações socialmente inclusivas, levando-se em consideração a perspectiva das pessoas afetadas nos desastres, ou sujeitos a preferencialmente sê-lo em determinados territórios. Nisso encontra-se a importância de estudos como este, que expõem os sentimentos, as lembranças e os receios dos que foram, um dia, atingidos por um desastre.

9.1.2 Participantes

Participaram do estudo 40 pessoas domiciliadas na cidade de Itajaí e residentes em áreas de risco. A escolha dos participantes se deu por conveniência e intencional, sendo a amostra composta por procedimento não-probabilístico, utilizando-se a técnica de Bola de Neve (*Snowball*), caracterizada pela identificação de um ou mais participantes de acordo com os critérios de inclusão e a consequente indicação por parte destes de outros com o perfil de interesse do estudo. A estratégia foi utilizada sucessivamente até que foi alcançado o número de participantes determinados (Becker, 1993). Foi utilizado o critério de saturação dos dados para determinação do número de participantes, o qual propõe que o ponto de saturação é quando deixam de emergir novos conteúdos nas entrevistas (Ghiglione & Matalon, 1993).

Foram considerados os seguintes critérios de inclusão nesse estudo: ser maior de 18 anos, morar no município de Itajaí há mais de seis meses e residir em área de risco para desastres socioambientais. Como critérios de exclusão de participantes foram considerados: presença de alguma incapacidade que impossibilitasse a aplicação do questionário.

9.1.2 Instrumento de Coleta de Dados

A coleta de dados do segundo estudo foi realizada por meio de questionário semiestruturado, o qual foi construído com base nos dados coletados no primeiro estudo, bem como na literatura e contou com a apreciação de dois juízes na construção dos itens. Ele foi aplicado em forma de entrevista e era composto por diferentes tipos de questões: abertas, fechadas e escalares. Primeiramente foi realizado um estudo piloto,

antes da coleta dos dados, com amostra similar. O objetivo do estudo piloto foi adequar as questões do questionário e treinar a pesquisadora para o domínio das técnicas de manejo da entrevista. As entrevistas ocorreram no ano de 2019, entre janeiro e dezembro.

Inicialmente foram apresentadas aos participantes questões abertas com objetivo de identificar as representações sociais dos riscos e dos desastres, e em seguida, uma questão também aberta acerca da prevenção de desastres. Posteriormente, foi apresentada uma questão de múltipla escolha sobre a percepção acerca do aumento ou diminuição da frequência dos desastres. Em seguida, foram apresentadas questões cuja resposta apresentava-se em uma escala Lickert de cinco pontos, versando sobre: gravidade dos desastres, grau de confiança nas fontes de informações, preocupação com desastres e práticas de prevenção. Por fim, foram apresentadas questões demográficas para descrição da amostra: sexo, idade, estado civil, profissão, escolaridade, renda, bairro onde mora, tipo de moradia e há quanto tempo reside no local.

Para a coleta de dados da primeira parte do instrumento, composta por três questões abertas com os temas indutores risco, desastre e prevenção, foi empregada a técnica da entrevista apoiando-se nas técnicas clássicas da entrevista em profundidade (Flick, 2007). Já a segunda parte do instrumento, composta de questões fechadas acerca da percepção de riscos naturais e das práticas de prevenção de desastres, foi aplicada da seguinte maneira: leu-se a pergunta ao participante, em seguida as opções de resposta, o participante referiu qual a resposta com a qual mais se identificou e essa foi assinalada. Essa técnica visou tanto o maior entendimento por parte dos participantes daquilo que estava sendo questionado, quanto minimizar o número de questões não respondidas.

9.1.3 Procedimentos de Coleta de Dados

Os participantes foram acessados inicialmente pela rede social e profissional da pesquisadora, que é funcionária da Prefeitura Municipal de Itajaí, e pela técnica da bola de neve os demais participantes foram indicados pelos primeiros. Os participantes tomaram conhecimento dos objetivos da pesquisa, bem como do caráter voluntário da participação. A coleta de dados ocorreu no local de preferência do participante, sendo alguns em sua residência, outros no local de trabalho da pesquisadora, sempre preservando-se o sigilo da participação. Antes de dar início à coleta de dados foi

apresentado aos participantes o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice), que foi assinado por aqueles que consentiram em participar da pesquisa, os quais levaram consigo uma via do mesmo.

9.1.4 Análise de Dados

A análise dos dados coletados por meio de questões abertas, apresentadas no questionário semiestruturado, foi realizada com auxílio do software IRaMuTeQ, para a realização da classificação hierárquica descendente de segmentos de texto, cujos procedimentos foram descritos no Estudo 1. Com relação às questões de caracterização da amostra e os itens escalares do questionário, foi realizada análises estatísticas descritivas (frequência, média e desvio padrão) e relacionais (comparação de médias do tipo Teste T e correlações de Spearman), nas quais utilizou-se testes paramétricos por haver uma distribuição normal, com auxílio do Pacote Estatístico SPSS (Statistical Package Social Sciences), versão 17.0.

9.1.5 Considerações Éticas

O presente estudo foi realizado de acordo com o preconizado na Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 510, de 07 de abril de 2016 e apreciado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Santa Catarina. Os procedimentos de coleta de dados tiveram início após recebimento do parecer número 2.985.980 com a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa. Os participantes foram convidados a participar da pesquisa e antes do início da aplicação do questionário solicitados a assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, no qual ficou assegurada a livre escolha na participação e a utilização dos dados apenas para os fins da presente pesquisa.

9.2 Resultados

9.2.1 Caracterização dos participantes

Participaram desse estudo 30 mulheres e 10 homens, residentes no município de Itajaí, com idade entre 22 e 71 anos [M=47 anos e 10 meses; DP=12 anos e 1 mês]. Dentre eles, 8 declararam-se solteiros(as), 21 casados(as) ou em união estável, 6

separados(as) ou divorciados(as) e 5 viúvos(as). No que se refere à escolaridade predominaram aqueles com ensino médio completo, sendo 10 dos 40, seguidos dos que declararam ter o ensino fundamental completo que foram 9, com ensino superior completo foram 8, ensino médio incompleto foram 7, ensino fundamental incompleto foram 2, também foram 2 que declararam não ter estudado e 1 com ensino superior incompleto.

Com relação à renda a maioria, 22 participantes, informou que tem uma renda familiar mensal de até 3 salários mínimos (até 2994 reais), seguidos de 12 que informaram não ter renda alguma, 4 informaram ter de 3 a 5 salários mínimos (de 2994 a 4990) e 2 que afirmaram que sua renda é de mais de 5 salários mínimos (mais de 4990). Quanto à ocupação, se tem um trabalho remunerado ou não, 25 responderam que sim enquanto 15 responderam que não. Dentre os que responderam possuir uma ocupação remunerada 8 são homens e 17 são mulheres, enquanto dentre os que não exercem atividade remunerada 2 são homens e 13 são mulheres.

Com relação à moradia, houve predominância das moradias do tipo casa com 31 respostas, enquanto para o tipo apartamento houve 9 respostas. Ainda, o tempo de moradia na atual residência variou de 5 meses a 45 anos [M= 8,23 anos; DP= 12,33]. Houve predominância da faixa de moradia até 2 anos com 19 respostas, seguida da faixa de 3 a 10 anos com 13 respostas e por fim a faixa de mais de 10 anos com 8 respostas.

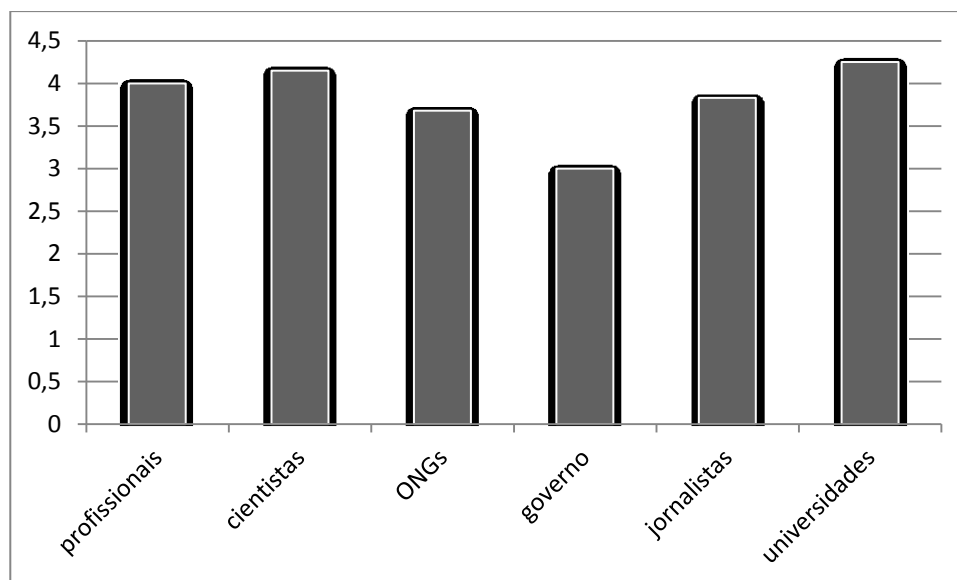
No que tange a frequência com que buscam informações sobre riscos de desastres socioambientais que existem no local onde moram, 17 responderam que é sempre, 16 quase sempre, 4 nunca, 2 quase nunca e 1 não soube responder. Com relação às fontes de informação, a maioria dos participantes (34 respostas) elegeu a televisão como a principal, seguido da internet e de amigos vizinhos e familiares (14 respostas), do rádio (12 respostas) e do jornal (4 respostas). Assim, tem-se a televisão como importante meio disseminador de pensamento e influenciador social para a população estudada. Dos 40 participantes apenas 4 relataram não buscar informações sobre os riscos naturais que existem no local onde moram, e os principais motivos elencados para isso foram a falta de interesse no assunto e o desconhecimento de onde e como informar-se.

Os participantes foram questionados sobre a confiança nas informações acerca dos riscos prestadas por diferentes esferas, foi criado um escore para cada item indicando que quanto mais próximo de 5, maior a confiança. Observou-se que as

universidades foram apontadas como fontes de informação mais confiável [M=4,25; DP = 0,78], seguida dos cientistas [M=4,15; DP=1,08] e dos profissionais [M=4; DP=0,91].

Figura 10

Distribuição das respostas sobre confiança



9.2.2 Caracterização do risco e medidas de prevenção/proteção

A fim de obter uma identificação a respeito de comportamentos de prevenção e proteção de desastres socioambientais os participantes foram questionados sobre isso e as frequências das repostas de cada bloco de perguntas serão expostas nas tabelas 1,2 e 3.

A primeira questão a ser apresentada versa sobre a situação dos riscos na concepção dos participantes, com o intuito de fazer um paralelo com o primeiro estudo, que apontou que a medida em que a frequência de desastres socioambientais vem aumentando a abordagem do tema vem se tornando mais frequente também. Com relação a distribuição das respostas sobre a situação dos riscos de desastres socioambientais, 24 participantes informaram crer que estão aumentando, 11 que estão nem aumentando nem diminuindo e 5 que estão diminuindo.

Pode-se inferir que os participantes deste estudo observam o mesmo fenômeno, o aumento da frequência de ocorrência de desastres socioambientais. No entanto, como

será exposto adiante, não necessariamente essa percepção faz com que haja aumento nos comportamentos de prevenção e proteção, o que num contexto como da cidade de Itajaí, onde já ocorreram graves desastres, é uma questão a ser considerada pelo poder público e pela própria população.

Em seguida, os participantes foram questionados sobre a gravidade atribuída a diferentes tipos de desastres socioambientais, sendo que alguns não são registrados no território brasileiro, portanto, distantes do contexto dos sujeitos. A intenção foi perceber se os participantes iriam atribuir uma gravidade maior aos desastres que já presenciaram ou que estão mais próximos do contexto brasileiro.

Tabela 1

Distribuição das respostas sobre a gravidade de cada tipo de desastre

	Nada grave	Pouco grave	Nem muito nem pouco grave	Grave	Muito grave
Relacionados à chuva	0	0	2	9	29
Deslizamentos	0	0	1	3	36
Estiagem	1	7	8	14	10
Terremoto	0	0	1	7	32
Temperaturas extremas	4	13	10	8	5
Tsunami	0	0	1	2	37

Observando a tabela pode-se inferir que os resultados demonstram que este pressuposto de fato se confirmou, uma vez que foi atribuída muita gravidade aos desastres decorrentes da chuva, como enchentes, alagamentos, e aos deslizamentos. Esses desastres são os mais próximos do contexto dos participantes, que relataram já os presenciarem ocorrer no município. No entanto, houve uma frequência maior de atribuição de alta gravidade a desastres socioambientais que não são registrados no território brasileiro, pelo menos não com frequência e consequências relevantes, como terremotos e tsunamis. Isso pode demonstrar um afastamento da realidade local quanto à suscetibilidade aos desastres.

Além disso, os participantes foram questionados acerca do grau de confiança nas informações sobre riscos veiculadas por determinadas fontes.

Tabela 2

Distribuição das respostas sobre a confiança nas fontes de informação

	Nenhuma confiança	Pouca confiança	Indiferente	Confiança	Muita confiança
Profissionais da área	0	3	7	17	13
Cientistas	2	2	2	16	16
Organizações não governamentais	1	6	6	19	8
Governo (federal, estadual, municipal)	3	15	4	15	3
Jornalistas	1	3	5	24	7
Universidades	0	2	2	20	16

De acordo com os resultados apresentados pode-se concluir que as instituições como as universidades e os cientistas são os que aparecem com mais frequência como muito confiáveis. Em seguida, apresenta relevância a confiança depositada nos jornalistas e com pouca confiança apresentam-se as informações disseminadas pelos governos.

Os participantes também foram questionados sobre o grau de preocupação com os desastres socioambientais, com o objetivo de investigar se eles estão mais preocupados com desastres mais próximos do seu contexto ou se percebem o que vem ocorrendo no mundo e extrapolam esse contexto.

Tabela 3

Distribuição das respostas sobre a preocupação com os desastres.

	Nada preocupado	Pouco preocupado	Indiferente	Preocupado	Muito preocupado
Relacionados à chuva	0	1	0	11	28
Deslizamentos	0	4	3	13	20
Estiagem	2	14	5	15	4
Terremoto	3	12	4	6	15

Temperaturas extremas	5	14	7	8	6
Tsunami	5	6	7	5	17

Percebeu-se, que os desastres que mais preocupam os participantes foram justamente aqueles mais presentes em seu contexto, como os desastres relacionados com chuvas (enchentes, alagamentos, enxurradas) e deslizamentos. Porém, também é possível inferir que os participantes não deixaram de se preocupar com aqueles desastres socioambientais que ocorrem em outros locais e que causam grandes prejuízos, como terremotos e tsunamis.

Questionou-se aos participantes se a Defesa Civil considera o local onde vivem uma área de risco, o objetivo era identificar se essa importante informação estava disponível a eles. A frequência das repostas positivas foi maior ($f=19$), indicando que a Defesa Civil, em algum momento, disponibilizou essa informação aos moradores. Porém, há aqueles que responderam que não, ou seja, que segundo a Defesa Civil o local onde residem não é uma área de risco ($f=17$), e aqueles que responderam não saber essa informação ($f=4$).

Ainda com relação aos riscos do local de moradia, os participantes foram questionados se na opinião deles residem em uma área de risco para desastres socioambientais. Quanto a isso, a maioria respondeu que em sua opinião não residem em área de risco ($f=23$). Isso demonstra uma contradição entre o que é informado pelo principal órgão da área de desastres, a Defesa Civil, e o que é percebido pela população. Ainda, a maioria dos participantes ($f=31$) respondeu que já teve a residência atingida por algum desastre socioambiental, ou seja, a percepção dos participantes apresenta contradição com relação aos fatos por eles próprios vividos. Os que responderam já ter tido a residência atingida alguma vez também foram questionados se eles se consideram mais preparados para lidar com novo desastre caso aconteça. A isso, 22 dos 31 responderam que se sentem mais aptos a lidar com a situação. Por meio da análise dos relatos apresentados na questão aberta sobre os desastres averiguou-se que 30, dos 32 que afirmaram que já tiveram a residência atingida por algum desastre socioambiental, foram atingidos por enchente.

Conforme descrito anteriormente, a dimensão das práticas de prevenção e proteção foram investigadas por meio de questões nas quais os participantes deviam

escolher entre as alternativas com qual frequência ocorrem determinados comportamentos, dentro de uma escala com termos dicotômicos, sendo o intervalo escalar convertido em escala tipo Likert de 5 pontos, onde quanto maior a proximidade de 1 menos favorável o participante era às práticas, e quanto mais próximo de 5 mais favorável. A tabela 4 apresenta a distribuição das respostas para cada item.

Tabela 4

Distribuição das respostas sobre práticas de prevenção e proteção de desastres socioambientais.

	Nunca	Algumas vezes	Frequentemente	Muito frequentemente	Sempre
Evita construir em locais aparentemente em risco	3	1	11	13	12
Evita realizar cortes de árvores e plantas	0	1	4	8	27
Busca informações sobre desastres naturais que já ocorreram na região onde mora	2	8	7	9	14
Evita jogar lixo ou entulhos fora dos lugares apropriados	0	0	6	1	33
Verifica/acompanha se há rachaduras na casa, muros e paredes	1	4	12	9	14
Acompanha notícias da meteorologia no rádio, TV ou internet	0	1	5	8	26
Mantém estoque de comida, água e lanterna em casa	5	5	10	12	8
Evita andar por locais alagados	0	5	5	10	20

Isso demonstra que os participantes relatam aderir a comportamentos que ajudam na prevenção e proteção com relação aos desastres, concentrando a maioria das respostas como “sempre” para a frequência de realização de tais práticas, sobretudo no que diz respeito a evitar jogar lixos ou entulhos fora dos lugares apropriados. Para melhor compreensão dos dados os itens nominais e escalares do questionário foram submetidos a análises estatísticas relacionais de comparação de médias do tipo Teste t-Student e correlação de Spearman.

As variáveis apresentaram distribuição normal, portanto, foi realizado Teste t-Student para analisar a amostra em relação às práticas realizadas, sendo que foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre os sujeitos que relataram que já tiveram a casa atingida e a prática de buscar informações dos desastres onde mora [$t=2,38$; $gl= 13,299$; $p<0,05$] e de evitar andar por locais alagados ($t=1,97$; $gl=10,86$, $p<0,05$).

Também foi realizado o Teste t-Student para verificar a associação entre as pessoas que acham que sua residência está em risco e as práticas de prevenção, mas não houve diferença estatisticamente significativa. As práticas de prevenção também foram cruzadas com a classificação da defesa civil (segundo a defesa civil você mora em área de risco) e a prática que apresenta diferença entre as médias é justamente a de evitar construir em locais de risco [$t= -2,89$; $gl= 33,04$; $p<0,05$].

O Teste t-Student foi realizado para comparar diferenças entre grupos no nível de preocupação em relação aos desastres, destaca-se que não houve diferenças estatisticamente significativas. No entanto, pode-se perceber que os participantes apresentaram maior preocupação com chuva e deslizamento, cabe destacar que esses acontecimentos são os mais recorrentes na região pesquisada. O cruzamento da variável “sua casa já foi atingida” com a preocupação com desastres, demonstrou que a única que apresentou diferença estatisticamente significativa foi a preocupação com terremotos, mostrando que quem não teve a casa atingida se preocupa mais com terremotos [$t= -1,87$; $gl= 38$, $p<0,05$], algo que é distante da realidade dos participantes. O cruzamento da variável “você acha que sua residência está em risco” com a preocupação com desastres não apresentou diferenças estatisticamente significativas.

Outras análises do tipo Teste-t foram realizadas para comparar os grupos a partir da percepção de gravidade. Não houve diferença estatisticamente significativa entre a variável “sua casa já foi atingida” e a percepção de gravidade dos desastres. Assim como também não houve para as variáveis “você acha que sua residência está em risco”

e a percepção de gravidade dos desastres. Não foram estatisticamente significativas também as diferenças entre “defesa civil considera que sua casa está em área de risco” e a percepção de gravidade dos desastres.

A correlação de Spearman mostrou que há uma correlação fraca entre as práticas de prevenção e a percepção da gravidade dos desastres [$\rho=0,432$; $p<0,005$], assim como entre as práticas de prevenção e o nível de preocupação com chuva [$\rho=0,530$; $p<0,001$], o nível de preocupação com deslizamento [$\rho=0,271$; $p<0,005$] e com tsunamis [$\rho=0,271$, $p<0,005$].

Também foi realizado teste de correlação de Spearman para cruzar as variáveis “grau de confiança nas informações”, “percepção de gravidade” e “nível de preocupação” e verificar a correlação entre elas. Foi criado um escore para as práticas, considerando-se que quanto maior o escore mais práticas são realizadas com frequência. Diante disso, observou-se que o escore de práticas correlacionou-se fracamente com a gravidade dos desastres relacionados com a chuva [$\rho=0,432$; $p<0,001$] e dos desastres relacionados com tsunamis [$\rho=0,271$; $p<0,005$]. Ou seja, relacionou-se justamente com o fenômeno mais próximo dos participantes, que é a chuva. O escore de práticas obteve correlação, porém fraca, com a preocupação com chuva [$\rho=0,530$; $p<0,001$] e com deslizamentos [$\rho=0,271$; $p<0,005$].

O teste de correlação de Spearman para as variáveis “práticas preventivas” e “confiança nas informações” demonstrou que houve correlação positiva, porém muito fraca entre a confiança nas informações de jornalistas e a prática de buscar informações de desastres onde mora [$\rho=0,306$; $p<0,005$]. Também houve correlação positiva e muito fraca entre a confiança nas informações de cientistas e a prática de evitar andar por locais alagados [$\rho=0,265$; $p<0,005$].

Conclui-se, portanto, que o fato de já ter tido a residência atingida por um desastre socioambiental influencia no exercício de algumas práticas de prevenção e proteção, sobretudo de buscar informações e de evitar deslocamento em locais alagados. Além disso, o fato de não ter tido a residência atingida por desastre socioambiental relaciona-se com a preocupação maior com desastres mais distantes da realidade local, e por consequência, com a não adesão a práticas de prevenção. Também se apresentou fraca a associação entre adoção de práticas de prevenção e percepção de gravidade dos desastres, de modo que se pode inferir que o fato de considerar determinado desastre socioambiental algo grave não necessariamente implica em adotar práticas de prevenção

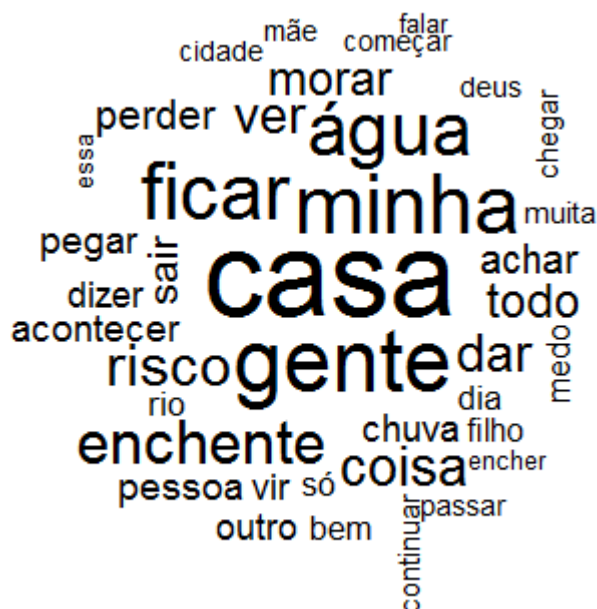
dos mesmos. No entanto, as práticas de prevenção apresentaram uma correlação, ainda que fraca, com a preocupação com a chuva, deslizamentos e tsunamis.

9.2.3 Representações sociais de riscos e desastres socioambientais: um panorama a partir da técnica de entrevista

As entrevistas realizadas foram transcritas e inicialmente reunidas em um único *corpus* de análise, contendo as respostas às três perguntas abertas do questionário, o qual foi submetido a diferentes análises textuais. A totalidade do material verbal compôs-se de 21698 ocorrências com 2981 palavras distintas, resultando numa frequência média de 7,37 para as palavras citadas. A figura 11 mostra a nuvem de palavras alusiva ao *corpus* analisado. Nessa representação é possível identificar, de forma gráfica, a saliência dos elementos principais no *corpus*, considerando-se o tamanho e a centralidade das palavras diretamente proporcionais a sua frequência nele.

Figura 11

Nuvem de palavras referente ao corpus “Entrevista”



Com base na árvore de palavras evidencia-se que no *corpus* “Entrevista” a palavra de ocorrência mais frequente foi “casa” (n= 301), seguida de “gente” (n=214), “minha” (n=193), “ficar” (n=191), “água” (n=173) e “enchente” (n=137). Percebe-se o papel central da relação com a casa quando abordados os temas dos riscos e desastres

socioambientais. Isso permite refletir acerca da problematização das condições e dos impactos dos desastres nessas moradias. Tem-se presente nos discursos uma dimensão afetiva relacionada a casa, enquanto moradia, que está atrelada a ideia do risco de ser atingida por um desastre, sendo o mais comum para os participantes a enchente. A palavra “minha” retrata justamente a dimensão da importância da moradia para os participantes, pois se atribui uma relação maior ao lugar e denota uma implicação dos participantes a entrevista, pois eles estão falando de sua própria condição e não do outro. Ainda, a palavra “ficar” relaciona-se a casa, pois se pode perceber ao longo das entrevistas que muitas vezes ficar na casa era o desejo dos participantes e muitas vezes foi a opção de alguns, ainda que a moradia se encontrasse deteriorada.

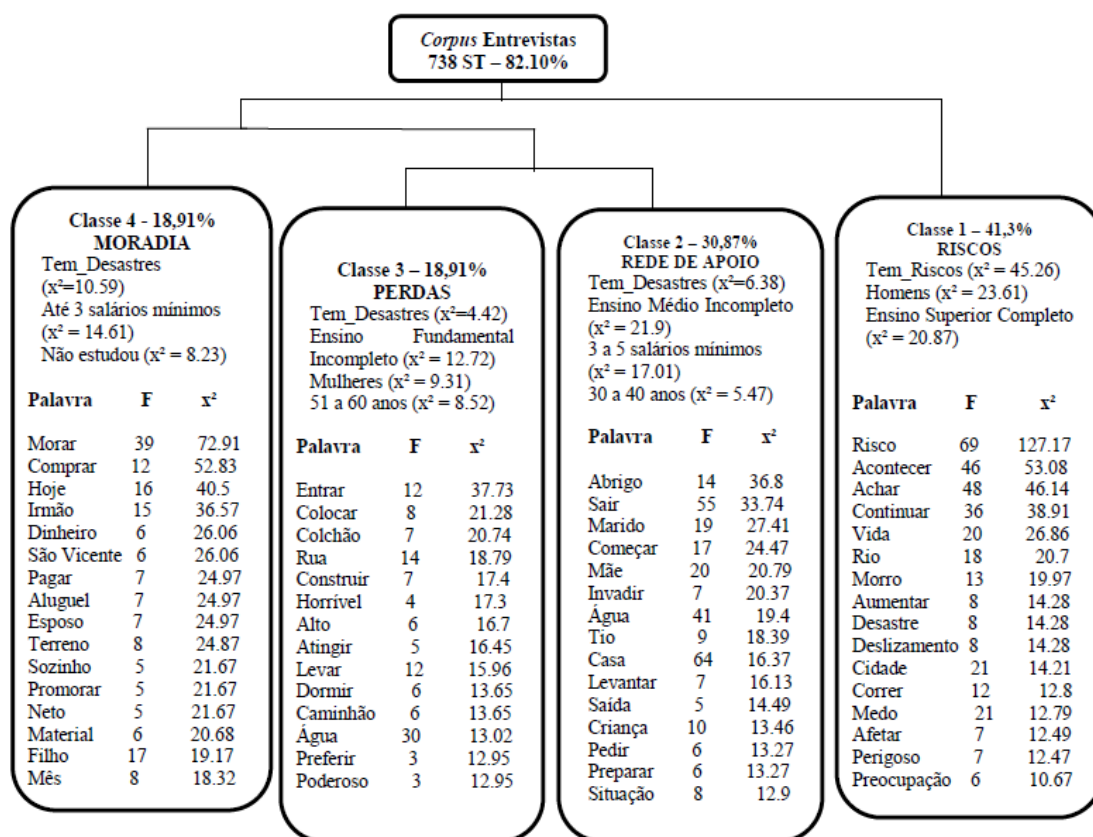
A problemática da centralidade da casa ficou evidente nos resultados apresentados, representando o apego dos participantes a moradia. Os participantes também relataram ter tido receio de uma remoção para longe do local de trabalho ou mesmo a dispersão dos moradores em núcleos habitacionais distintos, como costuma fazer o poder público municipal nos casos de calamidade.

Diante da vivência de enchentes e inundações pela chuva ou pelo transbordamento dos rios que cortam a cidade, a solução que alguns moradores relatam ter encontrado para se protegerem no caso de ocorrências futuras foi construir casas com dois ou três andares, onde possam se refugiar sem ter de deixá-las. Pode-se perceber essa dimensão expressa em vocábulos como “sair”, “perder”, “começar”, “continuar”. Outro aspecto afetado diz respeito à segurança, pois a ocorrência de um desastre acarreta sentimentos de medo, insegurança, insônia e ansiedade diante dos riscos. Isso fica evidente na representação da nuvem de palavras por meio dos vocábulos “risco”, “medo”, “acontecer”.

O *corpus* “Entrevistas” foi submetido à outra análise, uma classificação hierárquica descendente (CHD) bitemática com fins exploratórios, a qual reuniu o conteúdo total das entrevistas com objetivo de explorar as relações entre os temas. Foram identificadas duas temáticas no processamento da análise, Riscos (Tem_Riscos) e Desastres (Tem_Desastres). A CHD desdobrou 40 textos iniciais em 738 segmentos de texto e classificou 2981 formas distintas que ocorreram numa frequência média de 34. O *corpus* foi dividido em 4 classes, sendo que numa primeira partição a Classe 1 (Risco) se distinguiu do restante do *corpus*. Na figura 12 pode-se visualizar as palavras significativas para cada classe, segundo classificação por Qui_Quadrado.

Figura 12

Dendrograma da Classificação Hierárquica Descendente do corpus “Entrevistas”



A primeira classe que se diferenciou das demais foi a *Classe Riscos*, que é também a que representa a maior parte do conteúdo (41,3%). Essa classe está associada ao tema riscos (Tem_Riscos $x^2 = 45.26$), aos participantes do sexo masculino e ao nível de escolaridade correspondente ao ensino superior completo. O conteúdo dessa classe permeia as concepções de risco, bem como os riscos que são mais percebidos pelos participantes.

Os participantes relataram preocupação com os riscos, como ter medo da casa cair ou encher de água, por exemplo. Contudo, a conduta dos mesmos diante do problema demonstra um comportamento indicativo de minimização do risco, a exemplo da permanência na moradia, a coexistência com o risco e, ainda, as pequenas obras e melhorias realizadas na casa que propiciam uma falsa sensação de segurança. Também é possível observar que por vezes a vivência anterior de situações de risco e eventos críticos não representou a não ocupação de novas moradias em risco, tendo em vista que as famílias voltam a ocupar áreas de risco.

“Risco para mim é a probabilidade de algo acontecer, um fenômeno natural, por exemplo. Tem lugares com mais risco porque tem características pra isso, aqui a gente tem muita água, muito rio, tem uma geografia que favorece enchente. E aí tem outros lugares com outros problemas, as barragens, todo lugar tem alguma coisa que pode ser um risco, dependendo do que acontecer.” (Homem, 27 anos, ensino médio completo)

“As pessoas se reergueram, tem casas bonitas, tem casas boas, só mesmo quem não reergueu foi minha mãe, minhas tias, que do jeito que elas estavam na época, continuam, se acomodaram no tempo. Eu não penso assim. A minha mãe até quando ela entra no quintal dela é tudo cheio de água, mas elas não tomam iniciativa para melhorar, para elas aquilo ali está bom e assim vai ficar. Eu se tivesse condições hoje eu daria para pelo menos levantar aquele terreno delas que ficou mais baixo que a calçada da rua. Hoje não é mais calçado, é asfaltado. Então tinha que ter alguma coisa para incentivar, mas elas não, uma já tem setenta, a outra sessenta e nove, outra oitenta e pouco, para elas aquilo ali tendo um lugarzinho para elas morar e pra dormir está bom.” (Mulher, 52 anos, ensino fundamental incompleto).

Deve-se, portanto, considerar a existência do saber popular e seus próprios construtos em torno dos desastres, abarcando seu próprio repertório de práticas de monitoramento e de representação dos fatores ameaçadores. Os participantes demonstraram habilidades múltiplas de autoproteção que, apesar de pouco sistematizadas pela ciência, são colocadas em prática utilizando-se dos meios materiais possíveis.

A próxima classe a se subdividir foi a *Classe Moradia*, que se diferenciou da *Classe Perdas* e da *Classe Rede de Apoio*. A *Classe Moradia* associou-se ao tema desastres (Tem_Desastres $\chi^2 = 10.59$), à renda de até 3 salários mínimos e aos participantes que não estudaram. Nessa classe o conteúdo relaciona-se principalmente à questão da moradia afetada, sobretudo, pelas enchentes pelas quais a cidade já passou. Ainda, tem-se essa classe associada a uma faixa de renda mais baixa e baixa escolaridade, pode-se inferir que é justamente esse o perfil das pessoas que residem em áreas de risco. Portanto, são essas famílias que ao serem afetadas pelas enchentes sofrem danos maiores, tanto materiais quanto humanos. São elas também que referem limitações financeiras para deixar esses locais, como a falta de dinheiro para comprar uma casa própria, o que implica viver de aluguel num local de menor valor.

O apego a moradia foi demonstrado pelos participantes muito em razão da importância da satisfação de algumas necessidades, como ter um lugar para morar e não ter que pagar aluguel. Para eles a satisfação dessa necessidade é mais relevante do que o risco que as acomete, evidenciando uma relação de apego ao lugar. Por isso, o fator econômico permeou o discurso dos participantes, sobretudo nessa classe, superando a insegurança e o medo e mostrando-se um aspecto importante para a permanência na área de risco. Já a insatisfação com a moradia foi demonstrada nas falas como um sentimento ligado à ocorrência do desastre socioambiental e ao risco de novos eventos, de forma que propicia sentimentos tais como insegurança e medo. Esses fatores refletem em uma ambiguidade de sentimentos quanto à moradia, entre partir e permanecer na casa.

“Eu morei 19 anos embaixo da água no Imaruí, não é exagero. Se você for lá hoje, a casa continua lá, é um barraco, você vai ver como enche aquilo lá. Se você visse como ficava o meu quintal qualquer chuva que dava. Eu cheguei a construir um muro, que era pra ver se a água ficava para o lado de fora, a água que vinha do rio, mas aquela água era preta, se acumulava no meu quintal, não adiantava nada. A minha filha foi criada no meio daquela lama, ela era pequena e andava naquela água suja, cheia de doença. Era a coisa mais triste. A defesa civil nunca esteve lá, nunca foi ninguém de prefeitura, nem ficamos em abrigo, nada. Nós nunca saímos da minha casa nessas situações, nem durante a enchente, nunca vi ninguém da defesa civil. Agora faz cinco meses que vim morar no apartamento, estou gostando, por enquanto não aconteceu nada. Nem se compara.” (Mulher, 53 anos, não estudou, sem renda)

“Eu morava na Canhanduba, lá minha casa estava numa área de risco, a prefeitura tirou todo mundo que morava lá e trouxe aqui para o São Francisco. Hoje minha vida é outra, aqui no apartamento eu não tenho medo de praticamente nada. Pelo menos da chuva eu não tenho mais como eu tinha lá. A minha casa vivia enchendo de água, eu não podia ter sossego quando chovia, se eu estivesse na rua ficava louca pra chegar em casa e salvar minhas coisas. E para sair de casa era uma dificuldade porque alagava tudo, então não passava bicicleta, carro, nada, e eu tinha muito medo de sair na rua alagada porque a gente sabe que aquela lama toda tem doenças, bichos. E aquela água lamacenta em casa era uma desgraça, depois que baixava tudo ficava a sujeira que demorava dias para dar conta de limpar.” (Mulher, 48 anos, ensino fundamental completo)

Por fim, dividiram-se a *Classe Perdas* e a *Classe Rede de Apoio*. A *Classe Rede de Apoio* teve uma apreensão maior do conteúdo (30,87%), e está relacionada ao tema desastres (Tem_Desastres $x^2 = 6.38$), ensino médio incompleto, renda de 3 a 5 salários mínimos e faixa etária de 30 a 40 anos. O conteúdo dessa classe tem foco na questão da rede de apoio das pessoas atingidas, sobretudo a família e os abrigos instalados pelos órgãos municipais. Alguns participantes relataram que houve muita solidariedade entre as pessoas, que receberam ajuda de familiares, vizinhos e de pessoas que não conheciam. A faixa etária dos 30 aos 40 anos corresponde, em sua maioria, aos responsáveis pela família, são as mães, os pais, os avós, que recorreram à rede de apoio para proteção.

“A gente ia para a casa da minha mãe lá no São Vicente, não tinha água ainda. A gente ficou lá na casa da minha mãe o dia todo, achando que a água não ia vir porque até seis horas da noite não tinha água lá. Chegou seis horas começou a encher lá, aí minha avó tinha um sobrado de dois andares do outro lado, e a gente foi para lá. Foi minha avó, minha mãe, minha tia, foi tudo para cima, mas não tinha banheiro, não tinha nada, era só uma construção desocupada sabe. Mas a gente começou a se ajeitar lá. Em minutos eu não tinha mais casa, em minutos a água invadiu tudo, restou apenas ir para um abrigo público ou para casa de amigos ou parentes. Até mesmo a escola perto da minha casa dessa vez encheu de água. Primeiro a gente foi para o CAIC, eles começaram a abrigar gente, mas depois eles disseram que estava enchendo de água o abrigo. Mas foi coisa de meia hora. Chegou ali, eles mandaram todo mundo sair porque estava enchendo de água. Um monte de gente só foi carregando o que podia, gente com o colchão na mão, com o colchão na cabeça, segurando os filhos, foi horrível. Onde a gente estava dormia nos colchões no chão. Tinha comida por um tempo, mas depois começou a faltar. As crianças ficavam agoniadas, queriam brincar, não tinha espaço, era um aperto, estava cheio de gente lá.” (Mulher, 39 anos, renda de até 3 salários mínimos)

Já a *Classe Perdas* associou-se ao tema desastres (Tem_Desastres $x^2 = 4.42$) e é característica das mulheres, associando-se também a faixa etária de 51 a 60 anos e ao ensino fundamental incompleto. O conteúdo dessa classe abrange a questão das perdas decorrentes do desastre, sejam materiais, humanas ou simbólicas. Afiançar a própria sobrevivência e da família foi identificada como uma preocupação comum entre os participantes, sobretudo os que moram em áreas e/ou de edificações em situação de

risco e em condições de vulnerabilidade socioeconômica. Além disso, o receio de perder as coisas materiais conquistadas arduamente, bem como a própria construção da casa, é também bastante representativa como podemos observar nos exemplos a seguir.

“Sofrimento. Dor. Não só quando acontece com pessoas que perdem alguém da família, mas assim, quantos lutam pelos seus bens, ou para dar um pouquinho de conforto para alguém e aquilo tu vê a água levar tudo. Está certo que bens materiais a gente sempre está perdendo e o mais importante para mim é minha família. Mas sofre, não tem como a pessoa não sofrer.” (Mulher, 52 anos, ensino fundamental incompleto)

“Eu já perdi tudo, fiquei sem nada, fiquei sem cama pra dormir, sem roupa, fui morar com os outros. Isso foi em 2008, fui morar na casa dos outros, viver na casa dos outros, só Deus sabe o trabalho que passei. Meus filhos já eram todos casados, morava sozinha, aí os vizinhos, porque eu me fechei lá era cinco horas da manhã, aí os vizinhos correram, bateram na porta, acordei assustada, já estava com água na canela. Saí, minha filha foi me buscar, os bombeiros estavam lá, também me tiraram, fui parar na minha filha. Fui para casa dela e depois nós viemos para casa quando baixou tudo, limpamos, uma caatinga, ficou um mofo, aquela caatinga que não dava para ficar dentro de casa. Fui ficando lá, quando ficou tudo arrumado, tudo bonito, fiz tudo novo de material, era de madeira aí fiz de material, precisava ver a casinha que eu fiz lá.” (Mulher, 71 anos, ensino fundamental incompleto).

Pode-se compreender com a análise das falas dos participantes que a moradia possui uma dimensão afetiva e funcional, bastante evidenciada, que proporciona apego a este lugar. Isso decorre da importância dada a satisfação de determinadas necessidades, como um lugar para morar e cuidar dos filhos, não havendo necessidade de dividir espaço com outros familiares, não pagar aluguel ou pagar um valor considerado baixo para o orçamento disponível. Pode-se depreender que para os participantes considera-se a satisfação dessas necessidades mais importante do que o fato de correr risco.

A questão econômica é fundamental nessa questão, estando presente em grande parte das falas dos participantes, superando a insegurança e o risco, evidenciando-se como importante aspecto para a permanência na área de risco daqueles que se encontram nessa situação. Importante também se mostrou o significado da moradia para

os participantes, como o esforço e o investimento empreendido na construção dela que para alguns foi a concretização de um sonho, bem como um senso de afinidade e identidade com o lugar. Portanto, deixá-lo tem também um simbolismo bastante forte para essas pessoas, evidenciado com sentimentos como tristeza e frustração.

A familiaridade e incerteza quanto à possibilidade de ocorrência de desastres é também um fator considerado na importância dada a determinados riscos e, conseqüentemente, dos sentidos atribuídos a esses eventos. Na hierarquização dos riscos considera-se, ainda, a questão da incerteza sobre o futuro, sobretudo no caso em que a solução do risco é o abandono da moradia. Dessa forma, nota-se que a vivência de desastre socioambiental acarreta diversos efeitos na vida da população, principalmente aos que não apresentam condições econômicas para morar em uma área que não seja considerada de risco.

9.2.4 Análise com divisão temática da questão sobre risco

As respostas fornecidas pelos participantes à questão “O que significa risco para você?” foram analisadas seguindo o modelo de análise com divisão temática proposta por Bardin (2011), pois permite a leitura e interpretação dos conteúdos, deixando abranger diversificados fenômenos da vida social dados pela linguagem cultural e suas significações dos participantes. Inicialmente foi realizada uma pré-análise com objetivo de sistematizar as ideias iniciais e, com base no referencial teórico, estabelecer indicadores para a interpretação das informações coletadas. Para tanto, foi realizada uma leitura geral das entrevistas já transcritas. Após a pré-análise foi realizada a fase de exploração do material, que consiste na construção das operações de codificação, considerando-se os recortes dos textos em unidades de registros, a definição de regras de contagem e a classificação e agregação das informações em categorias simbólicas ou temáticas. Por fim, a terceira parte inclui o tratamento dos resultados, inferência e interpretação, que consiste em captar os conteúdos presentes em todo o material coletado. A análise comparativa é realizada por meio da justaposição das diversas categorias existentes em cada análise, destacando os aspectos considerados semelhantes e os que foram considerados diferentes. A partir dessa análise foi possível categorizar a fala dos participantes, tal como pode ser observado na tabela 5.

Tabela 5

Explicitação da Categorização Temática

Categoria	Definição	Temas
Causas	Temas que abordam possíveis causas de desastres para os participantes	Irresponsabilidade, poluição, provocado, espontâneo, natural, força física
Concepções	Temas que remetem a concepções de risco	Perigo, grave, prejudicial, desprevenido, frágil, sujeito, suscetível, afetar
Sentimentos	Temas associados a sentimentos/emoções	Medo, pânico, desespero, ansiedade, nervosismo
Desastres	Temas relacionados a exemplos de desastres	Vento, trovoadas, enchente, chuva, relâmpago, incêndio, ciclone, deslizamento, acidente, violência

Diversos temas foram abordados pelos participantes, revelando que há diversas concepções envolvendo o tema dos riscos que circulam e são compartilhados entre as pessoas. As categorias de análise elencadas revelam os principais aspectos do risco que, na percepção dos participantes desse estudo, são influenciadas pelos desastres socioambientais já presenciados e pelo histórico do município onde vivem. Será apresentada primeiramente a categorização, suas definições e os temas relacionados e posteriormente a análise com os discursos de origem para contextualizar os temas emergentes.

Ao questionar os participantes sobre o significado de risco foi possível identificar diversos aspectos relacionados a questão do risco para essas pessoas. Um dos aspectos que os participantes abordaram relacionando com a questão do risco, a qual se deu à categoria o nome de causas, são situações que os participantes consideram acarretar riscos aos quais estão submetidos e teve frequência de 17 vezes nas falas dos participantes. Alguns trechos de entrevistas podem ilustrar:

Considero dois tipos de risco, aquele que pode ser provocado por alguém ou aquele natural, ou seja, o risco provocado por alguém entendo como a violação de direitos contra alguém ou a si mesmo, talvez premeditado ou espontâneo,

como por exemplo, violência física, psicológica, negligência, exploração, isolamento, entre outros. Já o risco natural entendo como a força física de algum desastre advindo da natureza de forma espontânea, e nem sempre prevista, como por exemplo, enchente, enxurrada, vento, ciclone, ressaca, tsunami, avalanche e incêndio, estes dois últimos não acidentais e ou provocados pelo homem, mas sim com característica espontânea da natureza. (Mulher, 42 anos)

O que eu penso sobre riscos são as casualidades que vem com as consequências. Por exemplo, lixo no mar traz risco. Eu, por exemplo, velejo, desmanchou uma casinha de marisco, eu bati com o leme do barco numa madeira que se soltou e o barco acabou afundando. Se a gente não estivesse de colete seria um risco, uma fatalidade, isso eu considero um risco. Ou seja, é um desleixo do homem, que não sabe preservar aquilo que Deus nos deu e joga lixo no mar. Ou seja, afeta a natureza, afeta a vida humana, afeta a fauna e a flora. Isso são riscos, riscos que afetam a natureza e afetam o homem, e culpam a natureza de tudo. A natureza não tem culpa de nada, ela apenas tem cobrado um pouquinho o que você faz de errado. Isso eu acho que é um risco, você não parar para pensar. Porque não adianta eu pensar só em mim, eu tenho que pensar em você, se eu vou fazer alguma coisa. E o homem ele tem que parar para pensar não só na vida dele, mas na vida dos animais, então isso é um risco. A irresponsabilidade é um risco, a falta de veracidade é um risco, isso tudo é um risco. (Mulher, 54 anos)

Outro aspecto relevante presente na fala dos participantes diz respeito a diferentes concepções do que é risco e como frequentemente tais concepções estão relacionadas a palavras se sentido negativo, como perigo, gravidade, entre outras. O conceito técnico de risco é descrito como a probabilidade de ocorrência de certos eventos indesejáveis, estando também associada à proporção das suas consequências. Neste contexto, percebe-se que o desdobramento ou a multiplicação depende de dois fatores principais, quais sejam probabilidades e consequências. Desse modo, nas falas dos participantes observou-se que ao tentar definir um determinado risco inicialmente tenta-se prever quais as consequências implícitas a ele. Essa categoria esteve presente em 13 falas dos participantes e pode ser ilustrada por alguns trechos de entrevistas:

Risco é pôr a tua vida em perigo. Agora não, mas eu creio que pode haver outra enchente em Itajaí e a prefeitura está se prevenindo, está fazendo todos os encanamentos, todas as ferramentas que podem prevenir, não ser pega de surpresa como na de 2008, que foi uma catástrofe. (Mulher, 32 anos)

Medo. Uma coisa apavorante. Vem de repente, pega todo mundo desprevenido, não sabe o que fazer. É bem complicado. Eu tenho muito medo, só. Os riscos estão aumentando, com essa poluição, com certeza estão aumentando. Na maneira como se tem aqui em Santa Catarina é muito grave. (Mulher, 22 anos)

A categoria de palavras qualificadas como sentimentos e emoções, presente em 37 das entrevistas, reúne palavras que expressam uma reação individual aos riscos. Isso pode estar atrelado fortemente à noção do medo do desconhecido, e estando esses pensamentos e sentimentos atrelados aos riscos podem causar ansiedade, medo, pânico, fazendo com que as pessoas prefiram evitar entrar em contato com esses riscos e com todos esses sentimentos negativos. Podemos observar esse aspecto em algumas falas:

“Tudo que é risco é sinal de preocupação, nervosismo, ansiedade, medo, pânico, dependendo.” (Mulher, 71 anos)

“Correr perigo, até de vida, que é o principal. Para mim significa isso risco. Risco de morte, como dizem hoje em dia. Medo, medo de morrer.” (Homem, 54 anos)

“Então acho que principalmente dependendo das calamidades que dá, o que mais perturba é o pânico e a pessoa fica psicologicamente abalada.” (Mulher, 65 anos)

Por fim, na categoria chamada desastres incluíram-se as palavras que dizem respeito a exemplos de desastres que os participantes relataram considerar o risco de acontecer, que estiveram presentes nas 40 entrevistas. Muitas das vezes quando questionados a respeito do que significa risco os participantes relacionaram a eventos passados que vivenciaram, por isso deram exemplos de desastres ou de eventos climáticos aos quais acreditam estarem expostos, e portanto, considerando-se em risco

de vivenciar novamente. Quando questionados sobre um conceito abstrato os participantes tenderam a responder baseando-se e relatando suas próprias experiências, pois isso torna o assunto um pouco mais concreto e mais plausível de conceituá-lo. Importante observar que, nesse sentido, foram também mencionadas situações como assalto, acidente, incêndio, o que demonstra que alguns participantes consideraram não só os riscos naturais aos quais estão sujeitos, mas ampliaram para aspectos mais gerais. Alguns exemplos dessa categoria:

“Eu não posso te dizer nada, porque aqui assim, o que gostaria que tivesse mais segurança, para cuidar dessa gurizada correndo solta aí, é pedrada nas lâmpadas, pedrada nas janelas. Essa gurizada que os pais não cuidam, tudo solta aí. Se tivesse assim uma coisa para cuidar, para correr com eles da rua, mandar para casa. Mas fora isso para mim até agora não me incomodou mais nada, que eu moro aqui há cinco meses, mas lá onde eu morava, meu Deus. Lá era uma desgraça, qualquer chuva enchia, aqui graças a Deus ainda não. Não posso falar nada daqui ainda porque até agora não aconteceu nada de ruim, graças a Deus. Agora, o que tem acontecido por aí, tá caindo demais, caindo casa, caindo barreira, é demais. Como eu digo para ti, tenho até medo de viver.” (Mulher, 71 anos)

É, portanto, possível observar a partir da análise das falas dos participantes que em sua maioria compreendem o risco dos desastres, sobretudo os naturais estudados nessa tese e os consideram como importantes de acordo com a gravidade de suas consequências.

Há também no conteúdo analisado a presença menos significativa, por isso não incluída na classificação temática, de uma concepção de risco atrelado a uma força divina maior, excluindo-se assim a responsabilidade humana. Nesse contexto, o risco é considerado um evento sob o qual não se tem controle, fruto da vontade divina, que pode ser traduzido como castigos para a humanidade. É importante notar que, mesmo que pouco significativa entre o total de respostas dos participantes desse estudo, essa concepção está presente em nossa sociedade. Isso pode ser observado em falas como a seguinte:

“O risco está aumentando muito, uma que por sinal é bíblico, dias piores virão. Tudo mandado de Deus mesmo, para as pessoas verem quem é o todo poderoso.” (Mulher, 62 anos)

“Enchente, para mim, dá em todos os lugares, como está dando. Então eu penso, já pensou se Deus manda chuva demais e acaba tudo, o que vai ser de mim? Eu ganho uma ajuda do governo, eu tive um acidente e fiquei com muitos problemas. Eu acho que um pouco é descuido, muitas coisas acontecem por causa da gente. Para mim isso é normal, onde nós estamos morando tem que dar essas coisas, não muito porque aí acaba com tudo, mas é natural, está dando porque Deus quer. Eu acho que Deus tanto dá como tira. Eu acho assim, a gente tem que acreditar nisso, se estão acontecendo as coisas é porque Deus está permitindo, se Deus não permitir não acontece nada.” (Mulher, 63 anos)

Essa fala, que se repete em outras entrevistas, exemplifica uma antiga concepção de risco que o considera uma força maior, um produto divino. Essa noção de risco não considera qualquer implicância do ser humano, uma vez que toda a responsabilidade pelos fatos que acontecem recai sobre a força ou a vontade divina, considerando-se então o risco um evento incontrolável.

Portanto, depreende-se das falas dos participantes que os riscos, de forma ampla, abrangem os desastres socioambientais e são percebidos como um fato presente na história de vida dessa população, que os considera mais ou menos graves de acordo com a vivência pessoal de cada um. Ainda que as falas remontem a eventos de um tempo um pouco distante, a cidade em geral ainda se encontra em processo de reconstrução, e é através dela que os habitantes da cidade de Itajaí refletem sobre seus tempos vividos (Bachelard, 1994) e reinventam suas condições de existência, por isso, entende-se a memória social como um conhecimento de si e do mundo (Halbwachs, 1990). Relatos comoventes como de alguns participantes permanecem vívidos na memória dos moradores de Itajaí que passaram pela experiência de vivenciar enchentes, deslizamentos, e outros desastres.

10 DISCUSSÃO

Esta pesquisa teve o objetivo de investigar o conteúdo das representações sociais de desastres socioambientais veiculadas na mídia, bem como a representação social formulada pelas pessoas que vivem em áreas que já foram atingidas por desastres e a relação com práticas de prevenção. Para isso foram realizados dois estudos, o primeiro para a caracterização das representações sociais presentes em uma mídia impressa de grande circulação nacional ao longo de cinco décadas e o segundo buscando investigar as representações sociais de desastres socioambientais e as práticas de prevenção e proteção adotadas por moradores de áreas atingidas. Cabe ponderar que o presente estudo possui caráter exploratório, não buscando representatividade dos sujeitos nem almejando a generalização dos dados. Dessa forma, o ponto mais representativo deste estudo é o de acrescentar informações a uma lacuna presente na literatura, buscando relacionar o tema a dimensões que geralmente são estudadas em separado.

O tema das mudanças climáticas vem ganhando repercussão internacional devido os relatórios emitidos pelo Painel Intergovernamental de Mudanças do Clima (IPCC), que identificaram fatores ameaçadores à espécie humana em escala global. No Brasil, por exemplo, os eventos mais preocupantes devido à direta influência negativa que têm na produção agrícola e na saúde pública, são chuvas concentradas e estiagens prolongadas (Fleury, Miguel & Taddei, 2019; Freitas *et al.*, 2020; Torres, Jacobi & Leonel, 2020). Tomando o conceito de desastre como um fenômeno com dimensões físicas e culturais, conforme propõe Quarantelli (1998), as mudanças climáticas deveriam ser compreendidas como ameaças socialmente produzidas, e não apenas ameaças naturais, como vêm sendo arraigadas no imaginário social. Com isso, compreende-se que os desastres seriam eventos extremos secundários às mudanças climáticas, que por sua vez têm uma dimensão tanto natural quanto social, o que implica uma consciência quanto à redução da vulnerabilidade global a eles.

No movimento de difusão do conhecimento científico este saber é transformado e popularizado, objetivando tornar-se compreensível ao público (Moscovici, 1984). Nesse processo a mídia tem papel essencial, caracterizando-se como modo de conversão do conhecimento de um universo reificado para o universo consensual, engendrando os pensamentos de senso comum a partir de um processo de transformação do conhecimento.

Assim, o tema em tela vem se destacando na “agenda” social, nas políticas públicas, e nos discursos cotidianos, no qual se misturam ciência e senso comum, qualidade das RS (Moscovici, 2012). A realização do presente estudo permitiu observar

que quanto aos desastres socioambientais, na medida em que passaram a ocorrer de forma mais frequente no Brasil e no mundo, o assunto também foi ganhando destaque na mídia. Portanto, o tema vem sendo pauta cada vez mais frequente nas divulgações da mídia, e por isso tornando imprescindível para a compreensão da complexidade do fenômeno, a compreensão da influência dos processos midiáticos na construção das representações sociais desse fenômeno e na conscientização científica e ambiental da população.

Foi possível perceber que a questão teve uma crescente discussão e disseminação na mídia, permanecendo como foco da atenção pública. Porém, ainda que frequentemente presente na mídia observou-se que a abordagem ao tema concentra-se no momento do colapso, da instalação da crise, da assistência imediata e do alívio, o que evidencia as características de excepcionalidade e não de cronicidade das situações.

A análise das reportagens veiculadas na mídia impressa, por meio da revista *Veja*, permitiu identificar o conteúdo das informações difundidas à população desde sua primeira publicação, em 1968, e as mudanças nas representações sociais do fenômeno desde então. Ao longo das cinco décadas analisadas verificou-se uma representação relativamente estável dos desastres socioambientais.

Conforme Moscovici e Vignaux (2003) as RS operam de acordo como um princípio organizador. O conceito de *Themata*, ou “temas” constitui-se como concepções primárias, fundamentais, estáveis, amplamente propagadas, comuns a um grande número de cientistas e que se materializam em conceitos, métodos ou hipóteses, orientam a pesquisa e não são redutíveis nem à observação nem ao cálculo. Assim sendo, é possível localizar uma origem para toda representação social, porém essa origem é sempre inacabada, pois é influenciada por outros fatos e discursos que a transformam.

Nesse sentido, no presente estudo a análise dos dados apresentou a associação das classes a diferentes períodos, sugerindo algumas mudanças no conteúdo publicado ao longo do tempo. Acredita-se que a reprodução pelos meios de comunicação de massa de conhecimentos produzidos pelos cientistas pode exercer influência no pensamento coletivo, contribuindo a produção e veiculação de representações sociais (Camargo, 2003; Moscovici, 1981). Isso corrobora os achados neste estudo, uma vez que foi possível perceber sensíveis mudanças nas representações sociais dos desastres socioambientais com a inclusão mais expressiva de informações científicas ao debate, o que ocorreu por volta da década de 2000.

Pode-se perceber, em primeiro plano, uma mudança no conteúdo enfatizado nas reportagens acerca de desastres socioambientais. Inicialmente, nas publicações referentes às primeiras décadas de veiculação da revista, as reportagens os tratavam como expressão de um fenômeno físico, sem incluir no debate a problematização social e política inerente ao fenômeno. Naquela época, até a década de 1990, poucas matérias relacionavam a ocorrência de desastres com a ação humana, a expansão econômica e tecnológica, tampouco tinham foco nas respostas governamentais a esses eventos (Amaral & Pozobon, 2013; Pinheiro, 2015).

Esse cenário mudou na década de 1990, quando as reportagens passaram a focar a ação de diferentes esferas de governo, a eficiência de suas ações e o planejamento de políticas públicas de médio e longo prazo, para além dos aspectos físicos/meteorológicos. Essas mudanças na abordagem da mídia relacionam-se com uma transição de paradigmas ambientais pela qual a sociedade vem passando. O paradigma social dominante, ou também conhecido como visão antropocêntrica, que considera crenças de que a natureza é controlável está sendo substituído por um novo paradigma. O novo paradigma ambiental, ou também conhecido como visão ecológica, abarca crenças de que o direito à vida é estritamente fundamental, o equilíbrio da natureza é delicado, os recursos naturais são limitados e, por isso, precisam de cuidado e equilíbrio (Nascimento-Schulze, Fragnani, Carboni, & Maliska, 2002).

Sabe-se que a ocorrência de um desastre estabelece responsabilidades específicas aos governos, provocando-os a ampliar ou modernizar políticas e programas destinados às populações afetadas e suas ações de prevenção (Pinheiro, 2015). A ocorrência de um desastre também propicia que governantes obtenham ou percam legitimidade, a depender da sua atuação, muitas vezes retratada pela mídia. Tem-se, por exemplo, uma exploração por parte das autoridades de sua imagem veiculando-a ao contexto psicossocial dos desastres, de forma a identificar-se com uma comoção coletiva (Amaral & Pozobon, 2013).

Outra característica que vem sendo abordada na mídia desde a década de 1990 refere-se às populações afetadas nos desastres socioambientais. Embora não esteja propriamente relacionada às representações sociais dos desastres, são amplamente explorados pela mídia os relatos dos atingidos e os impactos nas suas vidas. Muitas histórias relatadas nas reportagens analisadas neste estudo versam sobre a perda e o luto por familiares, vizinhos, colegas e amigos que foram soterrados, mortos ou desapareceram. Geralmente a mídia apresenta os afetados como emocionalmente

desestruturados e frágeis (Valencio *et al.* 2009), e esse aspecto é intrínseco às representações sociais dos desastres.

Essa imagem contribui para o esvaziamento de suas subjetividades, desconstrução da legitimidade de suas reivindicações e destituição de seus recursos psíquicos para lidar social e emocionalmente com a situação. Assim, muitos dos complexos desdobramentos do desastre são perdidos no esquecimento social, que raramente aparecem nas notícias veiculadas, acabam por fortalecer o imaginário social de culpabilização das vítimas e não chegam a compor a representação desse fenômeno (Valencio, 2012). Isso pode explicar porque a Classe 1, neste estudo, é a segunda menor classe que compõem a análise, demonstrando que esse conteúdo não tem força suficiente para formar uma representação social do fenômeno, mas ainda assim constitui um aspecto dela.

Além disso, é possível perceber que no Brasil o debate acerca dos desastres socioambientais, embora tenha sido ampliado nas últimas décadas, ainda tem girado em torno de determinados fatores de ameaça, como os aspectos políticos, econômicos, das mudanças climáticas, em detrimento das dimensões socioambientais e psicossociais. Sendo assim, a mídia poderia contribuir com a questão da mitigação dos desastres socioambientais passando a focar pertinentemente a vulnerabilidade social, precedente ou circunstancial, considerando as relações sociais e políticas que se conjecturam territorialmente (Quarantelli, 2006; Aradau, 2014; Torres & Leonel, 2020).

Em seu estudo Loose, Camana e Belmonte (2017) analisam a cobertura jornalística dos riscos ambientais e denunciam o silenciamento desse debate por parte do jornalismo. Os autores, por meio da realização de revisão de literatura, apontaram silenciamentos na cobertura jornalística dos riscos dos transgênicos, da mineração em Minas Gerais e da fabricação de celulose no Rio Grande do Sul. Eles ponderaram que a dificuldade na elaboração de um jornalismo comprometido com a percepção dos riscos decorre dos próprios valores que norteiam a construção da notícia, circunstância que dificulta o enfrentamento dos mesmos. Ainda, entende-se que a defesa da vida deve sobressair-se à espetacularização da morte, e que uma maior contextualização e associação das informações ao cotidiano social deve ser produzida de modo a não silenciar os muitos riscos que permeiam a sociedade. Portanto, concluem que mudanças na lógica e no fazer jornalístico são imprescindíveis para um bom desempenho de seu papel social na atualidade.

O estudo de representações sociais de determinado objeto social apenas é pertinente se o grupo analisado tem a representação do objeto que se está pesquisando. Para tanto, é fundamental que exista relação dos sujeitos com o objeto em tela, uma vez que é o sujeito que possui o discurso e o comportamento a ser analisado. Neste estudo, portanto, participaram pessoas que residem na cidade de Itajaí, a qual sofre historicamente com enchentes, deslizamentos, ventos fortes. O objetivo foi investigar as representações sociais quanto aos desastres socioambientais e os riscos experimentados, bem como as práticas de prevenção adotadas.

De acordo com Elcheroth, Doise e Reicher (2011) as representações sociais não refletem apenas a realidade social, mas a constituem, e às vezes mudam a natureza dela. As representações sociais organizam as práticas sociais que compõem o conjunto social, ou campo político, elas determinam quais formas de ação são pensáveis e impensáveis. Nesse sentido, os resultados do presente estudo indicam que diante de orientações técnicas complexas, provenientes de órgãos oficiais como Defesa Civil e Prefeitura, cujas mudanças têm características definitivas, ou soluções mais simples e paliativas, os indivíduos tendem a optar pelo que se apresenta mais fácil ou acessível, o que pode contribuir para uma percepção atenuada do risco (Valencio, 2012; Torres & Leonel, 2020).

A vivência de sucessivos desastres reforça o empobrecimento de uns, e a outros torna miseráveis, ambos pela ausência de políticas compensatórias efetivas. Talvez por isso os moradores em sua maioria referem seguir orientações que não envolvem gastos financeiros, ou que envolvem pouco investimento para os reparos preventivos, alegando falta de recursos próprios ou financiados. Pode-se associar a persistência no retorno e reconstrução em regiões tecnicamente condenadas com a busca por alternativas individualizadas de minimização dos danos por meio de pequenas obras de reparo e recuperação da edificação, dos equipamentos, como meio de viabilizar, mesmo que de forma precária, a permanência (Valencio, 2012; Torres & Leonel, 2020).

Há também aqueles que referem não seguir qualquer das orientações, pelos mesmos motivos anteriores ou porque estas não lhes parecem adequadas, ou seguem-nas parcialmente, buscando suas próprias alternativas, sobretudo as que circulam no seu meio social. É, de fato, a privação sistemática de uma rede de proteção social que gera essas alternativas próprias de entendimento do mundo e práticas peculiares de convívio com as ameaças.

A literatura propõe que a definição de quais riscos receberão maior atenção não está exclusivamente associada às preocupações com a proteção de saúde, segurança e do ambiente, e sim considera aspectos como as crenças das sociedades acerca dos valores, instituições sociais, natureza, justiça e moral. Esses fatores, então, seriam determinantes para apontar os riscos a serem supervalorizados ou subvalorizados (Freitas, 2000).

Além disso, pode-se inferir que os moradores recorrem ao conhecimento do senso comum no enfrentamento das situações de risco, por este ser mais próximo, acessível, ou mais inteligível. Pode-se notar que o conhecimento técnico, neste contexto, é um conhecimento distante e implica em custos que muitos moradores não podem pagar. Alguns estudos apontam que as pessoas tendem a não ter confiança nos fatos e dados empíricos quando enfrentam novas situações que envolvem riscos. Nesse sentido, as pessoas tenderiam a se apegar às construções simbólicas, confiando mais nas crenças e convicções pessoais e tornando-se indispostas a mudar de opinião (Gregolis, Pinto & Peres, 2012; Fonseca *et al.*, 2007).

Bertoldo (in press) propõe que as vivências de riscos passados são frequentemente usadas como base para discutir a exposição presente e futura. A capacidade de reconhecer a existência de um risco natural é tanto maior quanto maior for a capacidade de percebê-lo, imaginá-lo e, portanto, de comunicá-lo. Não havendo um evento de risco passado que sirva de base representacional, esses eventos são facilmente racionalizados como possibilidades distantes que não causam efeitos diretamente. Tal dificuldade das comunidades ou sociedades em se preparar para os riscos naturais que são antecipados por especialistas, mas que estão ainda ausentes da memória coletiva é interpretada como uma limitação na objetificação de uma representação.

Para Moscovici (2012) a ancoragem e a objetificação são processos psicossociais envolvidos no surgimento de novas representações, e são complementares no uso de memórias compartilhadas para entender novos eventos ou ameaças. Ao ancorar novos fenômenos em antigos, grupos sociais usam as categorias preexistentes como bases para compreender as mais novas, ainda não familiares. Este processo explica a aproximação com eventos naturais passados e semelhantes quando os grupos se deparam com objetos desconhecidos. A objetificação, por sua vez, é o que coloca essas memórias acessíveis em primeiro lugar. Quando ideias abstratas ou representações são objetivadas alcançam materialidade e viram expressões de uma realidade considerada natural (Vala, 2006).

Assim, a objetificação constitui um processo fundamental de como os riscos são representados e passam a assumir uma forma concreta por meio de instituições de gestão de risco. Quando um risco não passa pelo processo de objetificação, podemos considerar que esse risco ainda está em um estado de latência, no qual a possibilidade existe como uma certeza para alguns indivíduos ou grupos, mas não para a sociedade (Bertoldo, in press). A partir disso, propõe-se que riscos mal objetivados permanecem em um estado epistêmico que é típico de riscos socialmente atenuados (Kasperson *et al.*, 1988), e que a experiência coletiva de uma catástrofe natural pode seguramente contribuir para a objetificação de um risco, mas a amplificação de um risco, e sua objetivação, depende de como um evento se desdobra em relação a um contexto.

Por isso, Quarantelli (2005) defende que se deve considerar o ponto de vista do sujeito afetado, no seu viés de gênero, etário, étnico e outros, tão válido quanto do meio técnico, com o intuito de possibilitar um processo coletivo de planejamento. Assim, não se trata dos gestores traçarem planos escritos oficializando intenções públicas, mas oferecerem de fato interações e relacionamentos que proporcionem troca de conhecimento, treinamentos conjuntos e capacidade ampliada de avaliação, de apoio mútuo, bem como atualização e socialização permanente de informações.

A participação direta dos afetados no gerenciamento dos riscos e nos processos de decisão de estratégias para essa gestão pode influenciar também na percepção das pessoas sobre os riscos. Ademais, as autoridades das instituições implicadas na gestão dos riscos, da indústria e do poder público nos seus diversos níveis (municipal, estadual e federal) também têm influência no grau de preocupação das pessoas em relação aos riscos aos quais estão expostas (Freitas, 2000; Valencio, 2012; Favero, Sarriera & Trindade, 2014; Silveira & Cardoso, 2016).

A literatura aponta que nosso conhecimento do mundo é compartilhado com os outros em comunidades de crenças. É esta construção comunitária do conhecimento que torna possível entender as coisas que nos afetam, muitas das quais estão fora da nossa experiência direta, e transformar opiniões individuais em fatos sociais - alcançando assim a solidez que é necessária para constituir uma base para que as pessoas ajam, e mais particularmente, ajam juntas (Elcheroth, Doise & Reicher, 2011).

Sugere-se que para mudar a maneira como as pessoas interpretam o mundo pode-se trabalhar com suas suposições sobre as interpretações que são compartilhadas. O poder da mídia de massa é particularmente pertinente aqui, sendo crucial para moldar representações sociais. Isto deriva, e não é menos importante, do fato de que, no

momento do consumo, as pessoas sabem que muitas outras estão ouvindo o mesmo programa de rádio, lendo o mesmo jornal ou assistindo ao mesmo programa de televisão. Portanto, mesmo que todo consumidor permaneça cético sobre o que ouve, lê ou vê, e pode expressar prontamente esse ceticismo quando solicitados, ele ainda pode ser influenciado em virtude de suas inferências sobre o impacto da mídia sobre outros. Por sua vez, isso pode levar as pessoas a incorporar mensagens de mídia em suas estratégias de comunicação pessoal, resultando em uma multiplicidade de conversas interpessoais que parecem validar a impressão de que a mensagem é relevante para outros e, portanto, reforçam a mensagem original (Elcheroth, Doise & Reicher, 2011).

Os participantes que concordaram com a existência do risco no local onde moram são os mesmos que expõem o medo da casa cair, encher de água, perder tudo que possuem e até mesmo correr risco de morte. Entretanto, o comportamento deles diante do problema tende a refletir também um processo de minimização do risco, visto a permanência na moradia e a convivência com o risco. Ademais, o fato de terem sido realizadas pequenas obras e melhoramentos na residência, como relatado por alguns participantes, podem propiciar uma falsa sensação de segurança, ou pensar que o problema fora superado.

Isso corrobora o achado no estudo de Alves (2014) realizado no mesmo município, no qual ficou evidenciado que as pessoas tendem a voltar a ocupar moradias de risco. A autora conclui nesse estudo que a experiência de situações de risco em moradias anteriores não se confirmou como efetivamente um motivo para não voltar a ocupar moradias em risco. Os participantes relataram preocupação com suas residências e evidenciaram pensamentos e sentimentos contraditórios com relação à moradia. Alguns não sabiam identificar como e quando tiveram início os problemas com a moradia, mas enfatizavam sentir-se em risco.

Esses sentimentos contraditórios podem emergir pelo fato da moradia ser considerada um dos lugares de maior apreço pelas pessoas, uma vez que é responsável por influenciar na regulação emocional e na identidade do sujeito, relacionando-se também com os conceitos de conforto, segurança e tranquilidade (Elali & Medeiros, 2011; Santos, 2007). O lugar, para alguns autores (Venables, Pidgeon, Parkhill, Henwood & Simmons, 2012), tem para o sujeito um caráter simbólico relacionado ao ambiente físico, bem como aos espaços que são familiares, como o lar, servindo de referência. A afetividade confiada ao lugar está relacionada, portanto, ao apego ao lugar, também denominado vínculo ao lugar (Elali & Medeiros, 2011). No entanto, os sujeitos

podem não ter a consciência de que são apegadas ao lugar em que vivem até viver um desastre socioambiental (Brown, Perkins, & Brown, 2004).

No presente estudo pode-se notar a questão do apego ao lugar quando se observa a negação da existência do risco no local. A maioria dos participantes afirmou que não reside em uma área de risco, contradizendo a informação dada pela Defesa Civil e a própria experiência com desastres socioambientais. A negação do risco pode estar relacionada com o apego ao lugar na medida em que aceitar os problemas do lugar enfraqueceria os bons sentimentos associados a ele, pois uma casa em risco pode aflorar sentimentos como ansiedade, medo, insegurança.

Ao contrário, percebe-se que as pessoas tendem a dar ao lar um sentido de abrigo, o que contribui com a regulação emocional, definição e qualificação da identidade pessoal. Esses aspectos simbólicos favorecem a permanência na casa, o retorno após o desastre ou a negação de seus riscos, como observado. Neste estudo o tempo de moradia na atual residência variou bastante, com uma média de 8 anos. No entanto, a maioria das respostas ficou na faixa de até 2 anos, o que demonstra que as famílias que residem em áreas de risco tendem a mudar-se com frequência. No entanto, isso não significa que essas famílias passem a residir em locais seguros, pois algumas delas voltam a ocupar locais que apresentam algum grau de risco. Isso corrobora os achados do estudo de Alves (2014), no qual a autora identificou que a questão econômica é imperiosa e foi considerada como variável fundamental, preponderando sobre aspectos como insegurança e medo, constituindo-se importante fator para permanência em áreas de risco.

O tempo de residência, para Giuliani, Ferrara e Barabotti (2003), pode não ter relação com a afetividade destinada ao local, uma vez que indivíduos que mudaram diversas vezes podem criar vínculo afetivo com estes lugares e desenvolver laços emocionais mesmo passando pouco tempo no local, da mesma forma que os que residiram por um tempo maior. Ainda, para eles a mobilidade é uma prática diante das necessidades, pois o indivíduo procura por um novo lugar que atenda estas necessidades. De outro lado, Góis (2005) considera o tempo de residência fundamental no estabelecimento da relação de apego com o lugar, uma vez que com o tempo se constrói uma relação de significados. Assim, no presente estudo o tempo de residência é um fator que não pode ser analisado isolado e sim relacionado com outros aspectos, que podem evidenciar maior facilidade em estabelecer adaptações a novas situações.

No entanto, é possível afirmar que a ocorrência de desastres influencia também de forma negativa no apego a moradia. Nesse processo o principal aspecto afetado é a satisfação econômica com o lugar, em função das perdas de bens, como móveis, utensílios, roupas, e por ter de afastar-se temporariamente das atividades remuneradas para trabalhar na reconstrução do que restou (Alves, 2014). Esse resultado foi apontado em outras pesquisas por Carroll *et al.* (2009) e Willox *et al.* (2012), que demonstraram que após o desastre as pessoas atingidas referem redução no sentimento de familiaridade com o lugar e nos laços afetivos com o mesmo, resultando em sentimentos como insegurança e impotência.

Outra característica observada, corroborando outros estudos, diz respeito à atribuição de causas externas aos desastres socioambientais, como a conduta das outras pessoas e a vontade divina. Nas entrevistas foram encontrados relatos fazendo referência à ocorrência de enchentes e deslizamentos como castigo divino, consequência do lixo depositado no terreno pelos vizinhos, à existência de irregularidades no solo e ao esgoto não recolhido adequadamente. Isso demonstra pouca implicação das próprias ações e falta de uma visão mais ampliada do fenômeno, que inclui aspectos sociais, históricos, culturais e econômicos (Spink, 2014; Alves, 2014).

Foi possível concluir que as representações sociais dos sujeitos acerca do risco se idealizam no contexto das redes de relações que formam, seja no contato com os técnicos da instituição Defesa Civil, com demais setores de atendimento da Prefeitura, órgãos de assistência e também na relação com políticos. Além disso, observou-se o estabelecimento de relações com os vizinhos, familiares, com o meio ambiente e com o objeto do estudo, representado pelo risco devido à precariedade da moradia. Identificou-se, no processo de elaboração dessas representações, uma relação dicotômica entre a negação e a minimização do risco. Assim, pode-se inferir que os motivos desses sujeitos vivenciarem situações de risco não são melhor explicados por falta de informação e de consciência do risco, e sim por se tratar de uma tendência em negá-lo ou minimizá-lo, ainda que com conhecimento.

A abordagem da amplificação social do risco (Kasperson & Kasperson, 1996) propõe que fatores como processos de informação, estruturas institucionais, comportamento social e respostas individuais, integram a experiência social do risco e contribuem para suas consequências, que não se restringem aos prejuízos ao ambiente e à saúde. Em suma, considera que os riscos e suas características materiais interatuam com diversos processos psicológicos, sociais e culturais, de modo a transformar os

sinais dos riscos. Esses sinais passam por várias etapas de amplificação social (cientistas, meios de comunicação, instituições governamentais, políticos, econômicos), acarretando intensificação ou atenuação dos aspectos do risco.

Portanto, a percepção do público e seus comportamentos diante do risco são profundamente influenciados pela forma como o risco é avaliado e administrado pelas entidades competentes. Considerando que frequentemente encontramos divergências entre os discursos de diferentes instâncias, como governo, técnicos, organizações não governamentais, jornalistas, entre outros, torna-se importante investigar as questões de confiança e credibilidade para relativização do risco e para a cultura de segurança e a resiliência. A credibilidade e confiança depositadas nas instituições variam de acordo com a natureza da própria instituição (governo, organizações não governamentais, mídia), bem como fatores como o conhecimento técnico, abertura e transparência. A exemplo, se a população tiver uma experiência anterior em que foi ocultada ou minimizada a informação sobre o risco por parte dessas instituições, a confiança nelas tende a ser menor (Delicado & Gonçalves, 2007).

Considerando isso, no presente estudo buscou-se avaliar a confiança depositada nos diferentes agentes e instituições e fontes de informação do risco. Percebeu-se que as instituições ligadas à ciência são as que apresentam maior grau de confiabilidade dos participantes, como os próprios cientistas, técnicos, jornalistas e as universidades. De acordo com estudo de Delicado e Gonçalves (2007), em Portugal a população também tende a confiar mais na ciência para resolução de problemas, o que segundo as autoras, pode ser explicado em parte pelos baixos graus de escolaridade, qualificação e esclarecimento da população em geral.

A confiança depositada nas instituições de ensino, representadas pelas universidades neste estudo, constitui um valioso instrumento que deve ser devidamente considerado e aproveitado, sobretudo para efetivação de ações de sensibilização e mobilização social quanto às questões de segurança e superação dos riscos aos quais a comunidade encontra-se exposta. Considerando-se a confiança depositada também nos técnicos e jornalistas, esse processo pode ser expressamente facilitado havendo integração entre esses diferentes agentes.

Foi possível observar também que a relação de confiança depositada tanto nos governos (federal, municipal e estadual) quanto nos meios de comunicação, representados pelos jornalistas, é fraca. A relação com os meios de comunicação pode ser considerada, concomitantemente, de dependência e desconfiança. Isso porque as

peças necessitam deles para se informar, mas ao mesmo tempo exprimem receio quanto à exatidão das informações disseminadas. Resultado semelhante foi apresentado no estudo de Delicado e Gonçalves (2007), no qual as autoras apontam que uma gestão de risco mais transparente, debatida e que atenda preocupações e aspirações populares podem elevar os níveis de confiança.

Com relação à adoção de práticas de prevenção por parte da população pesquisada, observou-se que os indivíduos que já vivenciaram um desastre e tiveram sua residência atingida tendem, com mais frequência, a buscar informações acerca dos riscos. Sabe-se que buscar informações sobre como foi o comportamento do local em desastres anteriores é uma forma de prevenção e proteção, pois permite antecipar e solucionar os problemas e evitar que venham a ocorrer as mesmas consequências anteriores. Como há uma tendência de mudar-se após a ocorrência de um desastre, seja pelo receio de viver em risco ou porque não há condições de retorno, ao estabelecer-se em novo território é muito importante conhecer a realidade do local com relação aos desastres que já aconteceram.

Estudos já mostraram a possibilidade de relacionar a busca de informações em diferentes fontes, como instituições governamentais e organizações não governamentais (ONG), e a adoção de medidas de prevenção (Tavares, Mendes & Basto, 2011; Joffe *et al.*, 2013; Spink, 2014; Loose & Girardi, 2018). Portanto, pode-se apontar que a busca de informações sobre riscos em diversas fontes constitui-se um comportamento preditivo da adoção de medidas de prevenção.

Neste estudo também foi encontrado que o fato de já ter tido a casa atingida por um desastre socioambiental relaciona-se com a prática de evitar andar por locais alagados. Acredita-se que as orientações técnicas de instituições, bem como da mídia, ou ainda o conhecimento adquirido dos indivíduos, leve à prática dessa importante forma de prevenção de acidentes como choques elétricos, contaminações por doenças e contato com animais perigosos ou ainda acidentes automobilísticos.

Essas duas práticas, portanto, estão relacionadas com as representações sociais dos indivíduos que já tiveram a casa atingida por um desastre, ou seja, que apresentaram determinada preocupação com os riscos, porém que ainda não implementam outras práticas de prevenção ainda mais importantes, como não construir em locais de risco. A prática de evitar construir em locais de risco está relacionada com o fato da residência encontrar-se em local considerado de risco pela Defesa Civil. Isso aponta um contraste nas repostas, explicável talvez pelo fato de muitas vezes a residência ser alugada,

portanto não construída pelo atual morador. Sabe-se que a falta de condições de residir em locais mais seguros devido o valor mais alto dos alugueis faz com que as famílias alternem entre lugares igualmente de risco (Alves, 2014).

Com relação à preocupação com desastres, pode-se perceber que os participantes apresentaram maior preocupação com chuva e deslizamento, que são os principais fenômenos que acontecem na região de Itajaí e por isso mais presentes na memória da população e que causam mais preocupação (Marques, 2011). Ainda com relação à preocupação com desastres observou-se que os participantes que não tiveram a casa atingida relataram preocupar-se mais com terremotos, que são fenômenos com menos probabilidade de ocorrer no Brasil, portanto mais distantes da nossa realidade. Ou seja, o fato de não ter tido a residência atingida pelos desastres, como enchentes e deslizamentos, promove uma atenuação dos riscos que são, de fato, maiores.

Kasperson (2005) afirma que o grau de preocupação das pessoas com relação a diversos perigos é influenciado pela forma como a mídia os aborda. Portanto, pode-se considerar que os graus relativamente altos de preocupação, não só com terremotos, mas também com tsunamis e furacões, devem-se a forma como são amplificados pela mídia. Assim, contesta-se a validade da divulgação de imagens impactantes de grandes destruições sob o risco de se ocasionar efeito oposto ao pretendido, fomentando-se o fatalismo, a impotência e a convicção de que as medidas de prevenção não têm utilidade. Sugere-se, portanto, que é mais eficaz enfatizar-se a mensagem de que a prevenção dos riscos mais próximos é determinante e fundamental para evitar perdas e danos.

Estudo de Delicado e Gonçalves (2007), realizado em Portugal, apontou que o grau de preocupação das populações com relação aos riscos ambientais e de saúde pública é influenciado pelo alcance dos seus efeitos, que diferem quando as consequências atingem algumas regiões ou países ou quando chegam a uma escala mundial. As autoras perceberam em seu estudo que os entrevistados manifestaram um grau de preocupação em relação aos riscos globais bastante superior ao relativo a riscos próximos. Assim como os achados do presente estudo, mencionados acima, sobre o grau de preocupação com fenômenos distantes por parte daqueles que não tiveram a residência diretamente afetada por um desastre.

Ainda de acordo com Delicado e Gonçalves (2007) a percepção do risco pode mudar de acordo com algumas características. Assim, há riscos que são mais temidos devido sua carga simbólica do que por sua probabilidade efetiva de ocorrer ou seus

possíveis efeitos. É o que pode acontecer na percepção de risco de fenômenos como terremotos, furacões, tsunamis, com uma forte carga simbólica de destruição, embora com menor chance de ocorrer em território brasileiro. Isso porque, de acordo com Lima (2005) há, com os riscos mais próximos, uma maior relação de familiaridade e de habituação a eles. Há que se considerar, também, o processo de identificação com o lugar, que pode levar a uma maior percepção de qualidade ambiental nem sempre condizente com a realidade.

Foi observada neste estudo uma correlação fraca entre as práticas de prevenção e a percepção de gravidade dos desastres. Alguns autores ao estudar a percepção de risco, a tomada de decisão e a adoção de estratégias de prevenção, demonstraram que a relação entre elas não é direta (Lindell *et al.*, 1997; Lin *et al.*, 2008; Tavares, Mendes & Basto, 2011), mas sim influenciada por diversos aspectos como a cognição, crenças pessoais e de contexto (Sjöberg, 2000; Kunz-Plapp e Werner, 2006), a tolerância a viver e lidar com o risco, motivada pela familiaridade com sua fonte (Figueiredo *et al.*, 2007). E, ainda, o grau de percepção de risco depende da cultura da comunidade, das experiências pessoais e do nível de conhecimento ou acesso a informação (Tavares, Mendes & Basto, 2011; Di Giulio *et al.*, 2015).

A tomada de decisão relacionada aos riscos é determinada segundo Williams e Noyes (2007) pela percepção do risco, enquanto fator de resistência da sociedade aos desastres, influenciando o comportamento numa situação emergencial (Glatron & Beck, 2008; Areosa, 2019). Dessa forma, embora na literatura a percepção do grau de risco seja considerada um consistente preditor das respostas de indivíduos e comunidades frente a situações de desastres, o fato de ser um conceito multifacetado que sofre diversas influências pode explicar a fraca relação encontrada neste estudo entre a percepção de grau de gravidade dos fenômenos e as práticas de prevenção adotadas.

Ainda sobre a existência de relação entre práticas de prevenção e percepção de gravidade dos desastres, cabe citar uma pesquisa realizada por Di Giulio *et al.* (2012), sobre a percepção de risco e o diálogo com a abordagem da amplificação social do risco. O autor, embasado em entrevistas e análise de documentos jornalísticos, observou fatores que influenciaram nas percepções de moradores de áreas expostas a contaminação por chumbo. Os resultados apontaram os seguintes fatores relacionados à percepção dos indivíduos: forma de exposição de informações pela mídia e por outros meios (cientistas, técnicos e gestores), apatia em relação ao problema, apego ao lugar, negação do problema, consideração de que o risco é passado, interesses econômicos,

interesses sociais, falta de confiança nas instituições envolvidas na avaliação e gestão do risco, caráter político-partidário, associação do risco à pobreza, entre outros.

Tais fatores podem explicar também no presente estudo a fraca associação entre a percepção de gravidade dos desastres e as práticas de prevenção, contrariando o esperado, que haveria uma forte relação no sentido de que quanto maior fosse a percepção de gravidade mais práticas de prevenção seriam adotadas. Os achados, portanto, indicam que essa relação existe, porém não se apresentou forte o suficiente para poder concluir sobre a sua influência nas atitudes de prevenção dos desastres. Há que se considerar, ainda, as limitações apresentadas pelos sujeitos entrevistados, como a falta de tempo para buscar informações, não considerar os desastres problemas preocupantes, não concordar com as formas de ação de governos e instituições ou não considerá-las eficazes.

O presente estudo evidenciou não haver relação direta entre as representações sociais do risco e a realização de medidas de proteção efetivas. No entanto, é possível notar que a relação entre o saber/informação e o comportamento é permeada pela percepção do risco, que é culturalmente construído e interpretado. Tal relação, portanto, revela-se permeada por crenças e representações, as quais constituem o eixo organizador das ações e comportamentos dos sujeitos entrevistados com relação aos desastres.

Este estudo procurou investigar a importância atribuída aos riscos de desastres socioambientais e constatou-se que há também outros riscos considerados preocupantes. Observou-se que há outros tipos de risco que preocupam na mesma medida e estão até mais presentes no cotidiano das pessoas que os desastres socioambientais, como violência, acidentes, doenças, desemprego.

Não se constatou, portanto, a existência de relação entre as representações sociais de riscos, as representações sociais de desastres socioambientais e as práticas de prevenção. Verificou-se que as práticas de prevenção estão relacionadas mais à preocupação de cada um com os desastres do que com o grau de gravidade a eles atribuído. Observou-se que no tocante aos riscos esses se apresentaram como um sistema de representações, o qual está relacionado não só os desastres socioambientais, mas também aos demais riscos considerados pela população e seus múltiplos aspectos. Sistema representacional, ou sistema de representações, significa uma representação social mais geral sobre alguma forma de conhecer a realidade que influencia na criação e modificação de outras representações sociais (Wachelke, 2005).

Nesse processo, de acordo com Moscovici (2012), para se fixar no universo individual ou grupal, o objeto relaciona-se e articula-se com outros objetos preexistentes com os quais se mistura, emprestando propriedades e acrescentando as suas próprias. Codol (1984) propôs que o sistema de representações relaciona-se com o processo de ancoragem, compreendendo como uma interdependência, no aspecto cognitivo, entre as representações de diferentes objetos que estão presentes na mesma situação. Assim também Breakwell (1993) sugeriu que, como resultado do processo de ancoragem, as representações sociais organizam-se em redes, assim, necessariamente ligadas umas às outras.

Portanto, um sistema de representações pode ser compreendido como um conhecimento socialmente partilhado constituído por um conjunto de objetos representacionais, que são, por sua parte, formados por um conjunto de elementos representacionais. Todos os objetos e os elementos representacionais presentes em um sistema representacional apresentam-se interligados de maneira a dar coesão e significado a esse sistema representacional, como uma rede de significações e símbolos (Silva, Trindade & Júnior, 2012). Assim, observou-se no presente estudo que a representação social de risco encontra-se interligada com outras representações, tais como a de perigo, desastres socioambientais, violência, doenças, não havendo uma única representação deste conceito.

Constatou-se ainda que, ao encontro da Teoria da Amplificação Social do Risco (Kasperson & Kasperson, 1996; Kasperson, 1998), as pessoas tendem a dar mais atenção e, por isso, amplificar os riscos aos quais estão mais expostas, independente da gravidade que atribuem aos mesmos. Porém, geralmente os riscos mais abordados na mídia, e por ela amplificados, são aqueles cujos eventos resultam em grandes tragédias, com maiores prejuízos econômicos e sociais. Infere-se que devido a isso, no presente estudo pode-se observar que as pessoas tendem a atribuir maior gravidade a desastres socioambientais distantes da realidade local, como terremotos e tsunamis, porém que são abordados com maior apelo pela mídia devido às dimensões dos mesmos.

Entretanto, quando questionados sobre a preocupação com desastres socioambientais, as pessoas tendem a pensar nos eventos mais presentes no seu contexto, por isso, neste estudo a preocupação dos participantes foi maior com chuvas e deslizamentos. Portanto, adotando a análise da amplificação do risco (Kasperson & Kasperson, 1996; Kasperson, 1998), esse estudo demonstra a necessidade de se amplificar os riscos cotidianos, aos quais estamos mais sujeitos, e que têm maior

proximidade com nossa realidade. Com isso, incrementar a adoção de práticas de prevenção e proteção importantes no atual contexto.

Por fim deve-se destacar que, ao evidenciar modos particulares de pensar e agir de uma população frente aos riscos relacionados aos desastres socioambientais, revela-se o quão necessário se faz a implementação de programas educativos que admitam a natureza simbólica das práticas dos sujeitos sociais. E ainda, que o problema dos riscos e dos desastres seja abordado e discutido, em profundidade e antecipadamente, em todos os seus aspectos, quais sejam, econômico, social, ambiental e político.

11 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou, por primeiro, analisar as representações sociais de desastres socioambientais na mídia impressa. Após, buscou-se identificar a relação das representações sociais de riscos e de desastres socioambientais das pessoas que vivem em locais já atingidos por desastres com suas práticas de prevenção. Num primeiro estudo, portanto, foram analisadas reportagens veiculadas por uma revista de importante alcance nacional. Identificou-se que ao longo das décadas houve uma sensível mudança na abordagem aos desastres. Sobretudo, identificou-se maior implicação do papel da sociedade, dos governos, dando maior ênfase a questão política e social. Ainda assim, o aspecto social poderia ser debatido com mais profundidade e frequência, para que não caísse no esquecimento até o próximo desastre.

Como ressaltam Valencio e Valencio (2017), os meios de comunicação poderiam ser responsáveis por ampliar o debate e o interesse público por dimensões subjacentes da estrutura e da dinâmica social que originam o problema dos desastres, em contrapartida às narrativas baseadas nas ciências duras e da natureza, que superdimensionam as características de agentes físicos causadores de desastres e as devidas soluções técnicas. Ao tomar-se como foco das matérias jornalísticas a explicação meteorológica ou climática as responsabilidades públicas sobre o fato desaparecem.

Percebe-se assim, ampla difusão de uma cultura que considera a maioria dos desastres socioambientais apenas expressão de causas naturais, desconsiderando a interferência das pessoas. Explicar a origem dos desastres como naturais e decorrentes somente das forças da natureza corrobora a impressão de que nada poderia ser feito para

evitá-los, pois não haveria como combater essa força externa, e de que não é de ninguém a responsabilidade pelos fatos. Por isso, uma vez que um desastre sempre atinge um meio social, a prática midiática dos veículos de massa não deveria se resumir a reducionismos interpretativos sobre esse aspecto, como infelizmente vem ocorrendo.

Nesse sentido, observou-se que comumente as narrativas midiáticas adotam uma perspectiva técnica e acabam por contribuir para a crítica social aos grupos socialmente marginalizados, distanciando-se da real origem desses problemas, que vão além da ocorrência dos desastres e perpassam por políticas públicas que de fato garantam a sobrevivência e a dignidade.

Analisar as notícias difundidas na mídia impressa proporcionou compreender um campo pelo qual o conhecimento científico é transmitido e popularizado, transmissor viabilizando a produção de RS (Camargo, 2003). Os meios de comunicação, ao propagarem informações científicas e noticiarem os desastres, difundem RS que influenciam na dinâmica das relações e práticas sociais relativas a eles.

Para concluir, a análise das RS dos desastres socioambientais na mídia impressa, proposta deste estudo, colabora para o desenvolvimento científico na área. Este objeto de estudo, embora seja socialmente relevante num país como o Brasil onde já ocorreram importantes desastres socioambientais, é pouco investigado pela psicologia, sobretudo relacionando-os às representações sociais.

Cabe apontar que a restrição a uma fonte, a revista *Veja*, é um limite da pesquisa realizada, pois pode fazer surgir uma parcialidade nos resultados. Esse limite do estudo, no entanto, não interfere na credibilidade dos dados apresentados, mas aponta a necessidade de aprofundar em pesquisas futuras mais amplas. Portanto, faz-se necessário dar continuidade a exploração de diferentes aspectos do tema com a realização de outras pesquisas que abarquem diversos aspectos deste tema multifacetado.

No que diz respeito às representações sociais dos riscos e dos desastres, como apontado por Douglas e Wildavsky (2012), as falas sobre os riscos e desastres não se originam primariamente da observação do mundo objetivo, e sim do universo cultural, do contexto de cada população, cada grupo e de cada indivíduo. À observação desse universo são atribuídos significados conforme cada indivíduo se posiciona com relação à situação de classe, predisposições ideológicas, políticas, inserção espacial, além de outros vieses.

Deste modo, revelou-se a presença de um conhecimento adquirido ao longo das experiências vividas pela população, constituído por suas representações e práticas, como sistema de predisposições que os leva a representações e práticas socialmente compartilhadas. O apego ao lugar, associado a outros aspectos como a religiosidade e a de identidade com o local, colocam o fator risco das moradias em segundo plano e ancoram essas representações, fomentando a luta pela permanência.

Numa situação em que existe amplo consenso intergrupar sobre um objeto, a sua representação pode ser considerada hegemônica. Elas são compartilhadas por todos os membros de grupos bem estruturados, estando subjacentes aos comportamentos e trocas simbólicas entre e intragrupos, estes tipos de representações atrelam-se a ideias mais estáveis e são normativas para toda uma sociedade e não para um grupo em especial (Moscovici, 1988). Não foi percebida, então, uma representação solidificada e hegemônica sobre o risco. Pode-se perceber que quando as condições climáticas desencadeantes de desastres não estão presentes são as questões cotidianas de sobrevivência que ocupam o pensamento social, a subsistência, a violência, a saúde, por exemplo. Nesse estudo, evidenciou-se que as representações sociais dos riscos, portanto, constituem-se de uma rede representações sociais, que é composta por outras representações que estão interligadas.

Já com relação aos desastres socioambientais, observou-se que os participantes ancoram suas representações sociais no apego ao lugar, sobretudo, da moradia. Isso pode ser observado pelo destaque que a palavra “casa” obteve. Essa representação social, por sua vez, está ligada ao medo de perdas materiais e humanas, da própria vida ou de pessoas das suas relações, da sua tão importante rede de apoio.

Os dois estudos aqui apresentados se articulam ao constatar que as mudanças na forma como o tema dos desastres socioambientais é abordado pela mídia se expressam também nas concepções e representações sociais desse objeto. Observou-se também confluência com relação aos desastres socioambientais mais destacados pela mídia e a preocupação das pessoas com os mesmos. Isso acontece devido o fenômeno da amplificação social dos riscos, que pode ser perigoso ao amplificar riscos distantes e atenuar riscos para os quais deveria ser dada mais atenção. Além disso, evidenciou-se que a mídia tende a dar espaço para temas que influenciam no que as pessoas pensam, por isso, a mídia precisa mostrar que os desastres socioambientais têm implicação humana. Esse movimento, mesmo que sutil, com o tempo vem surgindo na mídia.

É necessário também que as entidades oficiais informem de maneira clara a população não apenas quando há a iminência de uma situação climática extrema, mas as formas de prevenção, por meio dos comportamentos individuais e coletivos. Isso porque sensibilizar a população para o problema e ampliar o debate para o campo social, científico, político e econômico é antecipar-se aos extensos prejuízos que podem decorrer dele. Além disso, é urgente a necessidade de se planejar políticas públicas de moradia digna que superem a lógica higienista e a crescente desumanização e precarização dos serviços inerentes. Tais políticas devem priorizar a proteção, promoção e coesão social, bem como a garantia de direitos em face de uma sociedade justa e humanitária.

12 REFERENCIAS

- Abric, J.C. (1993). Central system, peripheral system: their functions and roles in the dynamics of social representations. *Papers on Social Representations*, 2, 75-78.
- Abric, J.C. (1996). Specific processes of social representations. *Papers on Social Representations*, 5, 77-80.
- Abric, J.C. (1998). A abordagem estrutural das Representações Sociais. In A. S. P. Moreira & D. C. Oliveira (Orgs.). *Estudos Interdisciplinares de Representação Social* (pp. 27-37). Goiânia: Editora AB.
- Abric, J. C. (2003). Abordagem estrutural das representações sociais: Desenvolvimentos recentes. In P. H. S. Campos & N. C. S. Loureiro (Orgs.). *Representações sociais e práticas educativas*, (pp. 37-57). Goiânia: Ed. UCG.
- Agra, K. L.O. (2015). *Águas da Amazônia: sentidos, percepções e representações*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil.
- Alexander, D. (2011). Modelos de vulnerabilidade social a desastres. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 93, 9-29.
- Alexandre, M. (2001). O papel da mídia na difusão das representações sociais. *Comum*, 6 (17), 111-125.
- Almeida, A. M. O., & Santos, M. F. S. (2011). A teoria das representações sociais. In C. V. Torres & E. R. Neiva (Orgs.). *Psicologia Social: Principais temas e vertentes* (pp. 287-295). Porto Alegre: Artmed.
- Almeida, A.M.O., Santos, M. F.S., & Trindade, Z.A. (2000). Representações e práticas sociais: contribuições teóricas e dificuldades metodológicas. *Temas em Psicologia*, 8(3), 257-267.

- Alves, R.B., Lacerda, M.A.C., & Legal, E.J. (2012). A atuação do psicólogo diante dos desastres naturais: uma revisão. *Psicologia em Estudo*, 17 (2), 307-315.
- Alves, R. B. (2014). “*Lar doce lar*”: apego ao lugar em área de risco diante de desastres naturais. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.
- Amaral, M. & Pozobon, R. (2013). Entre o céu e a Terra: a cobertura das catástrofes e o discurso das autoridades. *Rumores*, 14(7), 119-137.
- Aradau, C. (2014). Resilience: international policies, practices and discourses. *Resilience*, 4(3), 73-87.
- Areosa, J. (2010). O risco nas ciências sociais: uma visão crítica ao paradigma dominante. *Revista Angolana de Sociologia*, 5 e 6, 11-33.
- Areosa, J. (2019). Risco: uma abordagem alternativa da teoria social. *Segurança Comportamental*, 12, 34-42.
- Arruda, A. (2002). Teorias das Representações Sociais e Teorias de Gênero. *Cadernos de Pesquisa*, 117, 127-147.
- Aumond, J. J. et al. Condições naturais que tornam o Vale do Itajaí sujeito aos desastres. In Frank, Beate; Sevegnani; Lucia. (Org.) Desastre de 2008 no Vale do Itajaí: água, gente e política. Blumenau: Agência de Água do Vale do Itajaí, 2009. p. 22-37.
- Bachelard, G. (1994). *A dialética da duração*. São Paulo: Ática.
- Banco Mundial. (2012). *Avaliação de Perdas e Danos: Inundações Bruscas em Santa Catarina - Novembro de 2008* (Relatório de Pesquisa/2012). Brasília, DF, Gestão de Riscos de Desastres, Departamento de Desenvolvimento Sustentável do Banco Mundial do Brasil.
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70.
- Barros Filho, C. (2001). *Ética na comunicação: da informação ao receptor* (2a ed.). São Paulo: Moderna.
- Basolo, V., Steinberg, L. J., Burby, R. J., Levine, J., Cruz, A. M., & Huang, C. (2009). The effects of confidence in government and information on perceived and actual preparedness for disasters. *Environment and Behavior*, 41(3), 338-364.
- Beck, U. (1992). *Risk Society. Towards a new Modernity*. London: Sage Publications.
- Beck, U. (2008). *World at Risk* (2nd ed.). Cambridge: Polity Press.
- Becker, H. S. (1993). *Métodos de pesquisa em ciências sociais* (2a ed., M. Arieira, Trad.). São Paulo: Hucitec (Obra original publicada em 1986).
- Bell, P., Greene, T., Fisher, J. D., & Baum, A. (2001). *Environmental psychology*. Fort Worth: Harcourt College Publishers.

Berger, P. L., & Luckmann, T. (1974). *A construção social da realidade* (2a ed., F. S. Fernandes, Trad.). Petrópolis: Vozes (Obra originalmente publicada em 1966).

Bertoldo, R. (In Press). A comparative frame for a contextualized analysis of local natural risk management. *International Journal of Disaster Risk Reduction*.

Bidjari, A. F. (2011). Attitude and Social Representation. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 30, 1593-1597.

Birkmann, J. (2006). *Measuring Vulnerability to Natural Hazards: Towards disaster resilient societies*. Tokyo: United Nations University Press.

Borraz, O. (2014). O surgimento das questões de risco. *Sociologias*, 35, 106-137.

Bourg, D., Joly, P.-B., & Kaufmann, A. (2013). *Du risque à la menace. Penser la catastrophe*. Paris: PUF.

Brasil. (2008). Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. Defesa Civil no Brasil. *Retrospectiva Histórica da Evolução da Defesa Civil no Brasil*, Brasília: Ministério da Integração Nacional.

Brasil. (2010). Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional da Defesa Civil. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. *Gestão de Riscos e de Desastres: Contribuições da Psicologia*. Florianópolis: CEPED.

Brasil (2013). Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil. Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres. *Anuário brasileiro de desastres naturais*. Brasília, DF, Brasil.

Breakwell, G. M. (1993). Social representations and social identity. *Papers on social representations*, 2(3), 198–217.

Britton, N. R. (1986). Developing an understanding of disaster. *Journal of Sociology*, 22(2), 254-271.

Brown, G., Brown, B. B., & Perkins, D. D. (2004). New housing as neighborhood revitalization: Place attachment and confidence among residents. *Environment and Behavior*, 36 (6), 749-775.

Brüggeman, F. (2009). *Percepção de Risco: a descoberta de um novo olhar – livro do professor*. Florianópolis: Defesa Civil de Santa Catarina.

Camargo, B.V., & Justo, A.M. (2013). IRAMUTEQ: Um Software Gratuito para Análise de Dados Textuais. *Temas em Psicologia*, 21(2), 513-518.

Campos, P.H.F., & Rouquette, M. L. (2003). Abordagem estrutural e componente afetivo das representações sociais. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 16(3), 435-445.

- Campos, P. H. F. (2003b). A abordagem estrutural e o estudo das relações entre práticas e representações sociais. In P. H. F. Campos & M. C. da S. Loureiro. (Orgs.). *Representações sociais e práticas educativas*. (pp. 22-36). Goiânia: UCG.
- Carroll, B. Morbey, H. Balogh, R., & Araoz, G. (2009). Flooded homes, broken bonds, the meaning of home, psychological processes and their impact on psychological health in a disaster. *Health & Place, 15*, 540-547.
- Castro, P. (2005). Comunicação e polifuncionalidade da linguagem: revisitando as modalidades comunicativas para análise de material textual. In A. S. P. Moreira, B. V. Camargo, J. C. Jesuíno, & S. M. Nóbrega (Eds.). *Perspectivas teórico-metodológicas em Representações Sociais* (pp. 291-322). João Pessoa: UFPB.
- Carmo, R.L., & Anazawa, T.M. (2014). Mortalidade por desastres no Brasil: o que mostram os dados. *Ciência & Saúde Coletiva, 19*(9), 3669-3681.
- Carvalho, C. S., & Galvão, T. (2006). Ação de Apoio à Prevenção e Erradicação de Riscos em Assentamentos Precários. In Brasil. Carvalho, C. S. & Galvão, T. (Orgs.). *Prevenção de Riscos de Deslizamentos em Encostas: Guia para Elaboração de Políticas Municipais* (pp. 10-17). Brasília: Ministério das Cidades/Cities Alliance.
- Castro, C.M., Peixoto, M.N.O., & Pires do Rio, G.A. (2005). Riscos Ambientais e Geografia: Conceituações, abordagens e escalas. *Anuário do Instituto de Geociências – UFRJ, 28*(2), Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 11-30.
- Codol, J. P. (1984). On the system of representations in an artificial social situation. In R. Farr & S. Moscovici (Orgs.). *Social representation* (pp. 239–253). Cambridge: University Press.
- Creswell, J. W. (2007). *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto* (2a ed., L. O. Rocha, Trad.). Porto Alegre: Artmed (Obra original publicada em 1997).
- Dean, M. (2010). *Governmentality. Power and rule in modern society* (2nd ed.). London: Sage.
- Delicado, A. & Gonçalves, M. (2007). Os portugueses e os novos riscos: resultado de um inquérito. *Análise Social, 184*, 687-718.
- Deschamps, J. & Moliner, P. (2009). *A Identidade em Psicologia Social* (L. M. E. Orth, Trad.). Petrópolis: Vozes (Obra original publicada em 2008).
- Di Giulio, G.M., Figueiredo, B.R., Ferreira, L.C., & Anjos, J.A.S.A. (2012). Experiências brasileiras e o debate sobre comunicação e governança do risco em áreas contaminadas por chumbo. *Ciênc. saúde coletiva, 17*(2), 337-349.
- Di Giulio, G.M., & Ferreira, L. C. (2013). Governança do risco: uma proposta para lidar com riscos ambientais no nível local. *Desenvolvimento e Meio Ambiente, 28*, 29-39.
- Di Giulio, G. M., Figueiredo, B. R., & Ferreira, L. C. (2013). Avaliação, comunicação e percepção de riscos associados a desastres naturais: uma contribuição aos estudos ambientais. *Cienc. Cult., 65*(4), 54-57.

- Di Giulio, G.M., Vasconcellos, M.P., Gunther, W.M.R., Ribeiro H., & Assunção, J.V. (2015). Percepção de risco: um campo de interesse para a interface ambiente, saúde e sustentabilidade. *Saúde Soc.*, 24(4), 217-231.
- Doise, W. (1985). Les représentations sociales: définition d'unconcept. *Connexions*, 45, 243-253.
- Douglas, M., & Wildavsky, A. (2012). *Risco e cultura: um ensaio sobre a seleção de riscos tecnológicos e ambientais*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Elali, G. A. & Medeiros, S. T. (2011). Apego ao lugar. In S. Cavalcante & G. Elali, *Temas Básicos em Psicologia Ambiental*. Petrópolis: Vozes.
- Elcheroth, G.; Doise, W., Reicher, S. (2011). On the Knowledge of Politics and the Politics of Knowledge: How a Social Representations Approach Helps Us Rethink the Subject of Political Psychology. *Political Psychology*, 32(5), 730-758.
- Ewald, F. (1986). *L'Etat providence*. Paris: Grasset.
- Farr, R. M. (1995). Representações Sociais: a teoria e sua história. In P. Guareschi & S. Jovchelovitch (Orgs.). *Textos em Representações Sociais* (pp. 30-59). Petrópolis: Vozes.
- Favero, E., & Diesel, V. (2008). A seca enquanto um hazard e um desastre: uma revisão teórica. *Aletheia*, 27, 198-209.
- Favero, E., Sarriera, J.C., & Trindade, M. C. (2014). O desastre na perspectiva sociológica e psicológica. *Psicologia em Estudo*, 19(2), 202-209.
- Favero, E., Trindade, M. C., Passuello, A., Pauletti, C., Foresti, A. J., Sarriera, J. C., & Silva Filho, L. C. P. (2016). Percepção de risco ambiental: uma análise a partir de anotações de campo. *Revista Interamericana de Psicologia*, 50(1), 64-74.
- Félonneau, M. L. (2003). Les représentations sociales dans le champ de l'environnement. In G. Moser & K. Weiss (Orgs.). *Espaces de vie: aspects de la relation homme-environnement* (pp. 145-176). Paris: Armand Colin.
- Fernandes, N. F., Guimarães, R. F., Gomes, R. A. T., Vieira, B. C., Montgomery D. R., & Greenberg, H. (2001). Condicionantes geomorfológicos dos deslizamentos nas encostas: avaliação de metodologias e aplicação de modelo de previsão de áreas susceptíveis. *Revista brasileira de Geomorfologia*, 2(1), 51-71.
- Figueira, I. (2004). Tsunami 2004 – Qual Será o Impacto dessa Tragédia? *Psiquiatria Hoje – Jornal da Associação Brasileira de Psiquiatria*, 26(6), 18-22.
- Figueiredo, E., Valente, S., Coelho, C., & Pinho, L. (2007). Coping with risk: analysis on the importance of integrating social perceptions on flood risk into management mechanisms - the case of the municipality of Águeda, Portugal. *Journal of Risk*

Research, 12(5), 581- 602.

Flament, C. (2001). Estrutura e dinâmica das representações sociais. In D. Jodelet (Org.). *As representações sociais* (pp. 173-186). Rio de Janeiro: UERJ.

Fleury, L. C., Miguel, J.C.H. & Taddei, R. (2019). Mudanças climáticas, ciência e sociedade. *Sociologias*, 21(51), 18-42.

Fonseca, M.G.U., Peres, F., Firmo, J. O. A., & Uchoa, E. (2007). Percepção de risco: maneiras de pensar e agir no manejo de agrotóxicos. *Ciência & Saúde Coletiva*, 12(1), 39-50.

França, R. (2013). Revista e referentes: a pensata na construção do mundo de cada publicação. In: Tavares, Frederico; Schwaab, Reges. (Org.). *A revista e seu jornalismo*. Porto Alegre: Penso, 01, 93-106.

Frank, B. (2003). Uma história das enchentes e seus ensinamentos. Em B. Frank & A. Pinheiro (Orgs.). *Enchentes da Bacia do Rio Itajaí: 20 anos de experiências*. Blumenau: Edifurb.

Freitas, C. M., & Gomez, C. M. (1996). Análise de riscos tecnológicos na perspectiva das ciências sociais. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, 3(3), 485-504.

Freitas, C. M. (2000). A contribuição dos estudos de percepção de riscos na avaliação e no gerenciamento de riscos relacionados aos resíduos perigosos. In C. L. S. Sisinho & R. M. Oliveira (Orgs.). *Resíduos sólidos, ambiente e saúde: uma visão multidisciplinar* (p.p. 111-128). Rio de Janeiro: Fiocruz.

Freitas, V.G., Almeida, J.R., & Vitória, F.C. (2016). Avaliação de impactos, passivos e danos ambientais em zonas costeiras do Brasil: região do litoral norte fluminense. *Revista Sustinere*, 4(1), 105-116.

Freitas, C.M., Silva, I.V.M, Xavier, D. R., Silva, E.L., & Barcellos, C. (2020). Desastres naturais e seus custos nos estabelecimentos de saúde no Brasil no período de 2000 a 2015. *Cadernos de Saúde Pública*, 36(7), 1-12.

Frewer, L., Miles, S., & Marsh, R. (2002). The media and genetically modified foods: evidence in support of social amplification of risk. *Risk Analysis*, 22(4), 701-711.

Fritz, C. (1961). Disasters. In R. Merton & R. Nisbet (Orgs.). *Social problems* (p.p. 651-694). New York: Harcourt Brace.

Garcia-Renedo, M., Gil Beltrán, J.M., & Valera Valero, M. (2007). *Psicología y desastres: Aspectos psicosociales*. Castelló de la Plana: Publicaciones de la Universitat Jaume I.

Gaskell, G., Bauer, M. W., Durant, J., & Allum, N. C. (1999). Worlds apart? The reception of genetically modified foods in Europe and the U. S. *Science*, 285, 384- 387.

Ghiglione, R & Matalon, B. (1993). *O inquérito: teoria e prática*. Oeiras: Celta Editora.

- Giddens, A. (1995). *As Consequências da Modernidade* (2a ed., F. L. Machado & M. M. Rocha, Trans.). Oeiras: Celta Editora (Obra original publicada em 1990).
- Giddens, A. (2000). *O mundo na era da globalização* (2a ed., S. Barata, Trad.). Lisboa: Editorial Presença (Obra original publicada em 1999).
- Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa* (4a ed.). São Paulo: Atlas.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (6a ed.). São Paulo: Atlas.
- Glatron, S., & Beck, E. (2008). Evaluation of socio-spatial vulnerability of citydwellers and analysis of risk perception: industrial and seismic risks in Mulhouse. *Natural Hazards and Earth System Sciences*, 8, 1029-1040.
- Góis, C. W. (2005). *Atividade e Consciência*. Fortaleza: Instituto Paulo Freire.
- Gonçalves, R.S.P. (2019). *O trabalho do psicólogo em situações de emergências e desastres*. Trabalho de Conclusão de Curso de Bacharelado em Psicologia, Universidade Regional do Noroeste do Estado e do Rio Grande do Sul, Ijuí, RS, Brasil.
- Gregolis, T.B.L, Pinto, W.J., & Peres, F. (2012). Percepção de riscos do uso de agrotóxicos por trabalhadores da agricultura familiar do município de Rio Branco, AC. *Rev. bras. Saúde ocup.*, 37 (125), 99-113.
- Guiliani, M., Ferrara, F., & Barabotti, S. (2003). One attachment or more? In: G. Moser, E. Pol, Y. Bernard, M. Bonnes, J. Corraliza, & M. Giuliani, *People, Place and Sustainability*. Paris: Hogrefe & Huber publishers.
- Guivant, J.S. (1998). A trajetória das análises de risco: da periferia ao centro da teoria social. *Revista Brasileira de Informações Bibliográficas*, 46,3-38.
- Guivant, J. S. (2001). A Teoria da Sociedade de Risco de Ulrich Beck: entre o diagnóstico e a profecia. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 16, 95-112.
- Halbwachs, M. (1990). *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice.
- Hernández, M. T., & Arias, A. Y. (2011). Aportes de la historia aplicada para el estudio de los desastres. El caso del huracán Juana en Costa Rica:1988. *Revista de Historia Iberoamericana*, 4 (1), 92-115.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (2010). *Censo de 2010 – Total da população de Santa Catarina*. Recuperado em 19 de maio, 2017, de http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/total_populacao_santa_catarina.pdf.
- Irwin, A. (2001). *Sociology and the environment: a critical introduction to society, nature and knowledge*. Cambridge: Polity Press.

- Iwama, A. Y., Batistella, M., Ferreira, L.C., Alves, D.S., & Ferreira, L.C. (2016). Risco, vulnerabilidade e adaptação às mudanças climáticas: uma abordagem interdisciplinar. *Ambiente e Sociedade*, 19(2), 95-118.
- Jesuino, J. C. (2006). A psicologia social europeia. In J. Vala & M. B. Monteiro. *Psicologia Social* (pp. 49-54). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Jodelet, D. (1996). Las representaciones sociales del medio ambiente. In L. Íñigues & E. Pol (Org.). *Cognición, representación y apropiación del espacio. Monografías Psicosocio-ambientales* (pp. 29-44). Barcelona: Publicaciones.
- Jodelet, D. (2001). Representações sociais: um domínio em expansão. In D. Jodelet (Org.). *As representações sociais* (pp. 17-44). Rio de Janeiro: UDUERJ.
- Joffe, H., Rossetto, T., Solberg, C., & O'Connor, C. (2013). Social Representations of Earthquakes: A Study of People Living in Three Highly Seismic Areas. *Earthquake Spectra*, 29(2), 367-397.
- Jovchelovitch, S. (2011). Representações sociais e polifasia cognitiva: notas sobre a pluralidade e sabedoria da Razão em Psicanálise, sua imagem e seu público. In: Almeida, A. M. O. & Souza, M. F., & Trindade, Z. A. (Eds.). *Teoria das representações sociais - 50 anos* (pp. 159-176). Rio de Janeiro: Techno Politik.
- Kasperson, R. E., Renn, O., Slovic, P., Brown, H. S., Emel, J., Goble, R., Kasperson, J. X., & Ratick, S. (1988). The Social Amplification of Risk. A Conceptual Framework. *Risk Analysis*, 8(2), 177- 187.
- Kasperson, R. (2005). Six propositions on public participation and their relevance for risk communication. In Kasperson, J. & Kasperson, R. (Eds). *The social contours of risk, Volum 1: Publics, risk communication and the social amplification of risk*. London: Earthscan, 19-28.
- Kasperson, R., & Kasperson, J. X. (1996). The social amplification of risk. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 545(1), 95-105.
- Kates, R.W. & Kasperson, J.X. (1983). Comparative Risk Analysis of Technological Hazards (a review). *Proceedings of National Academy of Sciences*, 80, 7027-7038.
- Kientz, A. (1973). *Comunicação de massa: análise de conteúdo*. Rio de Janeiro: Eldorado.
- Kobiyama, M., Mendonça, M., Moreno, D.A., Marcelino, I.P.V.O., Marcelino, E.V., Gonçalves, E. F., & Rudorff, F.M. (2006). *Prevenção de Desastres Naturais: Conceitos Básicos*. Curitiba: Organic Trading.
- Kreps, G. A. (1998). Disaster as systemic event and social catalyst. In E. L. Quarantelli (Ed.). *What is a disaster? Perspectives on the question* (pp. 31-55). London: Routledge.
- Krum, F. M. B. (2007). *O Impacto e as Estratégias de Coping de Indivíduos em Comunidades Afetadas por Desastres Naturais*. Dissertação de Mestrado em Psicologia,

Faculdade de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

Kuhnen, A. (2009). Meio ambiente e vulnerabilidade a percepção ambiental de risco e o comportamento humano. *Geografia*, 18(2), 37-52.

Kunz-Plapp, T., & Werner, U. (2006). *Understanding risk perception from natural hazards: examples from Germany*, in W. Amman, S. Dannenmann e L. Vulliet (orgs.), RISK 21 – Coping with risks due to natural hazards in the 21st century. London: Taylor & Francis Group, 101-108.

Leiss, W. (2001). *In the chamber of risks. Understanding risk controversies*. Montreal: McGill-Queen's University Press.

Lima, M. (2005). Percepção de Riscos Ambientais. In L. Soczka (Ed). *Contextos Humanos e Psicologia Ambiental* (pp. 203-245). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Lin, S., Shaw, D., & Ho, M.C. (2008). Why are flood and landslide victims less willing to take mitigation measures than the public? *Natural Hazards*, 44(2), 305-314.

Lindell, M., Alesch, D., Bolton, P. A., Greene, M. R., Larson, L. A., Lopes, R., May, P. J., Mulilis, J. P., Nathe, S., Nigg, J. M., Palm, R., Pate, P., Perry, R. W., Pine, J., Tubbesing, S. K. & Whitney, D. J. (1997). Adoption and implementation of hazard adjustments. *International Journal of Mass Emergencies and Disasters, Supplement Issue*, 15, 327-453.

Liverman, D.M. (2001). Vulnerability to global environmental change. In J.X. Kasperson, & R. E. Kasperson (Eds.). *Global Environmental Risk* (pp. 201-216). London: Earthscan and United Nations University Press.

Loose, E.B., Camana, A., & Belmonte, R.V. (2017). A (não) cobertura dos riscos ambientais: debate sobre silenciamentos do jornalismo. *Rev. Famecos*, 24(3).

Loose, E.B. & Girardi, I.M.T. (2018). Antes do desastre: notas a respeito do jornalismo, da comunicação de riscos, da prevenção e do envolvimento cidadão. *Mediações sociais*, 17, 209-222.

Lupton, D. (2003). *Risk*. Londres: Routledge.

Magalhães Júnior, C. A. O., & Tomanik, E. A. (2013). Representações sociais de meio ambiente: subsídios para a formação continuada de professores. *Ciência & Educação*, 19(1), 181-199.

Magnago, R.F., Calásio, B.M, Miranda, E.N., Bruchado, I.J., Flores, M. B., Medeiros, P. & Souza, P. R. (2015). Incidência de desastres naturais em Santa Catarina de 2011 a 2013. *R. gest. sust. ambient.*, 4(1), 156- 175.

Marcelino, E. V. (2008). *Desastres Naturais e Geotecnologias: Conceitos Básicos. Caderno Didático n° 1*. Santa Maria: INPE/CRS.

- Martinho, L.R., & Talamoni, J.L.B. (2007). Representações sobre meio ambiente de alunos da quarta série do ensino fundamental. *Ciência & Educação*, 13(1), 1-13.
- Marková, I. (2008). The epistemological significance of the theory of social representations. *Journal for the Theory of Social Behavior*, 38(4), 461-487.
- Marques, C.C.C. (2011). Faces do desastre socioambiental do Vale do Itajaí: análise sobre os desafios lançados ao serviço social. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.
- Mattedi, M. A. (2017). Dilemas e perspectivas da abordagem sociológica dos desastres naturais. *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, 29 (3), 261-285.
- Mendes, J. M. (2015). *Sociologia do risco. Uma breve introdução e algumas lições*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Moliner, P. (2001). *La dynamique des représentations sociales*. Grenoble: PUG.
- Moloney, G., Leviston, Z., Lynam, T., Price, J., Stone-Jovicich, S., & Blair, D. (2014). Using social representations theory to make sense of climate change: what scientists and nonscientists in Australia think. *Ecology and Society*, 19(3), n.p.
- Moscovici, S. (1978). *A representação social da psicanálise* (A. Cabral, Trad.). Rio de Janeiro: Zahar (Obra original publicada em 1961).
- Moscovici, S. (1988). Notes towards a description of social representations. *European Journal of Social Psychology*, 18, 211-50.
- Moscovici, S. (2003). *Representações Sociais: Investigações em Psicologia Social* (P. A. Guareschi, Trad.). Petrópolis: Vozes (Obra original publicada em 2000).
- Moscovici, S. (2012). *A psicanálise: sua imagem, seu público* (S. Fuhrmann, Trad.). Porto Alegre: Vozes (Obra original publicada em 1961).
- Moscovici, S., & Vignaux, G. (2003). O conceito de themata. In S.Moscovici (Ed.), *Representações sociais: investigações em psicologia social* (pp. 215-250). Petrópolis: Vozes.
- Moser, S. C. (2010). Communicating climate change: History, challenges, process and future directions. *Climate Change*, 1(1), 31-53.
- Nascimento-Schulze, C. M. (2000). Representações sociais da natureza e do meio ambiente. *Revista de Ciências Humanas*, 3, 67-81.
- Nascimento-Schulze, C. M., Fragnani, E. F. S., Carboni, L. R., & Maliska, M. E. (2002). Atitudes frente ao novo paradigma ambiental: um estudo no contexto turístico de Florianópolis. *Revista de Ciências Humanas*, Especial temática, 215-224.
- Neto, H. V. (2013). *Construção social do risco e da segurança no trabalho em contexto organizacional*. Porto: Civeri Publishing.

Neto, H. V., & Areosa, P.A. (2014). *Manual sobre riscos psicossociais no trabalho. Vila do Conde: Civeri.*

O'Brien, K., Eriksen, S., Schjolden, A., & Nygaard, L.P. (2004). *What's in a word? Conflicting interpretations of vulnerability in climate change research.* Oslo: CICERO Working Paper.

O'Brien, K.L., Eriksen, S., Nygaard, L.P., & Schjolden, A. (2013). Why different interpretations of vulnerability matter in climate change discourses. *Climate Policy*, 7(1), 73-88.

Oliveira, R.M. & Maia, S. G. C. (2016). As Representações Sociais sobre Meio Ambiente de Alunos de uma Escola Pública no Município de Ponta Porã, Mato Grosso do Sul. *Cadernos de Agroecologia*, 11(2), 1-8.

Organização das Nações Unidas - ONU. (2013). Assembleia General. *Estrategia Internacional Para La Reducción De Los Desastres.* Resolución 68/211. New York. Recuperado em 4 de junho, 2017, de <http://www.preventionweb.net/files/resolutions/ARES68211S.pdf>.

Organização Pan-Americana da Saúde - OPAS. (2015). *Desastres Naturais e Saúde no Brasil* (2a ed.). Brasília: Ministério da Saúde.

Pacheco, R.F. & Souza, S.R.E. (2016). A psicologia junto às políticas públicas em situações de emergências e desastres. *Pretextos*, 2 (3), 131-149.

Palmonari, A., & Cerrato, J. (2014). Representações sociais e psicologia social. In A. M. O. Almeida, M. F. S. Santos & Z. A. Trindade (Orgs.). *Teoria das Representações Sociais: 50 anos* (pp. 401-440). Brasília: Technopolitik.

Peres, F., Rozemberg, B., & Lucca, S. R. (2005). Percepção de riscos relacionada ao trabalho rural em uma região agrícola do estado do Rio de Janeiro, Brasil: agrotóxicos, saúde e ambiente. *Cadernos de Saúde Pública*, 21(6), 1836-1844.

Pereira, F. J. C. (2005). Análise de dados qualitativos aplicados às representações sociais. In A. S. P. Moreira, B. V. Camargo, J. C. Jesuíno & S. M. Nóbrega (Orgs.). *Perspectivas teórico-metodológicas em representações sociais* (pp. 25-60). João Pessoa: Ed. Universitária UFPB.

Pereira, N. M., & Figueiredo, B. R. (2008). O papel da mídia na construção social do risco: o caso Adrianópolis, no Vale do Ribeira. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, 15(2), 293-311.

Peroni, G. G. H., Martins-Silva, P. O., Silva Junior, A. (2018). Sentidos do sindicalismo na Veja durante a ditadura militar. *Pensamento Contemporâneo em Administração*, 12(4), 91-108.

Perry, R. W., & Quarantelli, E. L. (2005). *What is a disaster? New answers to old question.* Bloomington: Xlibris Corporation.

- Pidgeon, N., Kasperson, R., Slovic, P. (2003). *The social amplification of risk*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Pinheiro, M. A. (2015). Catástrofes ambientais na mídia: narrativas das chuvas de 1966 e 2011. *Mídia e Cotidiano*, 7, 67-83.
- Polli, G. M., & Kuhnen, A. (2011). Possibilidades de uso da teoria das representações sociais para os estudos pessoa-ambiente. *Estudos de Psicologia*, 16, 57-64.
- Polli, G. M. & Camargo, B. V. (2015). Representações Sociais do Meio Ambiente na Mídia Impressa, *Paidéia*, 25(61), 261-269.
- Polli, G. M. & Camargo, B. V. (2016). Representações sociais do meio ambiente para pessoas de diferentes faixas etárias. *Psicologia em Revista*, 22(2), 392-406.
- Quarantelli, E. L. (1998). *What is a disaster? Perspectives on the question*. London: Routledge.
- Ratinaud, P. & Marchand, P. (2012). Application de la méthode ALCESTE à de “gros” corpus et stabilité des “mondes lexicaux”: analyse du “Cable Gate” avec IraMuTeQ. In *Actes des 11eme Journées internationales d’Analyse statistique des Données Textuelles* (pp. 835–844). Liège: JADT.
- Reinert, M. (1990). ALCESTE, une méthodologie d'analyse des données textuelles et une application: Aurélia de G. de Nerval. *Bulletin de méthodologie sociologique*, 28, 24-54.
- Reis, C., Mattedi, M., & Barrios, Y. R. (2017). Mídia e desastres: panorama da produção científica internacional de 1996 a 2016. *Intercom*, 40(2), 77-92.
- Renn, O. (2008). *Risk governance. Coping with uncertainty in a complex world*. London: Earthscan.
- Rip, A. (1987). Controversies as informal technology assessment. *Knowledge*, 8(3), 349-71.
- Rodrigues, T. (2010). A Estratégia Internacional de Redução de Desastres. *Revista Territorium*, 17, 223-227.
- Rodrigues, M. L., Malheiros, T. F., Fernandes, V., & Darós, T. D. (2012). A percepção ambiental como instrumento de apoio na gestão e na formulação de políticas públicas ambientais. *Saúde e Sociedade*, 21(3), 96-110.
- Rouquette, M. L. (1986). La comunicación de masas. In S. Moscovici (Org.). *Psicologia Social II* (pp. 627-647). Barcelona: Ediciones Paidós.
- Rouquette, M.L. (1988). *La psychologie politique*. Paris: PUF.
- Rouquette, M.L. (1995). Remarques sur le statut ontologique des représentations sociales. *Papers on Social Representations*, 4, 79-83.

Rouquette, M.L. (1998). Representações e práticas sociais: alguns elementos teóricos. In A.S.P. Moreira & D.C. Oliveira (Orgs.). *Estudos interdisciplinares de representação social*. (pp. 39-46). Goiânia: AB.

Rouquette, M. L. (2005). As representações sociais no quadro geral do pensamento social. In A. S. P. Moreira, B. V. Camargo, J. C. Jesuíno & S. M. Nóbrega (Eds.), *Perspectivas teórico-metodológicas em representações sociais* (pp. 189-199). João Pessoa: UFPB.

Sá, C. P. (1996). *Núcleo central das representações sociais* (2a ed.). Petrópolis: Vozes.

Sá, C.P. (1994). Sur les relations entre representations sociales, pratiques socio-culturelles et comportement. *Papers on Social Representations*, 3(1), 40-46.

Sipriano, K.R. & Sais, E.F. (2019). A atuação do psicólogo junto à Defesa Civil no Estado de Santa Catarina: uma revisão. *Revista Inova Saúde*, 9 (2), 1-17.

Sampiere, R., Collado, C. F., & Lúcio, P. (2006). *Metodologia de Pesquisa* (3a ed). São Paulo: McGraw-Hil.

Santos, M. C. O. (2007). A representação social da moradia. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, UERJ, 7(2), 336-341.

Santos, C.F. (2010). *A enchente em Itajaí (SC): relatos, percepções e memórias*. Dissertação de Mestrado Profissional em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.

Santos, F.M. & Marandola Jr., E. (2012). Populações em situação de risco ambiental e vulnerabilidade do lugar em São Sebastião, Litoral de São Paulo. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 26, 103-125.

Schwarz, M. L., Hermann, T. M., Torri, M. C., & Goldberg, L. (2016). “Chuva, como te queremos!”: representações sociais da água através dos desenhos de crianças pertencentes a uma região rural semiárida do México. *Ciênc. Educ.*, 22(3), 651-669.

Sevegnani, L. et al. (2009). Gente socorrendo gente. In B. Frank, Sevegnani, L. (Orgs.). *Desastre de 2008 no Vale do Itajaí: água gente e política*. Blumenau: Agência de água do Vale do Itajaí.

Silva, C.H.R.T. (2012). Desastres Naturais e Desenvolvimento Sustentável. *Boletim do Legislativo*, n. 25. Brasília: Senado Federal.

Silva, P. O. M., Trindade, Z. A. & Silva Junior, A. (2012). As representações sociais de conjugalidade entre casais recasados. *Estudos de Psicologia*, 17(3), 435-443.

Silveira, M. V. & Cardoso, C. (2016). Promoção da cultura de prevenção de desastres. *Revista Ordem Pública*, 9(1), 211-222.

Sjöberg, L. (2000). Factors in Risk Perception. *Risk Analysis*, 20(1), 1-11.

Slovic, P. (1987). Perception of risk. *Science*, 236, 280-285.

Slovic, P. (2002). Informing and educating the public about risk. In P. Slovic. *The Perception of Risk* (pp. 182-198). Londres: Earthscan.

Spadoni, L. (2009). *Psicologia realmente aplicada ao direito*. São Paulo: LTR.

Spink, M. J. P. (2014). Viver em áreas de risco: tensões entre gestão de desastres ambientais e os sentidos de risco no cotidiano. *Ciência & Saúde Coletiva*, 19(9), 3743-3754.

Tavares, A. O., Mendes, J.M., & Basto, E. (2011). Percepção dos riscos naturais e tecnológicos, confiança institucional e preparação para situações de emergência: o caso de Portugal continental. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 93,167-193.

Thornburg, P.A., Knottnerus, J. D., & Webb, G. R. (2007). Disaster and deritualization: A re-interpretation of findings from early disaster research. *The Social Science Journal*, 44(1), 161-166.

Tominaga, L. K. (2007). *Avaliação de Metodologias de Análise de Risco a Escorregamentos: Aplicação de um Ensaio em Ubatuba, SP*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Geografia Física da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

Tominaga, L. K., Santoro, J. & Amaral, R. (2009). *Desastres naturais: conhecer para prevenir*. São Paulo: Instituto Geológico.

Torres, P.H.C., Jacobi, P.R. & Leonel, A.L. (2020). Nem leigos nem peritos: o semeador e as mudanças climáticas no Brasil. *Política & Sociedade*, 19(44), 17-38.

United Nations International Strategy for Disaster Reduction - UNISDR (2002). *Living with risk: a global review of disaster reduction initiatives*. Geneva: United Nations Office for Disaster Risk Reduction.

United Nations International Strategy for Disaster Reduction - UNISDR. (2015). *Sendai Framework for Disaster Risk Reduction 2015-2030*. Geneva: United Nations Office for Disaster Risk Reduction.

United Nations International Strategy for Disaster Reduction - UNISDR.(2016). *UNISDR Annual Report*. Geneva: United Nations Office for Disaster Risk Reduction.

Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres – CEPED UFSC (2013). *Atlas brasileiro de desastres naturais 1991 a 2012. Volume Brasil*. Florianópolis: CEPED.

Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres – CEPED UFSC (2016). *Relatório dos danos materiais e prejuízos decorrentes de desastres naturais em Santa Catarina: 1995 – 2014*. Florianópolis: CEPED.

- Vala, J. & Monteiro, B. (2006). *Psicologia social* (7a ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Valencio, N.F.L.S., Marchezini, V., Siena, M., & Cristofani, G. (2005). Chuvas no Brasil: representações e práticas sociais. *Política & Sociedade*, 7, 163-183.
- Valencio, N. (2012). *Para além do “dia do desastre” – o caso brasileiro*. Curitiba: Editora Appris.
- Valencio, N. & Valencio, A. (2017). Cobertura jornalística sobre desastres no Brasil: dimensões sociopolíticas marginalizadas no debate público. *Anuario Electrónico de Estudios en Comunicación Social “Disertaciones”*, 10(2), 165-186.
- Vargas, M.A.R. (2016). Moradia e pertencimento: a defesa do Lugar de viver e morar por grupos sociais em processo de vulnerabilização. *Cad. Metrop.*, 18(36), 535-557.
- Vazquez, F.G. & Blattmann, U. (2019). Prevenção de desastres socioambientais no Estado de Santa Catarina: levantamento bibliográfico das universidades do Estado. *Ciência da Informação em Revista*, 6(1), 177-187.
- Venables, D., Pidgeon, N. F., Parkhil, I. K., Henwood, K. L., & Simmons, P. (2012). Living with nuclear power: sense of place, proximity, and risk perceptions in local host communities. *Journal of Environmental Psychology*, 32, 371-383.
- Vergès, P., Tyszka, T., & Vergès, P. (1994). Noyau central, saillance et propriétés structurales. *Papers on Social Representations*, 3, 3-12.
- Wachelke, J. F. R. (2005). O vácuo no contexto das representações sociais: uma hipótese explicativa para a representação social da loucura. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 10(2), 313-320.
- Wachelke, J.F.R., & Camargo, B.V. (2007). Representações sociais, representações individuais e comportamento. *Revista Interamericana de Psicologia*, 41, 379-390.
- Wagner, W. (2007). Conhecimento vernacular da ciência na vida cotidiana: por que razão as pessoas querem saber algo sobre a ciência? In A. S. P. Moreira, B. V. Camargo. *Contribuições para a teoria e o método de estudos das representações sociais* (pp. 131-152). João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2007.
- Wagner, A.G. (2009). Custos da recuperação, contabilização dos prejuízos e impactos na economia regional. In B. Frank, Sevegnani, L. (Orgs.). *Desastre de 2008 no Vale do Itajaí: água gente e política*. Blumenau: Agência de água do Vale do Itajaí.
- Weichselgartner, J. (2001). Disaster Mitigation: The concept of vulnerability revisited. *Disaster Prevention and Management*, 10(2), 85-94.
- Williams, D., Noyes, J. (2007). How does our perception of risk influence decision-making? Implications for the design of risk information. *Theoretical Issues in Ergonomics*, 8(1), 1-35.

Willox, A. C., Harper, S. L., Ford, J. D., Landman, K., Houle, K., & Edge, V. L. (2012). "From this place and of this place:" Climate change, sense of place, and health in Nunatsiavut, Canada. *Social Science & Medicine*, 75(3), 538-547.

Wisner, B. (2009). Vulnerability. In *International Encyclopedia of Human Geography*. United Kingdom: Oxford University Press.

White, G.F. (1945). *Human Adjustment to Floods* (Research Paper n. 29). Chicago: The University of Chicago.

White, G.F., & Haas, J.E. (1975). *Assessment of Research on Natural Hazards*. Cambridge: MIT Press.

Wolf, M. (2001). *Teorias da Comunicação* (6a ed.). Lisboa: Presença.

APÊNDICE A – Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE)

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Prezado (a) Senhor (a):

Gostaríamos convidá-lo a participar da pesquisa intitulada "**Representações sociais de desastres ambientais**", a qual tem por objetivo investigar o que pensam os participantes sobre os desastres naturais e práticas de prevenção dos mesmos, pesquisa referente à tese de doutorado da aluna Larissa Papaleo Koelzer sob orientação da professora Dra. Andrea Barbará S. Bouldsfield, ambas vinculadas ao Laboratório de Psicologia Social da Comunicação e Cognição (LACCOS) do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina. Esta investigação tem o objetivo de contribuir para o desenvolvimento científico e recolher dados para a elaboração de futuras ações que possam melhorar a qualidade de vida da população.

A sua participação ocorrerá de forma **voluntária** e, por meio do consentimento, o pesquisador irá entrevistá-lo (a) através de um roteiro de perguntas relacionadas ao tema da pesquisa. Devido ao tema da pesquisa ser de caráter subjetivo e pessoal é possível que ao longo da entrevista o (a) participante possa sentir-se mobilizado emocionalmente, ou em situação de desconforto ao seu bem estar, ainda, poderão ocorrer alterações psicológicas provocadas pela evocação de memórias. Como medida para evitar o constrangimento, a aplicação do questionário em forma de entrevista será

realizada sempre em local privado e de forma individual, visando a não exposição do participante a outras pessoas, bem como para manter o sigilo de suas respostas.

O áudio das questões abertas será registrado em um gravador de voz, sem identificação de autoria, e depois passadas para o papel pela pesquisadora para que não se perca nenhum detalhe. O tempo estimado de duração da aplicação do questionário em forma de entrevista é de aproximadamente 1 hora. A pesquisa poderá ser interrompida a qualquer momento, a seu pedido, visando seu conforto e bem-estar, não há, para tanto, a necessidade de apresentar quaisquer justificativas ao pesquisador. A pesquisadora é psicóloga, treinada para aplicar a técnica prevista, e tem experiência em atendimentos psicológicos. Após ou durante a aplicação do questionário, se o(a) senhor(a) perceber a mobilização de emoções, a pesquisadora dará por encerrada a aplicação e a proverá ao participante o apoio psicológico devido. Acredita-se que na maior parte dos casos a participação na pesquisa por meio da aplicação do questionário em forma entrevista trará benefícios ao participante, pois promoverá reflexões sobre suas experiências e história de vida.

Com expressa autorização, a sua participação consistirá em responder perguntas de um roteiro de entrevista/questionário à pesquisadora, a entrevista será gravada em áudio, toda e qualquer informação que possa lhe identificar serão mantidas em absoluto sigilo. Quando da quebra do sigilo involuntário por pedido de ordem judicial ou legislativa ou devido ao risco de furto ou invasão dos materiais guardados pela pesquisadora, os casos serão tratados conforme legislação legal vigente. A sua participação é **absolutamente voluntária** e não remunerada - *a legislação brasileira não possibilita quaisquer pagamentos referentes à participação em pesquisas* - contudo todo e qualquer custo decorrente da participação na pesquisa (*deslocamento, alimentação, etc*) serão ressarcidos em espécie pelo pesquisador com verba de recurso próprio, conforme item II.21 da resolução 466/2012, bem como indenização em caso de qualquer prejuízo material causado pela pesquisa ao participante, respeitando assim o item II.7 da resolução 466/2012. A sua recusa em participar da pesquisa ou cancelamento do consentimento não implicarão em qualquer penalidade ou prejuízo.

As questões do questionário aplicado em forma de entrevista serão transcritas e armazenadas, em arquivos digitais, mas somente terão acesso às mesmas a pesquisadora e sua orientadora. Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo, por pelo menos 5 anos, conforme Resolução 466/12 e com o fim deste prazo, será descartado. Os resultados da presente pesquisa serão divulgados aos participantes que tiverem

interesse, após a defesa da tese, em data a ser agendada e poderão ser usados em publicações que divulgarão apenas os dados obtidos como um todo respeitando as respostas individuais, mantendo o sigilo das especificidades de cada participante. Os dados serão, portanto, divulgados de forma a preservar sua identificação, obedecendo ao disposto preconizado nas Resoluções nº 510 de 07 de Abril de 2016 e nº466 de 12 de Dezembro de 2012 do Conselho Nacional de Saúde acerca de pesquisas com seres humanos.

Caso você aceite a participação solicitamos a permissão para que possamos utilizar o questionário respondido por você, sendo que apenas os pesquisadores terão acesso direto às informações neste relatadas. Este documento possui valor legal e deverá ser assinada em duas vias de igual teor, uma delas de posse do participante. Caso haja impossibilidade de assinar, a autorização deve ser dada verbalmente através de uma gravação em áudio, mas igualmente o documento será entregue em duas vias e respeitará as normas das Resoluções nº 510 de 07 de Abril de 2016 e nº466 de 12 de Dezembro de 2012 do Conselho Nacional de Saúde. Se você tiver alguma dúvida ou necessidade de algum esclarecimento sobre o trabalho que será realizado, entre em contato com o LACCOS e/ou com o pesquisador pelo fone: (48) 3721-9067 / ou via e-mail: larissapk@hotmail.com. Você poderá entrar em contato também com o Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos da UFSC pelo telefone (48) 3721-6094 ou ainda diretamente no prédio da Reitoria II, 4º andar, sala 401 na Rua Desembargador Vitor Lima nº 222, bairro Trindade, Florianópolis. O projeto possui aprovação do CEPESH/UFSC e atende à resolução 466/2012 e suas complementares.

Pesquisadora responsável: Prof. Dra. Andréa Barbará S. Bousfield
Pesquisadora principal: Larissa Papaleo Koelzer (Doutoranda/UFSC)

Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa. O Comitê de Ética é a instância que tem por objetivo defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. Dessa forma, o comitê tem o papel de avaliar e monitorar o andamento do projeto de modo que a pesquisa respeite os princípios éticos de proteção aos direitos humanos, da dignidade, da autonomia, da não maleficência, da confidencialidade e da privacidade.

Endereço Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos – CEPSH:

*Universidade Federal de Santa Catarina, Reitoria II, R: Desembargador Vitor Lima,
n° 222, 4° andar, sala 401, Trindade, 88040-400 – Florianópolis*

Email: cep.propesq@contato.ufsc.br Telefone: 55 48 3721-6094

Eu, Senhor (a) _____, considero-me informado (a) sobre a pesquisa “**Representações sociais de desastres naturais**” e autorizo o registro das informações fornecidas por mim, em forma oral, registrada e gravada, para utilização integral ou parcial, sem restrições de prazos ou citações, desde a presente data. Da mesma forma, autorizo a leitura de tais informações por terceiros, ficando vinculado o controle e guarda das mesmas a *Larissa Papaleo Koelzer*, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina e professora Dra. Andréa Barbará S. Bousfield, pesquisadora responsável.

Florianópolis, ____/____/____

Assinatura do Participante

Assinatura do Pesquisador

Caso você tenha interesse em receber os resultados da pesquisa, por favor, informe seu e-mail que entraremos em contato para uma devolutiva.

E-mail: _____

APÊNDICE B – Questionário

QUESTIONÁRIO

Sou aluna do Doutorado em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina e estou desenvolvendo a seguinte pesquisa: “Representações sociais de risco e desastres

naturais”. O objetivo é analisar a relação entre representações sociais de riscos e desastres naturais com práticas de prevenção.

Gostaria de solicitar sua participação, pois sua opinião é muito importante para esse estudo. Sua participação é voluntária e anônima, isto é, você não será identificado(a) em nenhum momento. Não há resposta certa ou errada, tudo o que você achar que deve ser dito sobre o assunto é importante para mim. Fique a vontade para dizer o que pensa.

Antes de começarmos, eu tenho aqui o TCLE – Termo de consentimento que por questões éticas deve ser preenchido por você, autorizando que suas respostas sejam utilizadas apenas e exclusivamente para fins de pesquisa. Agora vamos começar.

1) O que significa risco para você?

Qual o risco que considera mais importante? Já vivenciou algum risco?

2) O que significa desastre natural para você?

Já viveu um desastre natural? Como foi? Mudou algo em sua vida?

3) O que significa prevenção de desastres naturais?

Você faz alguma coisa para que não ocorram desastres? O que?

4) Você acha que os riscos de desastres naturais estão:

Aumentando

Nem aumentando nem diminuindo

Diminuindo

Não sei

5) Quão grave você acha que são cada um dos desastres naturais a seguir:

a)

b) Relacionados à chuva (alagamento, inundação, enxurrada) :

Nada grave	Pouco grave	Nem muito nem pouco grave	Grave	Muito grave
1	2	3	4	5

c) Deslizamentos:

Nada grave	Pouco grave	Nem muito nem pouco grave	Grave	Muito grave
1	2	3	4	5

d) Estiagem (seca):

Nada grave	Pouco grave	Nem muito nem pouco grave	Grave	Muito grave
1	2	3	4	5

e) Terremoto:

Nada grave	Pouco grave	Nem muito nem pouco grave	Grave	Muito grave
------------	-------------	---------------------------	-------	-------------

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

f) Temperaturas extremas (ondas de calor, friagem, geadas):

Nada grave	Pouco grave	Nem muito nem pouco grave	Grave	Muito grave
1	2	3	4	5

g) Tsunami:

Nada grave	Pouco grave	Nem muito nem pouco grave	Grave	Muito grave
1	2	3	4	5

6) Com que frequência você procura informações sobre os riscos naturais que existem no local onde mora?

Nunca	Quase nunca	Não sei	Quase sempre	Sempre
1	2	3	4	5

7) Aos que não responderam “Nunca” na questão 7, onde você se informa?

- TV
- Rádio
- Jornal
- Internet
- Amigos, vizinhos e familiares

8) Aos que responderam “Nunca” na questão anterior, qual o motivo para não procurar informações:

- Falta de tempo
- Não sei como/onde me informar
- Não me interessa pelo assunto
- Limitações físicas e\ou sociais
- Não sei

9) Qual grau de confiança você tem nas informações sobre riscos fornecidas por:

a) Profissionais especializados (defesa civil, bombeiros):

Nenhuma confiança	Pouca confiança	Indiferente	Confiança	Muita confiança
1	2	3	4	5

b) Cientistas:

Nenhuma confiança	Pouca confiança	Indiferente	Confiança	Muita confiança
1	2	3	4	5

c) ONGs (Organizações Não Governamentais):

Nenhuma confiança	Pouca confiança	Indiferente	Confiança	Muita confiança
1	2	3	4	5

d) Governo:

Nenhuma confiança	Pouca confiança	Indiferente	Confiança	Muita confiança
1	2	3	4	5

e) Jornalistas:

Nenhuma confiança	Pouca confiança	Indiferente	Confiança	Muita confiança
1	2	3	4	5

f) Universidades:

Nenhuma confiança	Pouca confiança	Indiferente	Confiança	Muita confiança
1	2	3	4	5

10) Qual seu nível de preocupação com os seguintes desastres naturais:

a) Relacionados à chuva (alagamento, inundação, enxurrada):

Nada preocupado	Pouco preocupado	Indiferente	Preocupado	Muito preocupado
1	2	3	4	5

b) Deslizamentos:

Nada preocupado	Pouco preocupado	Indiferente	Preocupado	Muito preocupado
1	2	3	4	5

c) Estiagem (seca):

Nada preocupado	Pouco preocupado	Indiferente	Preocupado	Muito preocupado
1	2	3	4	5

d) Terremoto:

Nada preocupado	Pouco preocupado	Indiferente	Preocupado	Muito preocupado
1	2	3	4	5

e) Temperaturas extremas (ondas de calor, friagem, geadas):

Nada preocupado	Pouco preocupado	Indiferente	Preocupado	Muito preocupado
1	2	3	4	5

f) Tsunami:

Nada preocupado	Pouco preocupado	Indiferente	Preocupado	Muito preocupado
1	2	3	4	5

11) Você sabe se a defesa civil considera onde você mora uma área de risco para desastres naturais?

Sim Não Não sei

12) Você acha que sua residência apresenta risco para desastres naturais?

Sim Não Não sei

13) Alguma vez você teve sua residência atingida por desastre natural?

Sim Não Não sei

14) Aos que responderam “Sim” na questão anterior: Considera que você estará mais preparado para lidar com o desastre natural se voltar a acontecer?

Sim Não Não sei

15) Com relação às práticas de prevenção assinala, para cada uma, de acordo com aquilo que você pratica:

a) Evito construir em locais aparentemente em risco:

Nunca	Algumas vezes	Frequentemente	Muito frequentemente	Sempre
1	2	3	4	5

b) Evito realizar cortes de árvores e plantas:

Nunca	Algumas vezes	Frequentemente	Muito frequentemente	Sempre
1	2	3	4	5

c) Busco informações sobre desastres naturais que já ocorreram na região onde moro

Nunca	Algumas vezes	Frequentemente	Muito frequentemente	Sempre
1	2	3	4	5

d) Evito jogar lixo ou entulhos fora dos lugares apropriados (lixeiros, caçambas)

Nunca	Algumas vezes	Frequentemente	Muito frequentemente	Sempre
1	2	3	4	5

e) Verifico/acompanho se há rachaduras na minha casa, nos muros e paredes:

Nunca	Algumas vezes	Frequentemente	Muito frequentemente	Sempre
1	2	3	4	5

f) Acompanhamento das notícias da meteorologia no rádio, TV ou internet:

Nunca	Algumas vezes	Frequentemente	Muito frequentemente	Sempre
1	2	3	4	5

g) Mantenho estoque de comida, água e lanterna funcionando em casa:

Nunca	Algumas vezes	Frequentemente	Muito frequentemente	Sempre
1	2	3	4	5

h) Evito andar por locais alagados (a pé, a nado ou em automóvel):

Nunca	Algumas vezes	Frequentemente	Muito frequentemente	Sempre
1	2	3	4	5

17) **Sexo:** () Feminino () Masculino

18) **Idade:** _____

19) **Estado civil:** _____

20) **Ocupação (trabalho):** _____

21) **Escolaridade:** () Não estudou

() Ensino Fundamental Incompleto

() Ensino Fundamental Completo

() Ensino Médio Incompleto

() Ensino Médio Completo

() Ensino Superior Incompleto

() Ensino Superior Completo

22) **Renda:** () Sem renda

() Até 1 salário mínimo (até R\$ 988,00)

() De 1 a 2 salários mínimos (de R\$ 988 até R\$ 1.976)

() De 2 a 3 salários mínimos (de R\$ 1.976 até R\$ 2.964)

() De 3 a 5 salários mínimos (de R\$ 2.964 até R\$ 4.940)

() De 5 a 10 salários mínimos (de R\$ 4.940 até R\$ 9.880)

() De 10 a 20 salários mínimos (de R\$ 9.880 até R\$ 19.760)

() Mais de 20 salários mínimos (mais de R\$ 19.760)

23) **Bairro:** _____

24)Tipo de moradia: casa () apartamento ()

25) Há quanto tempo mora nesse local: _____